



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS**

***“POR UMA HISTÓRIA QUE ATINJA A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO”: A
PRODUÇÃO DIDÁTICA DO PROJETO RESGATE DA HISTÓRIA LOCAL
DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS***

**JÉSSICA HELLEN DOS SANTOS ARAÚJO
ORIENTADOR: PROF. DR. ÂNGELO EMÍLIO DA SILVA PESSOA**

JOÃO PESSOA – PB

2022

***“POR UMA HISTÓRIA QUE ATINJA A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO”: A
PRODUÇÃO DIDÁTICA DO PROJETO RESGATE DA HISTÓRIA LOCAL
DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS***

JÉSSICA HELLEN DOS SANTOS ARAÚJO

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos.

JOÃO PESSOA – PB

2022

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

A663p Araújo, Jéssica Hellen Dos Santos.

Por uma história que atinja a maior parte da população": a produção didática do Projeto Resgate da história local dos municípios paraibanos / Jéssica Hellen Dos Santos Araújo. - João Pessoa, 2023.

160 f.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa. Dissertação
(Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História - Ensino. 2. Municípios paraibanos. 3. Projeto resgate/UFPB. 4. Saberes históricos. I. Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 9:37(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 262 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria da mestranda **JÉSSICA HELLEN DOS SANTOS ARAÚJO**, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 09 horas, em sessão realizada por via remota através do link <https://meet.google.com/fve-goaw-cza>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria da mestranda **JÉSSICA HELLEN DOS SANTOS ARAÚJO**, matrícula **20201004280**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS, conforme encaminhamento da Professora ANA MARIA VEIGA, Vice-Coordenadora do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho da mestranda foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA** (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), **MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA** (UFRN – Examinadora Externa à instituição) e **SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS** (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu na por via remota através do link <https://meet.google.com/fve-goaw-cza>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou à mestranda para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado "Por uma história que atinja a maior parte da população": a produção didática do projeto resgate da história local dos municípios paraibanos". Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação da mestranda. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer: O trabalho apresentado foi bastante qualificado, lastreado numa pesquisa criteriosa e com boa produção escrita. As

sugestões do exame de qualificação foram incorporadas com propriedade. Traz uma contribuição relevante para a história local e a do próprio Curso de História da UFPB. Foram feitas observações mais pontuais e sugestões quanto à realização de futuros trabalhos. Recomenda-se a sua publicação. Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADO**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, ANA MARIA VEIGA, Vice-Coordenadora do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pela mestranda.

João Pessoa, 16 de dezembro de 2022.



Orientador



Examinadora Externa



Examinadora Interna



Mestranda

AGRADECIMENTOS

Chegado esse momento de concretude da minha pesquisa, me vejo olhando para trás e percebendo todo o caminho percorrido até aqui. Anos difíceis marcaram a escrita deste trabalho, com crises econômicas, tensões políticas graves no país, sem falar no enfrentamento mundial ao COVID 19. Minha jornada acadêmica foi complicada, por tantas vezes me vi paralisada em frente ao computador, sem escrever uma linha sequer, travada nas leituras e análises das fontes, chegando a pensar, por alguns momentos, que não iria conseguir. Entretanto, encontrei o vigor necessário para continuar através de algumas pessoas que aqui merecem ser lembradas. Faço desse momento, não apenas mais um item que precisa estar presente de forma burocrática nesta dissertação, mas a expressão do meu sincero e profundo agradecimento.

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, mais especificamente a minha mãe, Maria Joana, que sempre fez o possível para que eu tivesse tudo de bom na minha vida, principalmente os estudos. A senhora é uma inspiração para mim, como pessoa e mulher que luta pelo que acredita, independentemente do que as pessoas possam pensar. Todo amor, carinho e dedicação que recebi contribuíram para a pessoa que me tornei. Te amo, mainha!

Ao meu companheiro de todas as horas, hoje meu esposo, Diego. Você mais do que ninguém sabe o significado dessa conquista para mim, por isso te agradeço por todo incentivo, cuidado e paciência que foram fundamentais ao longo desses anos. Gratidão por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava, por me incentivar e inspirar o melhor em mim. Eu te amo!

Ao meu querido professor e orientador, Ângelo Emílio. Sempre o admirei desde suas primeiras aulas na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos. Tinha acabado de sair do ensino médio e não havia tido um professor tão entusiasmado e comprometido com a história que passasse horas a fio falando sem nem sequer copiar uma palavra no quadro! Agradeço por ter aceitado o convite para me orientar durante esses dois anos. Agradeço pelos ensinamentos, pelas palavras de incentivo, pela sua paciência nos meus momentos de atropelo e principalmente pela confiança depositada no meu trabalho. O processo de construção deste ensaio não foi nada fácil, mas ter a certeza de que você acreditava em mim, foi fundamental.

Às professoras Surya Aaronovich e Margarida Maria Dias, agradeço por terem aceitado o convite para participar tanto do Exame de Qualificação, quanto para compor a Banca de Examinação. Suas contribuições à pesquisa foram indispensáveis, além de serem feitas de maneira muito gentil.

Agradeço as amigadas que o curso de História me deu e que pretendo carregar por toda vida. Elissandra Maria, carinhosamente chamada de Lis, já compartilhamos tantos momentos singulares juntas! Obrigada imensamente pelo seu carinho e incentivo durante todos esses anos. A conclusão deste trabalho também devo a você.

Agradeço também aos amigos que a docência me ofereceu, o cotidiano em sala de aula impõe uma série de desafios que seriam mais difíceis de suportar sem a presença de vocês. Obrigada Rodrigo e Vanildo, pois além de compartilharmos das mesmas frustrações da vida profissional e acadêmica, em vocês encontrei apoio e incentivo. As muitas fofocas e gargalhadas que trocamos no decorrer desse ano letivo tornaram a rotina escolar mais leve e agradável.

Por fim, agradeço àqueles que integraram e contribuíram para o meu caminhar, na busca do conhecimento histórico e na realização desta pesquisa, aos professores do Departamento de História, à equipe e coordenação do PPGH e à UFPB.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar uma coleção da *Série Materiais Didáticos* desenvolvida na década de 1990 pelo *Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*. Examinamos as pesquisas realizadas de forma integral em seis municípios paraibanos – Patos, Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia – tendo o objetivo de analisar a história da concepção e atuação do Projeto, a construção dos manuais e a metodologia empregada pelo grupo de pesquisa. Inserimos o caso de Serra Branca, que mesmo com o levantamento de dados e investigações já realizadas a partir de 2007, ainda não se consubstanciou em livro. As fontes utilizadas foram os materiais didáticos e as entrevistas concedidas pela equipe de professores, coordenadores e bolsistas-pesquisadores à época e uma cópia do projeto em seu formato original. Este trabalho será construído a partir das perspectivas teóricas da História Social, buscando especificar o recorte da História Local, visto como recurso metodológico que oferece a possibilidade de situar os problemas significativos da história do tempo presente, na medida em que busca analisar a formação dos espaços sociais e a articulação da comunidade.

Palavras-chave: Ensino de História e Saberes Históricos; História Local; Materiais didáticos; Projeto Resgate/UFPB.

ABSTRACT

This work aims to analyze a collection of the Didactic Materials Series developed in the 1990s by the Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos. We examined the research carried out in full in six municipalities in Paraíba – Patos, Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo and Areia – with the objective of analyzing the history of the Project's conception and performance, the construction of the manuals and the methodology used by the group of research. We insert the case of Serra Branca, which even with the data collection and investigations already carried out from 2007 onwards, has not yet been embodied in a book. The sources used were teaching materials and interviews given by the team of teachers, coordinators and research fellows at the time, and a copy of the project in its original format. This work will be built from the theoretical perspectives of Social History, seeking to specify the outline of Local History, seen as a methodological resource that offers the possibility of situating the significant problems of the history of the present time, insofar as it seeks to analyze the formation of spaces social and community articulation.

Keywords: Teaching of History and Historical Knowledge; Local History; Teaching materials; Rescue Project/UFPB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – O LOCAL ENQUANTO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETO DE RENOVAÇÃO	20
1.1 HISTÓRIAS: UM CONHECIMENTO EM MUDANÇA	20
1.2 A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM COMPASSO DE MUDANÇA	26
1.3 HISTÓRIA DIDÁTICA DA PARAÍBA E DE MUNICÍPIOS PARAIBANOS	31
1.4 HISTÓRIA LOCAL NA PERSPECTIVA DO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	44
CAPÍTULO 2 – NOS RASTROS DA TRAJETÓRIA: CONHECENDO O PROJETO RESGATE PARA ALÉM DOS MANUAIS DIDÁTICOS.....	49
2.1 AS ORIGENS DE UM PERCURSO	49
2.2 A METODOLOGIA E DINÂMICA DO TRABALHO NO PROJETO RESGATE.....	55
2.3 DEFININDO OS CONTORNOS TEÓRICOS DO PROJETO: ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS E CONTEXTUALIZAÇÃO	61
2.4 ENTRE A SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES E A DIDÁTICA: A CRIAÇÃO DOS MATERIAIS	71
2.5 AS EXPERIÊNCIAS DO FAZER: A INFLUÊNCIA DO PROJETO RESGATE NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	75
CAPÍTULO III – TRILHANDO A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS: A PRODUÇÃO DIDÁTICA DO PROJETO HISTÓRIA LOCAL	82
3.1 HISTÓRIA DE PATOS (1985)	83
3.2 AS HISTÓRIAS REALIZADAS NOS ANOS 90.....	87
3.3 UMA HISTÓRIA EM SUSPENSO: O CASO DE SERRA BRANCA	97
CAPÍTULO IV – UM ENSAIO SOBRE A SÉRIE MATERIAIS DIDÁTICOS..	104
4.1 – AS POPULAÇÕES INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO	104
4.2 REVOLTAS POPULARES NA INDEPENDÊNCIA E NO IMPÉRIO	112
4.3 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XX	121
4.4 – A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E A ECONOMIA LOCAL	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXO – CÓPIA DO PROJETO RESGATE	145

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPUH/PB – Associação Nacional de História, Seção Paraíba
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DH – Departamento de História
DME – Departamento de Metodologia da Educação
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNDE – Fundo Nacional para o desenvolvimento da Educação
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNAPE – Fundação de Apoio à Pesquisa
GAPLAN – Gabinete de Planejamento e Ação Governamental
IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IHGP – Instituto Histórico Geográfico Paraibano
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
PRAC – Pró-reitoria para Assuntos Comunitários
PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão
PROLICEN – Programa de Licenciaturas
PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro Pontos de História Pátria, de 1912	36
Figura 2 – Capa do Epítome de Historia da Parahiba para uso das escolas primarias, de 1913.....	37
Figura 3 – Capa da 1ª ed. do volume I da coleção História Nova do Brasil, publicado pela Cases em 1964.	38
Figura 4 – Capa da 2ª ed. do volume I da coleção História Nova do Brasil, publicado em 1965.	39
Figura 5 – Capa do livro História da Paraíba: para uso didático de Carmem Freire, 1978.....	40
Figura 6 – Capa do livro História da Paraíba na sala de aula de Teresinha Pordeus, de 1978.....	41
Figura 7 – Casa da Cultura: Professora Estelita Antonino de Sousa	72
Figura 8 – Capa do livro História de Patos (1985)	86
Figura 9 – Uma história do Ingá (1993).....	88
Figura 10 – Uma história de Pedras de Fogo (1993)	90
Figura 11 – Uma história do Conde (1996).....	92
Figura 12 – Uma história de Cabedelo (1996)	93
Figura 13 – Uma história de Areia (1998)	96
Figura 14 – Imagem referência para capa do livro de Serra Branca.....	98
Figura 15 - Rivalidades entre Potiguaras e Tabajaras.....	108
Figura 16 - Tribo Cariri, chamada de Tapuia	110
Figura 17 - Sátira sobre o aumento dos impostos com a chegada da Corte Portuguesa	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos documentos encontrados e produzidos para a história de Serra Branca	73
Quadro 2 – Sumário com a definição dos temas e autorias	100

INTRODUÇÃO

Em princípio, achamos pertinente elucidar os motivos que nos levaram à escolha deste tema, pois os nossos primeiros contatos com a pesquisa envolvendo o Ensino de História aconteceram ainda durante a graduação, mais precisamente a partir do ano de 2015, fruto de experiências do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/UFPB, que era coordenado pelos professores Ângelo Emílio e Damião de Lima. A participação nesse programa nos ofereceu algumas experiências que nos fizeram pensar em torno dos desafios lançados à educação e ao ensino de história em sala de aula.

Em seguida, tivemos a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFPB, que mais uma vez, nos aproximou dos debates e das pesquisas que envolviam o Ensino de História. Foi através deste programa que conhecemos o *Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*, que era então coordenado pela Professora Dr^a. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo e que tinha o objetivo recuperar e continuar uma antiga pesquisa que havia sido interrompida no ano de 2007 sobre o município de Serra Branca, visando a produção de um material didático que pudesse ser utilizado na educação básica por professores, alunos e a comunidade em geral. Dessa forma, foi por meio do Projeto Resgate¹ que começamos a discutir, pensar e escrever acerca da história local.

Para tanto, a escolha deste objeto de pesquisa esteve relacionada à necessidade de conhecer a história do Projeto Resgate através da análise dos materiais didáticos e das experiências produzidas pela equipe. Durante a década de 1990, muitas pesquisas foram realizadas, entrevistas produzidas, fontes analisadas e todas essas experiências ainda não foram devidamente registradas. Dessa forma, nosso objetivo consiste em promover um registro escrito deste trabalho, que, embora não esteja mais ativo, possa reconhecer a natureza e relevância do mesmo, bem como as contribuições que

¹ Para evitar longas repetições, doravante usaremos a denominação apenas de Projeto Resgate para esse que estudamos, mas informamos às pessoas leitoras que o mesmo não se confunde com outro conhecido Projeto Resgate, o Projeto Resgate da Documentação Histórica Barão do Rio Branco, que durante a mesma época se debruçou sobre a documentação do período colonial no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal e que também contou com a participação de pesquisadores do NDIHR na elaboração do Catálogo referente à antiga Capitania da Paraíba.

desempenhou para o estímulo à produção de uma história local em municípios paraibanos em certo período.

Em relação às fontes de pesquisa reunidas para a realização deste trabalho, destacamos os manuais didáticos, as entrevistas orais e a cópia escrita do Projeto, que nos foi concedida por uma depoente. Esse documento foi de extrema importância, pois nos permitiu analisar elementos que não estavam presentes nos livros, nem nos próprios depoimentos, questões relacionadas à organização e estrutura do trabalho.

Em relação aos manuais que foram a base para a construção do terceiro e quarto capítulos, analisamos a primeira edição de 1985, intitulada *História de Patos*, que embora não compreenda a coletânea do Projeto Resgate, foi pioneira e serviu de referência para a elaboração dos demais ensaios. No tocante à coleção efetiva, produzida entre os anos de 1993 a 1998, coordenada pela professora Rossana de Souza Sorrentino Lianza em parceria com Maria Helena Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves e Vilma Melo, o primeiro volume da série foi o livro *Uma história do Ingá*, seguido por *Uma história de Pedras de Fogo*, ambos publicados em abril de 1993. Na ordem das publicações, seguiu-se *Uma história do Conde* e *Uma história de Cabedelo* editados respectivamente entre junho e novembro de 1996. Fechando os volumes desta coleção, foi lançado em 1998 o livro *Uma história de Areia*, que contou ainda com a colaboração de Alexandre Felipe Fiuza e Severino Bezerra da Silva.

Cerca de uma década depois, parte da equipe, com ingresso de novos membros, tentou retomar a coleção, com a elaboração e publicação de um volume sobre o município de Serra Branca, mas que não chegou ao seu termo no que tange à publicação, questão que discutiremos no devido momento.

As entrevistas orais também foram fontes relevantes para realização de nossa pesquisa, evidenciando detalhes e informações que não estavam presentes em registros escritos, mas envolvidas na experiência do fazer. Para tanto, resolvemos coletar os depoimentos de forma múltipla, buscando contemplar as mais distintas participações em torno da pesquisa sobre história local. Os critérios de escolha para a realização das entrevistas estiveram associados às relações que essas pessoas estabeleceram com o Projeto ao longo de sua formação, como exemplo a Professora Vilma, que dedicou parte

substancial de sua vida acadêmica ao estudo da história local, fazendo dela sua dissertação de mestrado e tese de doutorado.

É preciso destacar que a coleta destas entrevistas foi feita de forma excepcional, devido ao contexto de pandemia da COVID-19. Com as medidas de isolamento social, adotamos a utilização de plataformas digitais como o *Google Meet* e o *Team Link*, que possibilitaram o registro e a gravação de testemunhos audiovisuais. Essa alternativa foi possível devido ao nosso público-alvo, cuja maioria era de funcionários públicos e professores universitários que também estavam se adaptando a essa nova realidade de trabalho, o *home office*.

O trabalho com a História Oral é verdadeiramente complexo, para cada uma das entrevistas foi realizado um roteiro específico, previamente elaborado com o objetivo de perceber a atuação destes, a perspectiva teórica e metodológica adotada, as experiências em relação ao percurso formativo, como essa pesquisa contribuiu nas carreiras profissionais de alguns e, sobretudo, qual a importância do trabalho com História Local.

Dessa forma, tivemos a oportunidade de realizar entrevista com Maria Helena Cavalcanti², Vilma Melo³, Alexandre Felipe Fiuza⁴ e Rossana de Souza Sorrentino Lianza⁵, todos em junho de 2020. A Prof.^a Dr.^a Regina Célia Gonçalves também foi um dos nomes selecionados para a realização das entrevistas, visto que foi a única pesquisadora que esteve presente em todas as edições da coleção, inclusive na produção que antecedeu o Projeto, sob a coordenação de Joana Neves. Todavia, devido às demandas do trabalho e da vida acadêmica, não foi possível realizá-la, sendo posteriormente enviado a ela um questionário estruturado, que permitiu que certas lacunas presentes nos depoimentos colhidos e certas informações pontuais e bastante necessárias fossem obtidas.

² Professora do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, licenciada em História (1987) e doutora em Educação (2017), ambos pela UFPB.

³ Licenciada em História e com doutorado na área de Educação também pela UFPB, atualmente é professora aposentada do DME – UFPB.

⁴ Doutor em História desde 2006 pela UNESP/Campus de Assis, e atualmente trabalhando como Professor associado do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

⁵ Mestre em História pela UFPB (2007), atualmente é professora aposentada da Rede Pública Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, e ensino de História.

É possível perceber uma profunda relação entre os depoentes no tocante a seus percursos formativos, que estavam atrelados a uma preocupação acerca do Ensino de História, em um contexto de produção distinto do presente nos Programas de Pós-Graduação. Alguns deles, no caso de Regina Célia Gonçalves, Vilma Melo, Rossana Sorrentino, Severino Bezerra e Maria Helena Cavalcanti, estiveram vinculados à Licenciatura em História da UFPB entre finais das décadas de 1970 e 80, de forma que muitos foram contemporâneos em sua formação, tendo, em linhas gerais, a mesma perspectiva teórico-metodológica oferecida pelo Departamento de História⁶.

Além das questões relacionadas ao percurso metodológico, gostaríamos de provocar algumas considerações iniciais acerca do Ensino de História e da História Local, que se relacionam ao escopo mais geral da nossa proposta. Produzir reflexões em torno do Ensino de História certamente não é uma tarefa fácil, levando em consideração os múltiplos desafios e possibilidades de estudo. É notório que o ensino de história enfrenta muitos impasses ainda hoje, resultado de uma série de fatores, em especial a dificuldade que os estudantes têm de compreender a disciplina de forma crítica, tecendo conexões com suas vivências e realidades, bem como de boa parte dos docentes conseguir desenvolver um ensino nesse sentido.

Foi ciente das reais necessidades associadas ao ensino de história que surgiu o Projeto Resgate como resposta a algumas demandas e reivindicações lançadas no Plano de Ação Governamental do Estado da Paraíba, entre os anos de 1987-1991, também conhecido como “Plano do Povo”. Estas exigências foram levantadas em consulta popular e culminaram na consolidação do Projeto no Plano de Ação de 1990-1992. Importante observar que o contexto mais amplo no país era de redemocratização, especialmente no que tange à promulgação da Constituição de 1988. Esse “pano de fundo” é importante para perceber a emergência de certas políticas públicas de caráter mais participativo – ou pretensamente mais participativo – no dito período.

⁶Convém informar aqui, que quando falamos em perspectiva teórico-metodológica oferecida pelo Departamento, não estamos afirmando que houvesse uma homogeneidade no âmbito do Curso de História da UFPB durante esse período, uma vez que tanto os depoimentos quanto outras informações adicionais nos deixam cientes de profundos embates de perspectivas historiográficas intra-departamentais. Algo que fica patente é que o NDIHR e a ANPUH-PB se revelaram à época espaços institucionais e políticos por onde se expressou toda uma luta em torno da renovação da historiografia paraibana e não deixava de haver vertentes bastante conservadoras no âmbito do próprio Curso de História, mais aferradas a uma história calcada nos grandes personagens e nas narrativas político-institucionais.

O Plano do Povo tinha como principal característica o esforço em induzir as comunidades a pensar sobre seus problemas e necessidades. Para isso, o governo estadual propunha promover reuniões com a população local, tanto nas cidades quanto nas comunidades rurais, buscando atender às reivindicações levantadas pela maioria dos cidadãos paraibanos, voltadas para a melhoria de suas condições de vida em relação ao social, econômico, educacional entre outras instâncias.

A história do Projeto Resgate teve início através do Plano de Ação Histórico Cultural de 1990-1992, no qual a Coordenação de Estudos Históricos e Culturais do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME)⁷, em parceria com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB)⁸ buscaram integrar-se acerca da problemática regional e efetuar um plano que oferecesse às administrações municipais e às comunidades locais o resgate da memória histórica e cultural por meio da elaboração de materiais didáticos.

As ações que resultaram na consolidação deste projeto abrangem meados da década de 1980, tendo como ponto de partida a elaboração do livro *História de Patos*, publicado em coedição com a Comissão do IV Centenário da Paraíba e com a Prefeitura do município, através da coordenação da professora Joana Neves, em 1985. Entretanto, foi somente no início dos anos 1990 que esse projeto foi inserido ao IDEME, sendo vinculado ao GAPLAN e aos objetivos do NDIHR, o qual foi incorporado à área de concentração de Ensino de História e Produção de Materiais Didáticos.

O Projeto Resgate teve como principal objetivo o estímulo à pesquisa e ao ensino de história local através da elaboração de materiais pedagógicos, que foram produzidos e distribuídos nos municípios pesquisados. Este trabalho teve seu período mais intenso durante meados da década de 1990 e foi realizado integralmente em Patos

⁷Segundo dados da própria instituição, o IDEME foi “fundado em 1988 pela Lei nº 5.020/88, o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual é o resultado da fusão de três órgãos que desde a década de 70 trabalham no suporte ao planejamento estadual: a Fundação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba - FIPLAN, órgão de estudos, projetos e pesquisas, a Coordenadoria de Desenvolvimento Local - CODEL, de prestação de assistência técnica aos municípios paraibanos e a Coordenadoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CODECIT, responsável, à época, pela produção de pesquisa, ciência e tecnologia, no âmbito da então Secretaria de Planejamento – SEPLAN”. Disponível em <http://ideme.pb.gov.br/nossa-historia> acesso em 23/11/2020.

⁸ Órgão Interdisciplinar de pesquisa e documentação em História Regional, implantado e atuante desde 1976. A ideia de se criar o NDIHR foi construída em 1975, durante a gestão do Reitor Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que tinha como uma de suas principais diretrizes a associação entre ensino e pesquisa, englobando várias áreas das ciências humanas e sociais.

(1985), Ingá (1993), Pedras de Fogo (1993), Cabedelo (1996), Conde (1996) e Areia (1998). Além destes, a equipe também atuou em outros municípios com levantamento de fontes, como foi o caso de Guarabira, Pirpirituba e Serra Branca⁹.

As bases teóricas que fundamentaram este Projeto foram as abordagens das Histórias Regional e Local resultantes do processo de renovação historiográfica que surgiu na França a partir de 1929, através da *Escola dos Annales*, que tinha como finalidade repensar a ciência histórica por meio da inserção de novos objetos de estudo, novas abordagens do conhecimento histórico e novas ferramentas metodológicas. Nesse sentido, apesar de não haver um abandono da história política, buscou-se ir além dos marcos estritamente político-institucionais e do foco nas principais famílias do lugar, que muitas vezes marcaram a produção historiográfica local. Para além da dimensão socioeconômica, houve a busca por abrir espaços para questões do âmbito da cultura.

Esse processo deu origem, nos anos de 1970, a uma nova corrente historiográfica que passou a favorecer, além das análises mais globais e gerais, a investigação de pequenos pedaços do passado, aspectos de um cotidiano nem sempre considerado relevante para a historiografia denominada genericamente como positivista. Além da *Nova História*, o materialismo histórico e dialético também se tornou um importante referencial, chegando a ser mencionado nas entrevistas, visto que destaca a importância do conhecimento da realidade para a transformação das condições históricas e sociais da humanidade.

O Projeto Resgate empenhou-se em produzir *Uma História do Ingá*, *Uma História do Conde*¹⁰ e tantos outros, por meio das interpretações de diversos agentes que compõem a sociedade. Não se limitando à narrativa dos feitos dos grandes e poderosos, mas também trazendo à tona as histórias dos excluídos, dos marginalizados, fugindo da perspectiva mais usual e adotando como referencial teórico a História vista de baixo, que nos possibilita a compreensão da história das sociedades por meio de outros grupos

⁹ A etapa de levantamento de dados e pesquisas bibliográficas sobre o município de Serra Branca já foi concluída, desde o ano de 2018. No entanto, o material didático não foi publicado. Recentemente inserimos o caso de Serra Branca em nossas análises com o objetivo de investigar a atuação do projeto em sua totalidade e efetuar algumas análises comparativas.

¹⁰ É importante problematizar a adoção do artigo “uma” no título de cada um dos manuais didáticos, pois o Projeto Resgate acreditava na formação de múltiplas histórias sobre as localidades, em oposição ao discurso de verdades absolutas. Para tanto, era elaborado uma história do Conde, uma história do Ingá, sendo possível através dessas obras, produzir novas narrativas históricas.

humanos, que no geral, até então estavam à margem da historiografia predominante (THOMPSON, 1981).

Além de perceber a presença dos grupos dominantes locais, o Projeto Resgate também quis ouvir as narrativas e as experiências do professor, da artesã, do agricultor buscando construir interpretações mais dialéticas sobre as diversas singularidades do local. Essas histórias deveriam chegar à sala de aula com o objetivo de enxergar e conquistar o aluno, fazendo com que ele se reconhecesse na história e por meio dela. É necessário compreender que a vida de boa parte das pessoas se passa essencialmente no âmbito local, com conexões mais episódicas e longínquas com outras dimensões nas perspectivas regional, nacional ou mundial. Nesse sentido, os indivíduos precisam se reconhecer enquanto sujeitos atuantes desta história, deste lugar, de forma consciente produzindo sua identidade enquanto cidadãos brasileiros, nordestinos, paraibanos e cidadãos de sua própria localidade.

Nesse sentido, arrolamos um conjunto de reflexões teóricas sobre a questão do ensino da história local ou que o tangenciam, no âmbito da produção historiográfica paraibana ou mais geral, buscando discutir seus avanços e méritos, os eventuais limites ou insuficiências que possam ser apontadas de forma a sedimentar melhor as análises que estamos desenvolvendo.

Duas observações importantes, de caráter preliminar e mais geral, podemos fazer aqui: a primeira é que a preocupação com a discussão de questões relativas à pesquisa e ao ensino da história local, tem se mostrado bastante presente na produção do conhecimento histórico na Paraíba, haja vista a própria presença de tais questões em diversos artigos e capítulos de obras publicadas no Estado, notadamente nos Anais e outras publicações resultantes dos Encontros Estaduais de História promovidos bianualmente pela Seção Estadual da Associação Nacional de História (ANPUH-PB), ocasião, inclusive, nas quais verificamos a presença de várias pessoas envolvidas no Projeto Resgate apresentando resultados de suas experiências e reflexões. Em segundo lugar, é perceptível que existe uma produção sobre história local, realizada no âmbito extra acadêmico, boa parte da qual sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que reúne características que muitas vezes se coadunam com a visão de história local como história dos grupos dominantes locais, o que tem gerado certo grau de enfrentamento de posições ao longo de décadas. Essas são questões que

acabarão por tangenciar nossa investigação, uma vez que dirão respeito à própria inserção de nossos depoentes no âmbito da historiografia local e que dão fundamentos a alguns elementos do Projeto Resgate.

Para o desenvolvimento deste trabalho, dividimos o texto em quatro capítulos, que apresentamos sumariamente:

Ao longo do primeiro capítulo, *O local enquanto campo de investigação e objeto de renovação*, desenvolvemos reflexões sobre as mudanças que a História enquanto conhecimento científico experimentou ao longo dos séculos, destacando em especial a renovação historiográfica que foi sentida a partir da década de 1920. A historiografia brasileira também ganhou espaço em nossa análise, considerando as mudanças na interpretação da história que embora outrora estivesse limitada ao nacional, aos poucos inseriu as questões regionais e locais, ainda que sob diversas circunstâncias. A partir da integração desses pontos na narrativa histórica, fizemos algumas observações em torno da história didática da Paraíba e de alguns municípios paraibanos, analisando alguns compêndios do início e da metade do século XX, buscando perceber o tratamento que é oferecido à questão da história local nesses manuais.

Já no segundo capítulo, *Nos rastros da trajetória: conhecendo o Projeto Resgate para além dos manuais didáticos*, buscamos analisar as questões relativas às origens e o percurso formativo do Projeto a partir da reflexão das entrevistas realizadas com alguns membros e da cópia do Projeto apresentado ao IDEME. Também destacamos neste ensaio as experiências e trabalhos produzidos por meio de ações resultantes do projeto de história local.

Inicialmente, previmos a elaboração de apenas mais um último capítulo, o que acabou ganhando proporções bastante avultadas diante do volume total do trabalho, bem como apresentou diferenças substanciais no material tratado e no processo de redação. De tal forma que resolvemos dividi-lo. Assim, o terceiro capítulo, *Trilhando a história dos manuais didáticos: a produção didática do Projeto Resgate* se debruça em torno da apresentação dos materiais didáticos que foram elaborados nos anos 90. Enquanto no quarto capítulo, *Um ensaio sobre a série Materiais Didáticos*, desenvolvemos algumas reflexões em torno de temáticas que consideramos relevantes como os movimentos sociais nos anos que antecederam a independência e o Império.

CAPÍTULO I – O LOCAL ENQUANTO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETO DE RENOVAÇÃO

Antes de iniciarmos nossa incursão acerca da História Local e da Coleção didática do Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, trataremos de alguns problemas que incidem diretamente nessa produção. Vamos apreciar as linhas gerais das mudanças em torno do conhecimento histórico e sua renovação historiográfica, desenvolvida a partir das últimas décadas do século XX, bem como seus rebates no plano da didática da disciplina História.

Certamente, esses processos abrangem uma grande escala e complexidade, mas aqui estabeleceremos apenas alguns pontos mais centrais para balizar nossas análises posteriores e indicar os parâmetros que orientam a coleção, não apenas no sentido da produção didática no âmbito da história local, mas também no que seria uma “chave renovada” na sua interpretação.

Ademais, também iremos discutir sobre questões que incidem diretamente na produção da história local didática da Paraíba, analisando alguns dos primeiros ensaios de compêndios que foram utilizados no início do século XX, buscando perceber a presença ou ausência de alguns eventos que marcaram a história da Paraíba no século anterior.

Como a Coleção analisada foi produzida ao longo da década de 1990, também apresentaremos o tratamento dado à história local, aos grupos sociais que estiveram presentes nestes acontecimentos, fazendo uma análise comparativa entre as produções procurando perceber os possíveis avanços e renovações na produção historiográfica paraibana.

1.1 HISTÓRIAS: UM CONHECIMENTO EM MUDANÇA

Em linhas muito gerais, a História surgiu como uma modalidade de conhecimento associada ao gênero narrativo e tinha duas funções precípuas: memorizar os acontecimentos grandiosos e servir de guia para as futuras gerações não cometerem

equivocos por falta de exemplos. A Grécia Antiga foi eleita berço da história escrita, embora se tenham registros de textos antiquíssimos, anteriores aos gregos em meados do século V, como listas de reis, inscrições de conteúdo histórico, compilações de oráculos e profecias de povos que habitavam a região da Mesopotâmia, tal qual os Sumérios. Também, outras tradições de História foram desenvolvidas para além da ocidental, muito embora tenha sido essa que acabou por influenciar decisivamente o Brasil. (FONTANA, 1998).

Entre a antiguidade clássica e o medievo ocidental, a história se deslocou da explicação dos acontecimentos humanos por razões humanas, para a explicação desses mesmos fenômenos pela ação divina, no que ficou denominado como providencialismo. “O cristianismo teria substituído as concepções antigas de tempo circular, pela noção de um tempo linear, dando um sentido à história” (LE GOFF, 1984, p. 65). Um dos grandes expoentes dessa linha de pensamento foi Santo Agostinho, que sistematizou a concepção histórica da época num conjunto de desdobramentos necessários e inevitáveis à ação humana, orientados ao Juízo Final. Um dos elementos mais característicos da obra agostiniana foi à interpretação tipológica e figurativa que permitia compreender os acontecimentos desenrolados no Antigo Testamento como uma antecipação profética dos desígnios divinos.

Na modernidade, por sua vez, a história retomou parte de seu legado clássico e esteve ligada à busca de exemplos de grandes personagens, que gerassem lições a serem aprendidas pelas gerações mais novas, especialmente aqueles que seriam homens de Estado. A par disso, os antiquários se especializaram na busca dos detalhes, dos fatos comprováveis por fontes consideradas confiáveis. A junção entre história e pesquisa antiquária, no entanto, ainda duraria alguns séculos.

Foi em meados do século XIX, especialmente na França das ideias iluministas, finalizado os processos de profundas mudanças nos campos econômico, político e social iniciados na modernidade, que a História adquiriu caráter científico, adotando novos procedimentos metodológicos e critérios de investigação a sua prática historiográfica. Segundo Hobsbawm, o nascimento da Escola Metódica, dita “positivista”, ofereceu à história a introdução de conceitos, métodos e modelos próprios das ciências naturais na investigação social, e a aplicação à história, conforme parecessem adequadas, das descobertas nas ciências naturais (HOBSBAWM, 2013).

Em termos da prática da historiografia, a chamada “Escola Metódica” vai ocupar o centro da ação, difundindo um método de investigação rigorosamente baseada nas fontes, de maneira quase exclusiva às fontes escritas e produzidas no âmbito estatal, da qual suas obras se tornam referências cruciais nesse momento. Na coletânea “A História Metódica”, organizada por Glaydson Silva, vão ser apresentadas as conquistas da dita “escola” e sua obra mais destacada, publicada em 1898, a “Introdução aos Estudos Históricos”, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, importantes professores universitários franceses, livro que vai se tornar referência quase obrigatória da formação de historiadores por décadas. Além de seus méritos no campo metodológico da pesquisa documental, historiadores subseqüentes vão lançar severas críticas aos seus limites, como veremos adiante.

Importante frisar que nesse contexto a História começa a se estruturar como “disciplina escolar” e se estabelece nos mesmos moldes de exaltação do nacional. O ensino dessa disciplina terá forte valor na construção de valores patrióticos, revelando os heróis, defendendo o seu culto à nação.

De acordo com Schmidt, o processo de construção da história como disciplina escolar no Brasil esteve relacionado à consolidação do Estado Nacional, durante a segunda metade do século XIX, em especial após o processo de Proclamação da República, devido à necessidade de se definir uma identidade nacional. Encontra-se aí um lugar específico para o estudo da História (2012, p. 79). Certamente, as mudanças sociais e políticas advindas com o final legal da escravidão, a emergência do regime republicano e a ruptura política de 1930 trouxeram impactos significativos sobre o ensino de História e sobre a própria definição dos sentidos de identidade nacional, como por exemplo, compêndios didáticos que exaltavam o Império e tiveram de passar a exaltar a República (OLIVEIRA, 1990), mas a vinculação estreita entre essa identidade e o ensino de História se manteve muito marcante.

Adentrando o século XX e considerando as mudanças em curso, provenientes da eclosão de uma série de crises de ordem política, econômica, social e intelectual, a concepção de História passa a ser palco de um movimento de renovação, sendo utilizada como instrumento de crítica aos paradigmas de caráter mais político-institucional, fortemente influenciados pelo positivismo e pelo nacionalismo. Em meio a essa ebulição foi fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre a *Revue Annales d'histoire économique et sociale*, dando início uma fase nova sem precedentes no campo da

história e da historiografia. O predomínio das formas mais tradicionais de produzir narrativas históricas foi colocado em questão, sendo criticadas de maneira veemente, sobretudo as análises de cunho estritamente político e institucional com versões factuais e engessadas dos eventos históricos. Nascia então, a história-problema, crítica, que para os *Annales* seria a única que pode reivindicar o estatuto de científica, sendo construída através da colaboração recíproca com as ciências sociais, visto que a intenção de analisar aspectos relativos à vida dos homens em sociedade, exigiria métodos e técnicas de investigação dos quais a história não dispunha, tornando, portanto, fundamental essa aliança de interdisciplinaridade a serviço da história.

Essa renovação produzida na historiografia, que evidentemente difere de um país para outro, também foi percebida de maneira concomitante através da teoria Marxista, que ao estabelecer crítica ao positivismo, impulsionou a transformação da história e sua inserção nas Ciências Sociais. A influência marxista desempenhou um papel importante na modernização da historiografia, embora Hobsbawm atente que boa parte das ideias atribuídas a Marx, não necessariamente representassem o seu pensamento maduro, sendo inclusive conhecidas como “marxismo vulgar”. Ainda segundo Hobsbawm, a grande expressão de seu pensamento “residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança” (HOBSBAWM, 2013).

De grosso modo, o marxismo contribuiu para uma ressignificação da História, através da adoção do materialismo histórico e dialético e de sua função social de formar sujeitos históricos conscientes da ordem e do sistema vigente, bem como de suas contradições. Dessa maneira, a escrita da História poderia criar as condições subjetivas necessárias para a transformação social, além de permitir a introdução de novos sujeitos e objetos na historiografia nacional e internacional.

Apesar disso, as décadas seguintes ainda foram marcadas por inúmeras releituras nos movimentos acima descritos, contribuindo para a difusão e pluralização de novas temáticas, dessa vez, associadas à cultura e incorporadas à chamada *Nova História*. A história nacional, hegemônica durante o século XIX, se via agora disputando espaço com as narrativas regionais e locais, que antes eram produzidas por antiquários amadores e historiadores não profissionais. Por sua vez, a história política, que passou a ser reformulada, expandiu seu campo de análise, abrangendo diversas expressões do ser

político. A história social tornava-se afinal amadurecida, ocasionando a inserção de novos segmentos na pesquisa historiográfica, como a história do trabalho.

Essa renovação fez frente a novos desafios do conhecimento histórico, que passaram a distar bastante das práticas de outros tempos. Se a história anterior ao século XIX esteve associada de forma muito estreita às figuras dos príncipes e da geração de exemplos para o governo dos súditos, a partir das revoluções burguesas, a “nação” toma esse lugar e os esforços dos historiadores vão ser os de usar os instrumentos da erudição para estabelecer a nação como grande agente da história. Nesse momento são criados os grandes arquivos e museus nacionais, são estabelecidas as datas comemorativas, que exaltavam o sentimento de pertença a uma nacionalidade.

Segundo Schwarcz (1993), os museus começaram a ser instalados no Brasil a partir do século XIX, sendo considerados “estabelecimentos de efeito”, pelo menos num primeiro momento, visto que não adotavam certos padrões científicos, exercendo um papel meramente demonstrativo de coleções e curiosidades que eram expostas sem qualquer tipo de classificação. Alguns ganharam destaque no cenário nacional, como o Museu Etnográfico, devido à riqueza da cultura material ali existente, ou como o Museu Paulista, também conhecido como Museu do Ipiranga, criado em 1885 como um monumento em homenagem à independência.

Cumprе lembrar que os “guardiões da história oficial”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à época, produziu um projeto político para o país baseado na valorização de elementos que fossem comuns ao povo brasileiro, ou pelo menos, a elite letrada, na construção de uma história pátria, de uma identidade nacional. Esse culto ao nacional, ao menos no século XIX, preconizou o legado e as contribuições culturais dos povos europeus à chamada terra de Santa Cruz, produzindo narrativas históricas a partir das perspectivas sociais vigentes. Somente a partir do século XX, de movimentos de renovação, que esse tratamento historiográfico ganha novas abordagens, o regional ganha espaço para as análises de suas particulares, os múltiplos segmentos das camadas sociais aparecem como expoentes e corresponsáveis na construção da história.

No entanto, voltando a esse culto do “nacional”, ele teve de conviver com os dilaceramentos internos aos espaços nacionais. O século XIX também é um século de intensa urbanização e industrialização, que torna os quadros das nações muito mais complexos e contraditórios e revela profundas lutas sociais. Nesse sentido, essa história

que caminhava numa estreita definição do “nacional” encontrava questionamentos mesmo no momento de sua produção. Dessa forma, o materialismo histórico aparece paulatinamente na segunda metade desse século como um elemento muito significativo de questionamento ao paradigma dominante de escrita da História. Mesmo que em sua origem não estando associado ao meio universitário e à historiografia profissional, suas críticas começam a ganhar espaço e alimentam uma nova forma de fazer história, centrada nas contradições sociais, nos conflitos de classe, que ganha maior presença nas primeiras décadas do século XX.

No campo universitário, essa história centrada no “nacional” também vai ganhar espaços, mas receber objeções. A nascente Sociologia vai questionar tanto os parâmetros de pretensa cientificidade do conhecimento histórico, como esse apego ao “nacional”. O sociólogo François Simiand, num texto célebre publicado em 1903, fez severas críticas aos limites dos “metódicos” e combateu aquilo que denominou “os ídolos da tribo dos historiadores”.

Segundo o autor, os três ídolos destacados: o *ídolo político*, o *ídolo individual* e o *ídolo cronológico* contribuíram para a produção de narrativas rígidas e factuais da história. Por exemplo, a história política tomou a atenção de tantos historiadores e cronistas ao longo do tempo, que limitou a compreensão de determinados eventos históricos em seus aspectos econômicos e sociais, sendo estes temas de recentes releituras históricas. Outro lamentável hábito dos historiadores, sobretudo do século XIX, era determinar as narrativas através da história dos indivíduos, em especial aqueles que ocupavam certos lugares de prestígio, como os reis, diplomatas e grandes generais. Por fim, há de se destacar também os equívocos cometidos nas análises cronológicas que injustificadamente se lançam no passado, em tempos remotos para compreender as discontinuidades, o qual o autor considera um engano, pois a história deveria partir do estado mais avançado da sociedade, a atualidade, e mover seu olhar em direção ao passado.

A Grande Guerra de 1914-1918 (após conhecida como 1ª Guerra Mundial), pôs uma crítica ainda mais acirrada a essa ligação entre história e nação. O exacerbado nacionalismo, alimentado por grande parte da historiografia e estimulado pelo ensino da disciplina, havia contribuído para a exaltação dos ânimos e pagava seu preço como um dos fatores que levaram àquele massacre de proporções inauditas. Conforme citado por Marc Bloch, o grande intelectual francês Paul Valéry a criticou como “o produto mais

perigoso que a química do cérebro já elaborou”. Atacada por várias frentes, competia à historiografia ampliar seus olhares e práticas, de maneira a retomar a respeitabilidade enquanto campo do conhecimento.

Antes de passarmos adiante e tratarmos mais detidamente da história local, objeto central de nossas reflexões, vamos examinar em linhas gerais a historiografia brasileira, que não recebeu passivamente essas inovações, uma vez que além de sua dinâmica própria, dialogou com essas inovações verificadas em escala internacional.

1.2 A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM COMPASSO DE MUDANÇA

Desde o período colonial, verificou-se a existência de uma escrita da história no Brasil, ainda que não uma historiografia plenamente constituída, mas uma compilação de escritos de natureza diversa (relatos de viajantes, crônicas, memórias e uns poucos livros de história), que se tornaram base importante para a historiografia. Podemos ter um panorama amplo dessa produção no livro inédito e póstumo de Francisco Iglésias¹¹, publicado nos anos 2000, que expressa o compromisso do autor em entender a história do Brasil. Considerado um verdadeiro manual historiográfico, que se propõe a realizar um significativo esforço em agrupar e analisar inúmeras bibliografias nacionais, e até produções internacionais, sobre a História do Brasil, dividido em três grandes capítulos, que sinalizam para os momentos da produção histórica no Brasil.

O primeiro momento abrange de 1500 a 1838, ou seja, dos primeiros dias, passando pela conquista da autonomia política e se encerrando com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Este momento foi caracterizado mais pelas produções de crônicas históricas do que a história em si; mais pelas fontes do que obras elaboradas, como é o caso dos relatos e descrições de viajantes e cronistas sobre a terra, e seu povo¹². O segundo momento, que vai de 1838 a 1931, marca o início de uma nova

¹¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de uma historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Belo Horizonte, MG, UFMG, IPEA, 2000.

¹² Os primeiros textos que marcam a segunda metade do século XVI, ainda que não sejam consideradas produções verdadeiramente historiográficas, sendo apresentadas “como propaganda da nova terra”, quando muito, enciclopédias histórico-geográficas, contribuíram para a escrita posterior de ensaios mais analíticos. Algumas obras marcam as primeiras décadas da expansão ultramarina e da conquista portuguesa na Terra de Santa Cruz, como os escritos do historiador português Pero de Magalhães

fase na produção do intelectual de cunho historiográfico, com significativa influência do IHGB, que impunha a criação de um projeto político atrelado ao conceito de nação e a história pátria. Por fim, o último momento tem início em 1931, quando o curso de História é criado através da Reforma do ensino de Fernando Campos. Neste contexto inovador, advindo do modernismo, as produções historiográficas começaram a questionar e redefinir o conceito de identidade nacional, buscando aquilo que há de autêntico e singular ao povo brasileiro, através de análises profundas nas conjunturas políticas, econômicas e sociais e da herança histórica do país¹³.

Segundo Iglésias, a historiografia toma corpo efetivo com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que foi um dos responsáveis por definir as bases da história nacional limitada às narrativas derivada de ações políticas calcada na Europa, considerada o grande esteio formativo da nação. Formalmente, a principal finalidade do IHGB era o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e históricos no Brasil, pelo estímulo à pesquisa nas províncias e no exterior, de documentos relativos à formação brasileira, e pelo estímulo à produção de trabalhos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira.

A partir das pesquisas influenciadas pelo IHGB, é imperiosa a necessidade da elite letrada política de formular uma história pátria, com um passado nacional comum a todos os brasileiros. Dessa forma, em 1844, é organizado um concurso com o objetivo de elaborar um ensaio geral que auxiliasse a compreensão da história do Brasil e assim consecutivamente, imprimisse ao país uma verdadeira identidade nacional. A proposta vencedora do concurso, de Von Martius¹⁴, intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, foi articulada em quatro partes que abordam respectivamente as ideias gerais sobre a História do Brasil, a relação indígena dentro dessa História, os portugueses na História do Brasil, e por último, a raça africana e sua relação com os europeus. Cumpre lembrar que as menções a populações indígenas e africanos se davam de uma forma

Gândavo(A *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*); Fernão Cardim (*Tratados da terra e gente do Brasil*) etc.

¹³ Disso resultou a publicação *Raízes do Brasil*, em 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, quando se formulou uma identidade do ser brasileiro, partindo, dentre outros temas, da noção de “homem cordial”.

¹⁴ Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu em 1794, na cidade de Erlangen, em Munique. Atuou como médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil e especialmente a região da Amazônia. A vinda de Martius para o Brasil aconteceu através de convite para integrar a comitiva científica da princesa Leopoldina, que como pano de fundo fazia parte de uma conjuntura maior encabeçada pelas dinastias europeias que queriam garantir a sua sobrevivência face às ameaças de emancipação republicanas.

subordinada à “missão civilizadora” que o europeu teria diante de grupos considerados “atrasados” ou “selvagens”.

Nas primeiras décadas de existência do IHGB, uma obra vai aparecer como sua produção máxima, a História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen, que tanto será objeto de amplo destaque, mas também de duras críticas de Sergio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior. Uma das críticas era a da quase ausência dos indígenas, o que levará o autor a modificar a ordem dos capítulos entre a primeira e a segunda edição. O enfoque desta narrativa tinha como destaque a atuação dos portugueses no processo de conquista e formação da Colônia, pensamento hegemônico no Brasil durante o século XIX, valorizando o legado europeu e colocando em segundo plano as populações indígenas e africanas na construção da identidade brasileira.

Também o ensino de História passa a ser estabelecido paulatinamente no âmbito escolar, inicialmente a partir do Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro. Segundo Nadai (1993, p.146), o surgimento da história enquanto disciplina escolar e o seu processo de inserção nos currículos pedagógicos estiveram diretamente relacionados à criação do Colégio e à promulgação de seu primeiro Regulamento, lançado no ano de 1838. A história inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, considerada a verdadeira narrativa da civilização. Era predominante nos programas do Colégio Pedro II o estudo da História Geral e Universal, dividida pelos marcos da cronologia do Ocidente: “o tempo antigo, que propunha a história de povos do Mediterrâneo, a Idade Média em oposição ao tempo moderno e por fim, a história contemporânea” (BITTENCOURT, 2008, p. 78).

Outro aspecto, que aqui nos preocupa de maneira mais particular, é a escrita de uma história quase que totalmente centrada na Corte Imperial, tendo pouca atenção para as histórias provinciais, como afirma Schwarcz (1993) “A história da corte é a história da nação”. Como os escritos publicados pelo Instituto e por diversos outros intelectuais à época, tinham a finalidade de construir um discurso histórico com ênfase na identidade nacional unificadora, não havia espaço para a discussão de elementos e características que valorizassem a província, a não ser que o plano local fosse um mero reflexo em escala reduzida do nacional.

Cumprir lembrar que à necessidade de se produzir uma história pátria após 1889, foi incrementada através da emergência de instituições intelectuais nas províncias que além de contribuir para unidade nacional e a hegemonia cultural, revelassem os elementos que identificavam as especificidades do homem em esfera regional (Schwarcz, 1993). Dessa maneira, entre os últimos anos da monarquia e os primeiros da República surgiram associações locais, como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP, 1862); Instituto do Ceará (1887), desenvolvendo atividade na nas áreas da História, Geografia e Antropologia; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB, 1894) e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, 1894), entre outros.

Considerando a necessidade de se produzir uma história paraibana, na passagem da Monarquia para a República, foi fundado o IHGP, em 1905. O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba surgiu assim, da necessidade de escrever e difundir sua história que antes era contada através da existência de crônicas que registravam sua ligação à Pernambuco e ao Brasil. Não havia a história da Paraíba, muito menos escrita pelos próprios paraibanos. Dessa forma, a produção histórica paraibana começou a ser delineada através do IHGP, que sistematizou os escritos na tentativa de produzir uma história separada de Pernambuco, com ênfase na análise de do ser paraibano.

Margarida Maria Dias de Oliveira, com obra contemporânea publicada em 1996, discute o conceito de *paraibanidade*, termo central do pensamento criado pelo Instituto, definido como um projeto de construção de uma identidade local distinta do restante do país, com características e valores próprios do ser paraibano, caracterizados pela sua propalada “intrepidez de nascença”. Ainda segundo a autora, esse momento é considerado um marco, um divisor de águas na história da produção historiográfica local, visto que antes não havia “História da Paraíba”, só a partir deste momento é que começa a existir uma historiografia particularmente paraibana. (DIAS, 1996)

Para além das histórias mais “gerais” da Paraíba, muitas vezes mais centradas na história da Capital, o IHGP também foi o responsável pela gestão de importantes referências das histórias locais¹⁵ ou propriamente municipais, tais como a obra de Horácio de Almeida, *Brejo de Areia: memórias de um município*. Publicada em 1958,

¹⁵ Convém destacar que as obras sobre histórias locais citadas no texto acima não foram às únicas organizadas pelo IHGP, apenas selecionamos algumas por apresentar ao leitor.

trata-se de uma das mais relevantes obras da historiografia clássica paraibana, abordando o apogeu e declínio da atual cidade de Areia, que no passado era conhecida por sua importância econômica, cultural e política, tendo inclusive, participado ativamente da Confederação do Equador e da Revolução Praieira.

Também destacamos aqui Wilson Nóbrega de Seixas, com seu livro *O Velho Arraial das Piranhas (Pombal): no Centenário de sua elevação a Cidade*, publicado em 1962, foi um dos mais destacados produtores de história de um município paraibano, tendo trazido à tona a história de uma das mais antigas e importantes cidades do Alto Sertão do Estado. Outrossim, referimo-nos ainda à produção intelectual de Sabiniano Maia, considerada referência clássica na produção das histórias locais paraibanas. Embora tenha exercido importantes cargos públicos no Estado, foi como escritor e historiador que firmou o seu nome na Paraíba, através de obras como *Itabaiana: suas histórias, suas memórias*, de 1976 e *Sapé: suas histórias, suas memórias*, publicado em 1985.

Já ao longo dos anos 1970, as Universidades começam a surgir como espaços privilegiados da pesquisa, corroborando para a emergência de uma configuração de produção historiográfica. Se outrora, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba era o centro da produção do conhecimento histórico, nesta ocasião, as Universidades passaram a ocupar crescentemente esse papel, através de uma nova geração de historiadores e intelectuais, em conjunto com uma série de atividades de pesquisa que estavam sendo desenvolvidas. Para Silveira (1996), foi justamente no final desta década que emergiu um novo tipo de historiografia na Paraíba, por vias acadêmicas. Cumpre apenas lembrar que mesmo perdendo parte de sua primazia na produção historiográfica, o IHGP ainda mantém suas atividades em pleno funcionamento e além de seus membros atuarem nessa produção, o seu acervo é um dos mais importantes repositórios de fontes históricas do Estado da Paraíba.

Postas essas questões de âmbito mais geral, abordaremos adiante, de maneira mais detida, a questão da história local, objeto central de nosso texto dissertativo, através da análise de alguns materiais didáticos utilizados em meados do século XX, buscando perceber como a temática é abordada.

1.3 HISTÓRIA DIDÁTICA DA PARAÍBA E DE MUNICÍPIOS PARAIBANOS

A Coleção didática analisada neste texto foi produzida em meados da década de 1990, evidenciando uma perspectiva até então renovada da história local, com ênfase nos aspectos sociais e na figura do trabalhador. No entanto, nosso estudo não estaria completo sem a devida observação de escritos e compêndios anteriores, produzidos no início do século XX, que nos revelasse como a história local era pensada, escrita e ensinada.

Como exposto, a produção historiográfica do século XIX e início do XX, esteve marcada pela expressão do discurso nacionalista e o modelo metódico científico, que em larga escala, contribuiu para o desprezo de histórias mais estritamente locais, uma vez que na época, valorizava-se a história nacional. Quando corriqueiramente essas narrativas apareciam, eram marcadas pela rigidez que evidenciava certa concepção do espaço local, geralmente elitista, visto que as fontes de investigação aceitas à época eram aquelas consideradas oficiais, que também sinalizavam para um determinado lugar de fala.

A renovação provocada no campo da historiografia determinou mudanças significativas nas formas de se pensar e produzir história. Novos objetos de pesquisa e recursos metodológicos foram introduzidos à investigação, possibilitando novas interpretações e releituras sobre determinados eventos, com ênfase em aspectos, quase sempre, pouco explorados pelos historiadores metódicos. Os estudos acerca da história local também passaram por esse processo. A título de exemplo, poderíamos analisar os ensaios mais tradicionais sobre o local, geralmente feitos por historiadores não profissionais, e logo iríamos perceber características da tradição escrita antiquária ou a cronologia de personagens importantes para a história política daquele lugar.

Durante muito tempo, as narrativas concebidas como história local reproduziram uma concepção localista e empobrecedora dos fatos, caracterizadas exclusivamente pela circunscrição de um determinado espaço geográfico, como destaca Goubert em texto produzido na década de 1970,

denominamos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma

capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (1988¹⁶, p. 70).

Essa interpretação localista da história não concebe as inúmeras possibilidades metodológicas a serem discutidas, negando possíveis conexões com outras escalas, fragmentando assim o local como se fosse um elo perdido. Neves salienta que ao seu significado devemos considerar todos “os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência histórica, a historiografia através de uma perspectiva de um determinado local” (1997, p.14).

A história local deve ser entendida como um conhecimento histórico que se apresenta através de dois enfoques, sendo concebida: “como objeto do conhecimento”, o próprio tema da investigação e pesquisa histórica, ou “como uma referência para o mesmo”, uma vez que determinados acontecimentos e particularidades da história podem ser caracterizados pelo espaço local e sua relação com a comunidade. Essas duas concepções promovem na pesquisa e no estudo acerca da história local uma noção de conscientização social, considerando o reconhecimento do local e de suas articulações com o mundo e, consecutivamente, de si próprio como sujeito histórico. É importante considerar que as abordagens que envolvem a história local têm a possibilidade de situar os problemas significativos da história do tempo presente, na medida em que buscam analisar a formação de espaços sociais através dos membros integrantes de determinada comunidade, identificando problemas e dificuldades que permeiam a vida coletiva.

Para um melhor aproveitamento do trabalho com a história local é preciso ter em mente a necessidade de estabelecer conexões com outros saberes e conhecimentos, mobilizando conceitos para além dos discutidos na disciplina de História, pois sua natureza exige interdisciplinaridade e diálogo constante com outras disciplinas, como a Geografia, que delimita questões relacionadas ao que é lugar, espaço, região e território.

A partir do século XX surge, numa perspectiva interdisciplinar entre a História e a Geografia, o campo de pesquisa da *Geo-História* que deve ser entendido a partir das demandas e necessidades de se compreender o espaço através dos conceitos de Lugar e

¹⁶ Embora o texto tenha sido publicado em 1972, em Nova York, só tivemos acesso a sua edição de 1988 que foi publicada na Revista Arraballes. GOUBERT, Pierre. Local History. 1 N: Histórica! Studies Today. Ed. by Felix Gilbert and Stephen R. Graubard. N.Y. Norton & Co., 1972.

Região, como é o caso respectivamente da história local e da História Regional, que definem como centro de suas análises, o espaço.

Os conceitos de Lugar e Região possuem uma significativa relação, pois a região não deixa de ser um lugar. Inclusive, a historiografia nacional não costuma apresentar diferenças conceituais entre essas duas modalidades, tratando-as como sinônimos. No entanto, segundo os estudos mais atuais envolvendo o campo de pesquisa da Geografia, Lugar e Local apresentam significados e conceitos distintos.

A partir de 1960, diversos estudos começaram a ser produzidos tentando analisar o lugar para além de uma perspectiva locacional, sendo percebido a partir das relações que são estabelecidas dentro e fora, em seu entorno, não apenas como um mero local. O lugar passou a se colocar como um pequeno mundo dotado de suas próprias regras e dentre todas as coisas, o seu endereço espacial não era o traço mais relevante a se pensar. Dessa forma é possível ter uma localidade, um espaço; sem ter um lugar, um mundo repleto de histórias, valores e tradições. Segundo Barros, o lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, que foi investido de significados e valores (2017, p. 170).

Dessa maneira, pensar em história local é refletir sobre múltiplos recortes e sobre diferentes perspectivas, pois os temas podem ser definidos para além dos limites territoriais e políticos que delimitam os Estados e municípios, eles podem “ser a história da própria comunidade escolar, do bairro, de instituições como grupos religiosos, temas como saneamento básico, saúde e lazer” (BARROS, 2019, p. 134). O importante é produzir uma narrativa histórica que contemple a realidade local e os elementos ao seu redor, que nos permita reconhecer “gente como a gente” sendo objeto da história, seja professor, artesão, operário ou agricultor, bem como conseguindo ver as articulações de maior escala, que ligam o local ao mundo e o mundo ao local.

Para considerarmos o local como um campo de pesquisa e atuação histórica, é preciso primeiramente o definir e para tanto, Costa pondera que:

A história local não precisa ser somente a história da cidade ou do Estado, muitas vezes feita nos moldes de uma história nacional – ou seja, uma listagem de prefeitos/governadores ou de pessoas tidas como importantes, muitas vezes pela sua condição social privilegiada (COSTA, 2019, p. 134).

Assim, como já dissemos antes, a história local, longe de estar restrita a uma idéia de “localismo”, evidencia as diversas redes de sociabilidades que lá se estabelecem, revelando o lugar como um espaço para além das dimensões geográficas, indicado por Holzer “como sendo o espaço percebido, uma determinada área ou ponto do espaço da forma como são entendidos pela razão humana” (2003, p. 38). Longe disso, essa perspectiva metodológica problematiza as experiências vividas, as ações e comportamentos dos sujeitos históricos que a ocupam, como destaca Cavalcanti:

[...] o “local” é um lugar de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem. Nessa perspectiva, a “dimensão do local” permite ampliar e compreender a relação entre espaço e ação, ou pensar e problematizar o espaço como lugar de ação, o que coloca, por conseguinte, a relação sujeito/espaço no centro das discussões (2018, p. 274).

A história local tem como norte teórico-metodológico as informações produzidas pela comunidade, por associações de bairro, organizações locais, universidades, construindo um substrato de conteúdo primário a partir das expressões dos fenômenos sociais, culturais e políticos que acontecem cotidianamente. Este, portanto, é o ponto de partida para se construir um conhecimento em torno do local, das histórias das cidades e municípios, pois existe uma conexão mais consistente entre o conhecimento e o sujeito que o absorve (ARAÚJO, 2017).

A análise em torno da história local possibilita averiguar as diferentes dinâmicas que estruturam as relações em grupo, indivíduos e também, entre as instituições. Nesse sentido, a premissa de produção do conhecimento histórico através do local busca observar aquilo que é particular, por meio de uma reduzida escala de análise, o que permite a constituição uma dimensão privilegiada para as produções das narrativas históricas (MACEDO; PRADO, 2020).

Devemos considerar os estudos desenvolvidos sobre história local que tendem a relacionar com outras especificidades historiográficas. Ou seja, é possível falar de uma história local política, econômica ou cultural, pois o lugar, para além de um mero espaço, apresenta traços e aspectos significativos da história de uma sociedade. A história local está presente nas disputas entre os Britos e os Gaudêncios¹⁷; está presente

¹⁷ MOREIRA, Márcio Macedo. Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960) 2012. 221f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

também na apresentação e no desfile do bloco carnavalesco “Quem não pode vai também”¹⁸; está presente nas memórias dos moradores idosos e em muitos outros lugares, sob diferentes formas.

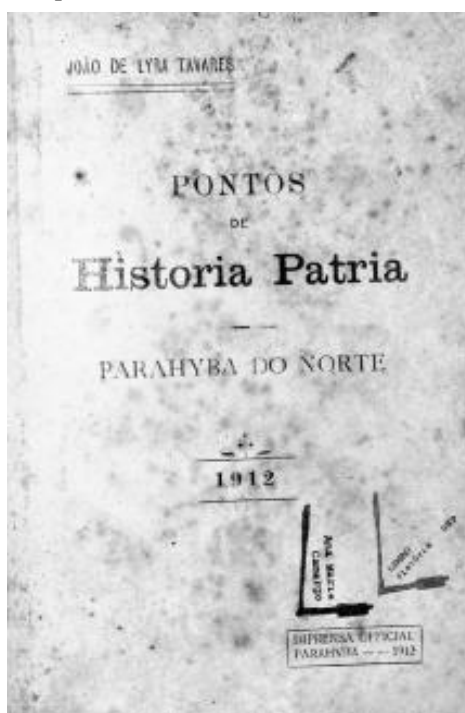
Posto isso, em linhas bastante gerais apresentaremos alguns materiais didáticos de História produzidos ao longo do século XX, com a finalidade de perceber o tratamento oferecido à questão da história local. O primeiro desses escritos que conseguimos localizar foi publicado em 1912, por João de Lyra Tavares¹⁹. Segundo o autor, quando atuou como professor de história do Brasil, pôde perceber a ausência de ensaios e produções mais didáticas sobre a história da Paraíba. Segundo Lyra Tavares, nenhum escritor tinha publicado sequer algum trabalho didático que se ocupasse em estudar o passado paraibano, para além da perspectiva geral da nação. Ainda que existisse um número considerável de obras sobre a história dessa região; ainda, Tavares destacou em prefácio que muitos dos alunos que estudavam na Escola Normal eram pobres e não tinham condições para adquirir essas publicações, embora fossem indispensáveis. “Estudão todos a historia brasileira em geral, e o que cada um refere sobre esta região não permite aos alumnos a organização facil dos pontos que lhes são essenciaes” (TAVARES, 1912, p. 10).

Pontos de História Pátria é, segundo o autor, uma compilação despretensiosa, pois como o título sugere, tal ensaio buscou reunir e sintetizar através de notas alguns dos eventos mais importantes que aconteceram na história paraibana, sem a necessidade de elaborar um material caracterizado por uma escrita erudita. Com um volume total de 163 páginas, o livro foi dividido em 28 breves capítulos (que abrangem a situação de Portugal no período da Renascença, com os primeiros descobrimentos marítimos, a formação das capitanias hereditárias e a presença das populações indígenas, a colonização, até à Independência, o Império e o estabelecimento da República), com dois blocos destinados à listagem de ilustres nomes do Brasil e da Paraíba, além do índice, ao final do texto.

¹⁸ LEITE, Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado. Pessoas que lembram: lazeres nas memórias e histórias de moradores de Serra Branca-PB (1940-1970) 2012. 203f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

¹⁹ Atuou em 1902 como professor de história do Brasil, na Escola Normal, e de contabilidade, no Liceu Paraibano, onde junto com outros professores fundou o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1905.

Figura 1 – Capa do livro Pontos de História Pátria, de 1912.



Fonte: Acervo do LEMAD da USP, disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/473> Acesso em 06/11/2022

No ano seguinte, foi publicado por Manuel Tavares Cavalcanti, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, também sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o epítome de *Historia da Parahiba para uso das escolas primarias*. Com um volume de 110 páginas, divididas em 26 capítulos e índice ao final do texto, a obra recebeu parecer do IHGP, que aprovou o compêndio em julho de 1913 com máximo critério e mais expressivo louvor, o considerando uma “valiosa contribuição prestada á historia e ás letras da Parahyba”, visto que o trabalho “primava pela verdade dos factos e pela exactidão das datas” (1913, p. 5).

Em agosto do mesmo ano, o Conselho Superior de Instrução Pública, na figura de Candido Soares de Pinho e Lindolpho Correia (relator), também emitiu um parecer afirmando que “do genero, de nenhuma outra obra tem esta Commissão conhecimento”, visto que atendia aos objetivos e preenchia as lacunas existentes na produção didática da história da Paraíba, com a utilização de uma escrita clara e precisa da qual os jovens de muito se aproveitariam, sendo então aprovado sua adoção como compêndio nas escolas primárias do Estado em 22 de agosto de 1913.

Assim como a produção de Lyra Tavares, Cavalcanti também apresentou a sua obra um singelo esboço de uma história completa da Paraíba, sendo produzida num curto período de um mês. O autor já se antecipa dizendo que quaisquer defeitos que se apresentem no texto, ao menos “se inspirou sempre n'um duplo amor, o amor á verdade historica e o amor á terra que o viu nascer” (1913, p.9). Para sua produção, de muito se aproveitou de algumas obras clássicas de ilustres paraibanos como Irineu Joffily, Maximiano Lopes Machado, Irineu Ferreira Pinto, João Rodrigues, Coriolano de Medeiros, entre outros.

Figura 2 – Capa do Epítome de Historia da Parahiba para uso das escolas primarias, de 1913.



Fonte: Acervo do LEMAD da USP, disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/473> Acesso em 06/11/2022

Avançando alguns anos, na década de 1960, algumas produções bibliográficas de caráter didático para a disciplina de História surgiram ainda que de forma esporádica, pois cumpre ressaltar que nesse período marcado pela ditadura dos governos militares, as disciplinas de história e geografia foram extintas, sendo substituídas por matérias que se tornaram obrigatórias como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Dessa forma, a maioria dos trabalhos acabaram sendo duramente reprimidos pelos aparelhos de censura, como é o caso da coleção *História Nova*, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), em 1964. Escrita em conjunto por Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de

Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, todos vinculados ao Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a coleção tinha o objetivo de lançar dez títulos²⁰, dos quais cinco chegaram a ser publicados até 1964, porém suspensos pela recém-instalada Ditadura Militar²¹.

Figura 3 – Capa da 1ª ed. do volume I da coleção História Nova do Brasil, publicado pela Cases em 1964.



Fonte: Clemente, 2013, p.119.

Em entrevista concedida a Amauri Pereira, Amílcar Araujo e Verena Alberti, em 2013, Joel Rufino explica como a Coleção da História Nova foi se forjando, destacando as necessidades encontradas no ensino à época, que precisavam experimentar uma reformulação em seus conteúdos e métodos. A História Nova se encaixaria, portanto, no programa de governo de João Goulart e nas suas propostas de reforma de base, visto que esse projeto era defendido como a reforma de base no ensino de história.

²⁰Assim pensados: 1. "O descobrimento do Brasil"; 2. "A sociedade do açúcar"; 3. "As invasões holandesas"; 4. "A expansão territorial"; 5. "A decadência do regime colonial"; 6. "A independência de 1822"; 7. "Da Independência à República"; 8. "O sentido da Abolição"; 9. "O advento da República"; e 10. "O significado do Florianismo".

²¹ Em entrevista, Joel lembra que já antes de 31 de março, data que marca o início do golpe militar, a Coleção foi apreendida de forma arbitrária pela força policial, pois o governador do Rio de Janeiro à época era Carlos Lacerda.

Na introdução, os autores apontam que a Coleção fez parte do combate pela história no plano do ensino através da reformulação de conteúdos que eram considerados básicos. Não se tratava de uma inovação curricular na disciplina de história, mas da possibilidade de discutir determinados assuntos sob diferentes prismas, por exemplo, incluindo informações relativas à sociedade, a economia e a cultura, em vez de reduzir e condenar as narrativas históricas aos relatos das “grandes figuras políticas”; inserir a história nacional no quadro dos acontecimentos da História moderna e contemporânea, visto que “o Brasil, desde seu aparecimento até hoje, está ligado aos interesses mundiais” (ZILBERMAN, 2021, p. 40). A Coleção impulsionou, ainda que num breve período de tempo, a formação de uma prática pedagógica que além de reformular o ensino de história, permitisse que ele fosse responsável pelo projeto em curso de transformação da sociedade nacional.

Figura 4 – Capa da 2ª ed. do volume I da coleção História Nova do Brasil, publicado em 1965.



Fonte: Clemente, 2013, p.120.

Ainda que a Coleção História Nova não discuta especificamente a História da Paraíba, por ora, nosso tema de análise trouxe em poucas linhas a sua discussão, visto que muitas das produções de renovação e reforma do campo da História e seu ensino é atribuído aos movimentos intelectuais dos anos 80. Ainda no período anterior ao golpe

de 1964 e ao longo da ditadura militar, no auge da censura e repressão do estado, é possível perceber a articulação de professores atuando de maneira mais ostensiva ou mesmo “por debaixo dos panos”, preocupados em melhorar a qualidade do ensino de história da época através da produção de manuais que trazem a cena, aspectos nem sempre estiveram presentes nas salas de aulas.

Cumpré destacar que para a elaboração desse trabalho, optamos por selecionar algumas obras anteriores a publicação da Coleção Resgate, com o objetivo de analisar de forma comparativa a questão da história local. Nossa seleção foi elaborada através da indicação de manuais utilizados a época em escolas como o Liceu Paraibano. Com isso, não estamos buscando contemplar todas as produções didáticas que toquem a temática, visto as lacunas temporais existentes neste texto, mas sim, perceber o tratamento que é oferecido a história local.

Trazendo de volta para o contexto paraibano, já na década de 1970, algumas produções também foram lançadas com vistas à utilização em sala de aula, tal como a obra *História da Paraíba: para uso didático*, de Carmem Coelho de Miranda Freire, uma das mais ilustres historiadoras e educadoras da Paraíba, atuou como professora catedrática do Liceu Paraibano e membro do Instituto de Genealogia e Heráldica e do IHGP da Paraíba.

Figura 5 – Capa do livro *História da Paraíba: para uso didático* de Carmem Freire, 1978.

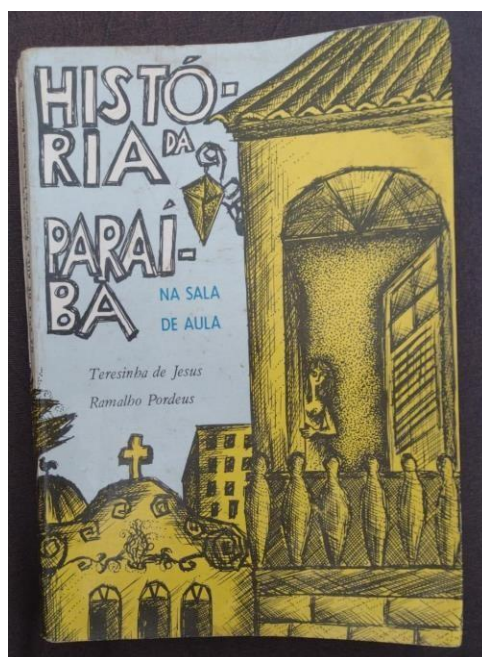


Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

A obra que possui um volume de 255 páginas, sendo dividida em 28 capítulos, além do sumário ao final do texto, passou por diversas edições, das quais tivemos acesso a segunda, que foi lançada pela União, em 1978. Cumpre lembrar, que diferente dos ensaios e compêndios anteriores, do início do século, que reuniram e condensaram informações sobre a história da Paraíba desde o processo de conquista, Freire, porém, vai retratar o período que abrange os anos de 1878 a 1978, dando ênfase a algumas temáticas relacionadas à sociedade e cultura.

Por último, também foi publicado em 1978 o livro *História da Paraíba na sala de aula*, de Teresinha de Jesus Ramalho Pordeus. Com um volume total de 291 páginas, a autora ressalta que a produção, embora não tenha tanto rigor teórico ou erudito, foi pensada no intuito de auxiliar professores e alunos no processo de interpretação dos fenômenos históricos paraibanos, tendo inclusive como finalidade a concretização dos objetivos gerais estabelecidos pelos currículos do Programa Oficial (Proposta Curricular): “tornar o aluno capaz de demonstrar conhecimentos da evolução histórica do nosso Estado, evidenciando atitudes de valorização aos elementos representativos da história e da cultura paraibana” (PORDEUS, 1978, p. 17).

Figura 6 – Capa do livro *História da Paraíba na sala de aula* de Teresinha Pordeus, de 1978.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Feita uma breve exposição dos compêndios utilizados, gostaríamos de analisar a partir de agora o tratamento concedido à questão da história local nos referidos manuais. A primeira produção de 1912, escrita por Tavares, por se tratar de um ensaio modesto sobre determinados pontos e notas importantes da história da Paraíba, não aprofunda questões relevantes para o espaço regional. Na verdade, a obra projeta a história local numa relação de dependência com o nacional, que aos poucos, através vai se afunilando, inserindo aqui ou ali alguns pontos, sem maiores pretensões, visto que a história narrada é descrita desde a gênese do processo de conquista dos europeus até a mudança para o regime republicano.

A Paraíba aparece brevemente em alguns tópicos, por exemplo, que condensam a história da formação e ocupação territorial em três curtos parágrafos, que registram os nossos feriados locais ou quando são mencionadas as revoltas liberais que antecederam a emancipação política e os primeiros anos do Governo Imperial. Cumpre destacar, que embora essas rebeliões estejam devidamente registradas, as revoltas populares, por sua vez, não tiveram espaço nas páginas do compêndio. Ou seja, aspectos que envolvem questões sociais, econômicas e culturais da história da Paraíba, estiveram à margem dessa primeira produção, como bem destacou os autores subsequentes a Tavares.

Por sua vez, na obra de Cavalcanti alguns aspectos da história da Paraíba foram contemplados, ainda que com uma abordagem mais tradicional. Por exemplo, um dos capítulos da obra foi destinado à discussão das revoltas que presidiram o Império no Brasil, o Quebra-quilos e o Ronco da Abelha. Esses movimentos foram analisados por Cavalcanti a partir da ideia de ignorância das massas populares, visto que as rebeliões são expressas como sem fundamento, usando as palavras do próprio autor: “É por esse tempo que a Parahiba foi cenário de uma agitação sem precedentes e sem justificativa” (1912, p. 99).

A questão da presença indígena também é explorada na obra, ainda que de forma superficial, em capítulos destinados a caracterizar o território, as populações nativas, e as alianças estabelecidas com os povos europeus. Além de descrever sumariamente componentes da organização social e cultural dos aborígenes, Cavalcanti analisou essas relações mais a fundo considerando-os verdadeiros “selvagens”, em diversos momentos no texto, e “refratários à obra da civilização” (1913, p. 5, 15).

Já na década de 1970, Carmem Freire também traz a discussão sobre as revoltas populares que aconteceram no período imperial, como o Quebra-quilos. Diferente da análise realizada por Cavalcanti no início do século, que considerou esta uma revolta “sem justificativa”, a qual “não se sabe ao certo como se desencadeou n'ellas o espírito da revolta” (1912, p. 99), Freire não atribui juízo de valor ao movimento, buscando elucidar os motivos da rebelião, ainda que de forma sucinta, e descrever a reação do povo frente à implantação do sistema métrico decimal.

Carmem Freire também trouxe ao ensaio algumas questões sobre a abolição da escravidão e a condição do negro escravizado, elementos que nem sequer foram citados por Cavalcanti. A autora destacou como o processo de abolição foi forjado, salientando a contribuição da Sociedade Emancipadora que desenvolveu ações de combate à escravidão e alforriou diversos escravos, antes da promulgação da Lei Áurea, em 1888. Inclusive, Areia e Mamanguape aparecem no corpo do texto como exemplo de cidades paraibanas com grande número de escravos alforriados. Embora essas colocações possam parecer um tanto simples, visto que hoje muito se produz sobre a condição do escravizado e suas ações de luta e resistência a escravidão e ao preconceito, cumpre lembrar que para a época, a inserção desejam temáticas e o reconhecimento das lutas populares fugindo da perspectiva de ignorância, já representavam um grande avanço.

Ainda na década de 1970, Teresinha Pordeus também escreveu sobre as revoltas do Quebra-Quilos e do Ronco da Abelha. Diferente da abordagem adotada por sua contemporânea, a autora considerava os movimentos obras de uma “parte da população ignorante (que não entendeu a finalidade da lei)” (1978, p. 136). Inclusive destacou que muitos desordeiros se aproveitaram da situação e “cometiam verdadeiros absurdos”.

Logo abaixo da descrição apresentada sobre os movimentos, a autora classifica aquilo que ela considerava como os possíveis motivos para a sedição, sendo eles: “a pobreza e os impostos onerosos; a ignorância da população em geral, do Centro da Província; e a desmoralização da autoridade por falta de apoio e orientação e de meios de repressão ao crime” (1978, p. 137).

Por sua vez, a Coleção didática do Projeto Resgate, publicada em 1990, a qual analisaremos mais adiante, apresenta uma visão reformulada da história e da história local, ao trazer a discussão os elementos que foram citados nos escritos anteriores (as populações nativas, as revoltas populares de diversos períodos da história, a condição do

negro durante e pós-escravidão) ainda que sob renovada perspectiva. A abordagem adotada pelo Projeto considera a situação de exploração do trabalhador em distintos momentos da história, que precisou se organizar na luta por seus direitos e garantias. Por exemplo, diferente do tratamento oferecido nas produções anteriores à questão das rebeliões populares no Império, os autores da Coleção Resgate, no livro *Uma história do Ingá* (1993), consideraram a revolta do Quebra-Quilos como a expressão popular de uma reação “ao súbito agravamento das condições de vida da população pobre e livre” (CAVALCANTI, 1993, p. 40).

No volume *Uma história de Areia*, publicado em 1998, os autores também consideram que a insatisfação popular poderia ser justificada pelas condições de exploração próprias do processo de apropriação das terras da qual muitos camponeses tiravam seu sustento. Além disso, o historiador Luiz Nunes Alves, com texto em verso, destaca o receio de que com o estabelecimento do novo sistema métrico, baseado no modelo da França, a situação de pobreza e miséria pudesse agravar através de furtos e roubos, visto que a população pobre desconhecia o funcionamento desse novo sistema.

Alterações no sistema
De medir e de pesar;
Vara, jarda, libra, Quarta
Tudo isso vai mudar;
Metro, litro, quilograma
pros matuto era trama,
forma fácil de roubar.
(ALVES, 1984, p. 128 *apud* CAVALCANTI, 1998, p. 74)

Discutidas as questões sobre a produção didática da Paraíba e de municípios paraibanos no século XX, abordaremos a seguir, a questão da história local numa perspectiva do ensino aprendizagem.

1.4 HISTÓRIA LOCAL NA PERSPECTIVA DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Antes do processo de renovação historiográfica, as produções acerca da história local eram organizadas predominantemente em torno do eixo político-institucional, abrangendo questões sobre o período da conquista e a formação administrativa e

inserindo uma série de dados desconexos ao modo de “curiosidades”, sem que haja uma interação entre esses dados e a própria história local.

A história local pode ser apontada como uma estratégia de ensino que oferece a possibilidade de reconstruir as narrativas através da multiplicidade de pessoas que compõem o local, enfatizando a história de muitos daqueles que por muito tempo foram excluídos e marginalizados pela historiografia clássica. No entanto, não estamos propugnando o abandono das questões político-institucionais, não estamos discutindo a sobreposição de uma narrativa sobre a outra, deslocando a história elitista de governantes políticos a favor da história exclusiva dos subalternos, negando a existência de um em relação ao outro. Trata-se de pensar o ensino de História e a história local numa relação dialética como um objeto de conhecimento, ao mesmo tempo, como um lugar de onde o conhecimento pode ser compartilhado, entre professores e alunos, entre a comunidade e a família, nas igrejas ou em outras instituições coletivas.

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1989, p. 220).

O direcionamento da história local para o ensino de história pode ser considerado tanto através do seu próprio valor quanto pelo grande potencial para realizar atividades que desenvolvam competências do conhecimento científico no âmbito escolar. A vinculação entre o ensino de História e o conhecimento científico “redimensiona a importância social da área na formação do estudante, sinalizando a possibilidade de estudo e atividade que valorizem a atitude intelectual do aluno” (BARROS, 2013, p. 2), assegurando o seu desenvolvimento e inserção em atividades que potencializam sua autonomia para aprender.

Posto isto, é preciso considerar a importância de pensar as teorias da história atreladas ao ensino, no sentido de aprofundar questões próprias da realidade e vivência dos alunos. Essa afirmativa está inserida nas propostas curriculares adotadas em vários Estados brasileiros, que desde a década de 1980 versaram sobre a intenção do ensino de História, que durante um bom tempo esteve associada à necessidade de se construir uma

identidade nacional baseada nos estudos de grandes acontecimentos políticos ou da representação dos “heróis da nação”, pois como destaca Hobsbawm: “durante a maior parte da história escrita, as massas populares apenas foram incluídas em circunstâncias muito excepcionais, como as grandes revoluções e insurreições sociais” (1998, p. 217 *apud* HORN, 2006, p. 123).

A produção e o ensino de história local permitem o reconhecimento das pessoas enquanto sujeitos que fazem parte da história e que a podem construir, independente da sua classe, posição social, profissão, gênero, ou cor. Diferentemente das narrativas convencionais que comumente eram associadas e definidas como histórias locais, aquelas que se restringiam à representação de determinados agentes políticos, grandes famílias ou indivíduos “proeminentes”, que amontoavam de forma quase antiquária informações muitas vezes desconexas.

Tendo como norte a história local aplicada ao âmbito da sala de aula deve-se notar que é preciso haver didática e habilidade por parte do docente, para conseguir trabalhar os aspectos constitutivos dessa área. Porém, os livros didáticos e as apostilas geralmente não dão conta das particularidades locais, uma vez que eles estão atrelados à escala geográfica nacional, internacional e, quando muito, regional (ARAÚJO, 2017). O modo como a historiografia é trabalhada nas escolas de Norte a Sul do Brasil demonstra que esses materiais comumente trazem uma abordagem mais geral da história, tornando-se maior a dificuldade com o trabalho de história local por não costumar haver um material alinhado com a perspectiva curricular que traga a dimensão da escala geográfica que o aluno está inicialmente inserido: o lugar.

Para se dedicar ao trabalho de história local, quase sempre os docentes têm que efetivar suas próprias investigações para obter dados e informações e, conseqüentemente, elaborar sua produção de material para fins didático-escolares. Por outro lado, o trabalho de história local é uma importante possibilidade para os próprios docentes realizarem sua atuação profissional enquanto protagonistas na produção do conhecimento, que optaram pelo mesmo enquanto objeto de estudo, o que permite atender aos debates psicopedagógicos que valorizam uma educação pautada na produção da autonomia, responsabilidade e proatividade dos discentes (ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013).

Não necessariamente a história local precisa ser a história de determinada cidade ou estado, uma vez que realizada nos mesmos moldes de uma história nacional, contendo a listagem de prefeitos, governadores ou de pessoas tidas como importantes na maioria das vezes pela sua condição privilegiada, passa a renunciar diversos grupos sociais que também são produtores diretos e indiretos do processo histórico que acontece cotidianamente em determinado local (ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013).

Esse é mais um parâmetro para os estudantes reconhecerem que as histórias que eles lêem nos livros didáticos, também são formuladas por determinados grupos sociais e que determinada narrativa pode ser incrementada, confirmada ou alterada pelos mesmos sujeitos, desde que consiga seguir certas disposições do caráter científico para ser produzido o material. Um desses condicionantes é a produção do conhecimento histórico a partir do uso de fontes nas suas mais distintas naturezas, o que permite o trabalho com história local se tornar uma grande oportunidade não só de produção de conhecimento, mas também de aplicação e veiculação de informações para fins didáticos no âmbito da Educação Básica (BIANCHEZZI et al., 2014).

A utilização de fontes historiográficas viabiliza a elaboração de conhecimentos em diversas escalas e suportes, as quais podem ser pessoais, institucionais, orais, escritas, visuais. Neste sentido, existe a potencialidade para proporcionar conhecimento do local dos alunos mediante a busca pelos seus respectivos espaços de moradia, onde traz implicações que ressignificam a compreensão dos discentes com o local onde vivem (QUEIROZ et al., 2001).

Segundo Sousa (2015), o trabalho com história local nas instituições de ensino tem sido empregado com vistas à interdisciplinaridade, pois dependendo do recorte escolhido é viável desenvolver trabalhos que dialogam com a Geografia, Educação Física, Biologia, isto mantendo interligação com distintos campos, temas e abordagens da História. Existem inúmeras possibilidades que podem ser colocadas em prática pelos sujeitos envolvidos nas atividades escolares, o que aperfeiçoa e potencializa o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História na educação básica.

Porém, Assis e Pinto (2019) asseveram que a proposta de História local para o ensino de História deve levar em consideração a cautela para formular conhecimentos a partir da inter-relação das escalas geográficas, para que não se empreenda um trabalho desconexo e sem eficiência no quesito aprendizagem. Isto se deve ao fato de que a

história local por si só não tem condições de dar conta de todo o entendimento presente em determinada localidade. Portanto, ela não consegue desenvolver concepções amplas ou sínteses como os recortes nacionais e globais conseguem tecer.

Considerando as discussões realizadas até então sobre História Local e os livros didáticos de História da Paraíba, a seguir iremos conhecer a trajetória de atuação do Projeto Resgate através dos depoimentos coletados com alguns integrantes do grupo, buscando perceber as teorias e elementos presente na construção dessa narrativa, bem como os resultados dela gerados.

CAPÍTULO 2 – NOS RASTROS DA TRAJETÓRIA: CONHECENDO O PROJETO RESGATE PARA ALÉM DOS MANUAIS DIDÁTICOS

Como vimos anteriormente, a produção do conhecimento histórico, seu ensino, a elaboração e adoção de materiais didáticos não se fez sem profundas interações com dimensões sociais, políticas, culturais ou econômicas. A trajetória de um livro didático, especialmente na área de História, é perpassada por questões desse teor e não foi diferente com a Coleção que estudamos.

Vamos analisar sua trajetória levando em consideração esse contexto com o qual os autores e outros sujeitos interagem em torno de duas décadas, os anos 80 e 90 do século XX. Acrescentaremos também à nossa análise os resultados da experiência do fazer, proporcionada pelo Projeto Resgate a estudantes da graduação e professores recém-formados, que dessa ação constituíram trabalhos dos mais variados níveis acadêmicos sobre diversos aspectos da história local dos municípios pesquisados.

2.1 AS ORIGENS DE UM PERCURSO

Para conhecermos as origens em torno do Projeto Resgate é preciso analisar a experiência antecedente desenvolvida na década de 1980, que teve como resultado o livro sobre o Município de Patos²², publicado em 1985. Segundo depoimento de Regina Célia Gonçalves, o Projeto de História Local²³, como ficou conhecido ao longo da sua trajetória, surgiu em decorrência, dentre muitos fatores, do ingresso de profissionais que vieram de várias regiões do Brasil para compor o quadro profissional acadêmico da

²² A experiência pregressa do Município de Patos foi uma produção à parte desenvolvida pela professora Joana Neves em parceria com a Comissão do IV Centenário da Paraíba e a Prefeitura Municipal, no ano de 1985. Dentre a equipe que incorporou o Projeto Resgate, apenas a professora Regina Célia Gonçalves esteve presente nessa edição, como pesquisadora. No entanto, não poderíamos deixar de analisar essa obra, como faremos a seguir, devido à sua importância teórica e metodológica. Foi a professora Joana Neves uma das principais responsáveis pela formação intelectual das integrantes do Projeto Resgate. Foi ela, junto com a docente Rosa Maria Godoy, que buscou problematizar a produção à época, definida como história local. A experiência no município de Patos abriu as portas para toda uma produção sobre história dos municípios que se seguiu nos anos de 1990.

²³ É importante ressaltar que em depoimento a professora Regina Célia Gonçalves destacou que embora o nome oficial fosse Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, a coleção era simplesmente conhecida como Projeto História Local, pois foi esta a principal questão que explicou a vinculação deste com a pesquisa desenvolvida no município de Patos e que mobilizou uma série de pesquisadores durante os anos 90.

UFPB, em especial a admissão de jovens historiadores²⁴ que tinham a preocupação de produzir uma história crítica em combate à historiografia metódica, hegemônica no departamento de história à época. Somado a isto, há de se destacar também a luta travada pela comunidade de historiadores em nível nacional, através da ANPUH, para acabar com o legado da ditadura militar na educação que retirou o lugar do ensino da história, da geografia e outras disciplinas que compreendem as Ciências Humanas e Sociais, substituindo-as por disciplinas obrigatórias como a Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira.

Essa ebulição em nível nacional e local ofereceu um novo impulso à produção historiográfica que nesta época estava atrelada à preocupação em torno do ensino de História, considerando seus anos de extinção durante a ditadura militar. A História de Patos e do Projeto História Local foi, nesse sentido, o resultado de profundas mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas e intelectuais que o Brasil estava sentindo nos anos de 1970 e que foram percebidas através da prática historiográfica e da ação política dos historiadores.

O XI Simpósio Nacional de História, organizado pela ANPUH, que ocorreu em 1981 na cidade de João Pessoa, sinaliza para essa crescente mudança no parâmetro da produção historiográfica e o lugar do conhecimento histórico, com destaque para a questão regional e a história do Nordeste, que foram tema da abertura deste evento através da palestra do Professor Manuel Correia de Andrade. Foi neste encontro também que a Assembleia Geral aprovou a abertura da ANPUH para a incorporação de todo e qualquer profissional de História que atuasse no magistério, possibilitando uma maior abrangência no seu quadro de associados. Todos esses eventos citados pela nossa depoente apontam para a latente inquietação em torno das condições do ensino de História, seu currículo, material didático e etc.

Em depoimento a professora Regina Célia Gonçalves relatou que o caso de Patos foi resultado de todo esse contexto reformador dos anos 1980 e que havia surgido através do diálogo entre a Secretaria de Educação do Município e alguns membros do

²⁴ Alguns nomes importantes são mencionados durante o depoimento com Regina Célia no sentido de perceber o panorama a nível local das mudanças que estavam acontecendo durante as décadas de 1970 e 1980, sobretudo na UFPB, como a chegada de Silvio Frank Alem, Joana Neves e Rosa Maria Godoy. Estes nomes contribuíram de forma significativa para uma nova percepção da História dentro do Departamento pois haviam sido formados na tradição historiográfica francesa dos Annales e da Marxista, sendo responsáveis também pela criação do NDIHR e da Associação dos Docentes (ADUFPB).

NDIHR, com a finalidade de produzir um livro didático sobre a história local. Todo o roteiro e estrutura do livro foram pensados de forma coletiva, com discussão entre os professores do município acerca das temáticas a serem abordadas no texto. Este trabalho acabou impulsionando a Linha de Extensão e Materiais Didáticos do NDIHR, do qual o Projeto Resgate fez parte durante a década de 1990.

Até o momento, apresentamos brevemente ao leitor o contexto de articulação do caso de Patos, que foi a experiência pioneira que ofereceu a equipe do Projeto Resgate as bases teóricas para a execução do trabalho. Maiores informações sobre a organização e conteúdo do livro *História de Patos* estão registradas no terceiro capítulo. Posto isso, iremos nos aprofundar a seguir, nos rastros da trajetória de formação do Projeto Resgate, principalmente através dos depoimentos oferecidos pelas professoras Vilma Melo, Maria Helena Cavalcanti e Rossana Sorrentino.

Segundo Vilma Melo, a história da Coleção Resgate esteve vinculada ao Plano de Ação Governamental, que surgiu para atender e assegurar as reivindicações lançadas durante consulta popular. De acordo com nossa depoente, esse programa propunha a participação popular em nível local na definição de prioridades governamentais. Dessa forma, esperava-se que, a partir das reivindicações levantadas nas reuniões com equipes do Governo do Estado, seria possível investir em prioridades sociais e regionais, como a aquisição de equipamentos, realização de obras públicas e medidas administrativas que pudessem de fato contribuir para a melhoria da condição de vida de muitas pessoas.

O Gabinete de Planejamento e Ação Governamental articulou uma parceria entre a Coordenação de Estudos Históricos e Culturais do IDEME e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), tendo a finalidade de elaborar um projeto de resgate do processo histórico e cultural dos municípios com vistas à elaboração de materiais didáticos e à difusão do conhecimento entre as comunidades.

O projeto começou a ser articulado no ano de 1987, quando a Professora Rossana de Souza Sorrentino Lianza assumiu a chefia da Coordenação de Estudos Históricos e Culturais e convidou três colegas do curso de História, que na época estavam fazendo especialização em História Econômica e Social do Nordeste

Contemporâneo (1988-1990)²⁵, para formar uma equipe de trabalho que deveria atuar junto à Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN). Entre as convidadas, destacam-se os nomes de: Maria Helena Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves e Vilma Melo. Para assessorar este trabalho, contou-se, também, com a participação das Professoras Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira, do Departamento de História da UFPB e pesquisadoras vinculadas ao NDIHR, que foram essenciais para a consolidação da concepção de Ensino de História e História local que o Projeto Resgate viria a difundir.

Segundo Rossana Sorrentino, o IDEME foi extremamente importante para construção desse projeto, ainda que a coordenação tenha sido dissolvida anos depois, visto que foi o espaço que ofereceu as condições necessárias para a discussão de temas que eram pertinentes à época, suscitados através do Plano do Povo (Depoimento de Rossana Sorrentino, 2020, p. 3).

Na época, essas professoras que cursavam a dita especialização trabalhavam na rede pública de educação enquanto funcionárias do Estado, exceto Vilma Melo, que atuava no setor privado, e foi por meio das interações em sala de aula na UFPB, a partir de 1988, que elas acabaram se aproximando e criando as bases para a elaboração do Projeto. Nesse período, Vilma Melo e principalmente Regina Célia Gonçalves já haviam tido experiências pregressas com a pesquisa acadêmica, diferente de Maria Helena Cavalcanti e Rossana Sorrentino, que “tinha a sala de aula e as carências que a sala de aula mostrava” (Depoimento de Rossana Sorrentino, 2020, p. 3).

Como lembra Maria Helena Cavalcanti:

Na época eu era professora da rede pública, eu era professora do Estado. Eu estava fazendo especialização, era uma especialização na UFPB, em História Econômica e Social do Nordeste Contemporâneo e eu conheci a professora Rossana, a professora Vilma de Lurdes e a professora Regina. Nós estávamos nessa turma da especialização que, como falei, tinha como professoras Rosa Godoy e também, Joana Neves. Então, a professora Rossana, ela tinha sido convidada pra trabalhar no IDEME, o Instituto de Desenvolvimento do Estado, e ela nos convidou pra fazer parte com ela desse projeto de história local -

²⁵O referido curso contou com cerca de duas dezenas de egressos da Graduação em História nos anos antecedentes e lançou bases para que diversos de seus discentes, posteriormente, buscassem formação pós-graduada *Stricto Sensu*, tendo ingressado em diversas instituições de ensino básico e superior no Estado da Paraíba e outros Estados.

"Nova Metodologia de Base"; na época, o projeto surgiu com esse nome.

(Depoimento de Maria Helena, 2020, p. 3).

Conforme cópia original apresentada ao IDEME, à Nova Metodologia de Base – segundo entrevista com a Professora Maria Helena Cavalcanti o Projeto teria surgido com esse nome – foi pensada a partir de alguns princípios, em especial, por meio das exigências destacadas no Plano de Ação Governamental de 1987-1991. Conhecido popularmente como Plano do Povo, esse instrumento de escuta da população através de reuniões e assembleias locais foi criado em janeiro de 1987 e regulamentado pelo Decreto 12 nº 12.077/1987, durante o governo de Tarcísio Burity. Esse programa marcou o início da retomada da participação popular na Paraíba por meio do estabelecimento de um orçamento democrático que buscava assegurar a participação dos cidadãos na escolha e definição de suas prioridades, considerando a necessidade de bem-estar social. Embora o programa oferecesse uma abordagem bastante significativa, acabou sendo extinto pouco tempo depois de sua formação por questões relacionadas à mudança na gestão do Governo Estadual. Naquele momento, o governo de Tarcísio Burity (1987-91) cedia lugar para o de Ronaldo Cunha Lima (1991-94), que mesmo integrando o mesmo partido, eram de grupos rivais, o que levou a mudanças importantes na composição dos quadros dos diversos órgãos do Estado, que muitas vezes descontinuaram políticas públicas em andamento.

Antes de avançarmos, é preciso abrir um parêntese para explicar como surgiu essa expressão *Nova Metodologia de Base*. Maria Helena Cavalcanti afirmou reiteradas vezes em entrevista que o Projeto de história local teria surgido com esse nome. No entanto, esse termo não foi sequer mencionado nas outras entrevistas realizadas com Regina Célia, Rossana Sorrentino e Vilma Melo. O próprio documento apresentado ao IDEME, em julho de 1989, era chamado de *Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*. Embora acreditando que essa expressão possa ser um lapso de memória resolvemos analisar o que a depoente considera ser essa *Nova Metodologia de Base*:

Era “Nova Metodologia do Ensino de Base”... Na época, era o nome do projeto. Então, fazer uma história do município, dar voz às pessoas. Fazer com que as pessoas se encontrassem como sujeitos daquela

história - elas se reconhecessem, elas tivessem voz, elas tivessem vez... os professores, os alunos, os pequenos produtores rurais.

(Depoimento de Maria Helena, 2020, p. 8).

Dessa forma, podemos aferir que a *Nova Metodologia do Ensino de Base* seria uma nova abordagem teórica e metodológica que buscava pensar a história local no contexto do Ensino de História, para além das narrativas tradicionalistas e lineares, que enaltecem a figura de personagens políticos e famílias proeminentes. “Então era dar vez, dar voz às mulheres, aos professores, aos agricultores” (Depoimento de Maria Helena Cavalcanti, 2020, p. 8). O Projeto Resgate, independente da eventual discordância em torno da adoção dessa denominação apontada exclusivamente por essa nossa depoente, foi, de fato, conhecido pela utilização de uma nova metodologia, sendo, inclusive, este o motivo dos muitos problemas com as gestões de alguns dos municípios pesquisados. Mas iremos nos debruçar sobre esse assunto mais adiante.

Através de entrevista concedida pela Professora Vilma Melo, em 27 de junho de 2020, pudemos perceber que a consulta popular constituiu a base para a elaboração do Projeto, pois foi a partir das necessidades destacadas em relação à educação e o ensino de história que a equipe começou a trabalhar:

O Projeto foi pensado a partir de duas premissas: primeiro consultamos as cartilhas do “Plano do Povo”. Na educação, os professores e gestores foram consultados e o que constituiu as suas demandas, entre outras coisas, foi aumento dos salários, melhoria nas condições e acesso a material didático! Como segunda premissa, buscamos na legislação de ensino – LDB; PCN’s²⁶ e documentos locais, as demandas e possibilidades para a História e o seu ensino, e, lá estava a História Local!

(Depoimento da professora Vilma Melo, 2020, p. 4).

²⁶ Uma observação cabível aqui é sobre as eventuais flutuações da memória, que às vezes incidem em necessidade de maior precisão histórica. No contexto de 1988/89 ainda não poderia haver a consulta aos PCN’s, que surgiram na segunda metade da década seguinte, após a promulgação da LDB de 1996. Até então, estava vigente a LDB de 1971 (Lei 5692/71), com sua legislação derivada, amplamente questionada por diversos setores atuantes na educação nesse contexto de redemocratização. Podemos dizer que pontos importantes da nova legislação estavam em gestação, enquanto a antiga era questionada. Nesse sentido, diversos anseios que foram materializados nos PCN’s foram discutidos e experimentados nesse momento imediatamente anterior, o que pode ter levado a professora a fazer essa ligação, considerando a lembrança de mais de três décadas passadas.

2.2 A METODOLOGIA E DINÂMICA DO TRABALHO NO PROJETO RESGATE

Vários princípios foram estabelecidos com a finalidade de delimitar recortes e abordagens temáticas de comum interesse aos dois órgãos que estavam articulados a esse Projeto, tais como o “estudo de temas socioeconômicos, históricos e políticos referentes ao Estado e à Região Nordeste; a revisão de temas considerados clássicos; a necessidade de desenvolver a ciência em consonância com a realidade²⁷” e etc. De forma mais concreta, esses recortes podem ser percebidos em nossa análise presente no último capítulo.

Cumprir lembrar que no contexto mais geral, era uma época de profundas mudanças políticas, institucionais e legislativas no país, com a elaboração e promulgação da Constituição de 1988, das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais. Essa situação acabava criando um ambiente de participação, e mesmo de confrontos entre projetos distintos de sociedade. Esses desafios faziam parte de um momento muito rico de mudanças e que permeou a história do Projeto Resgate.

Na época, o Estado da Paraíba tinha cerca de 171 municípios, e a equipe responsável pelo Projeto era formada por apenas quatro professoras e quatro servidores gerais da Secretaria de Planejamento que prestavam apoio às ações da Coordenação. Dessa forma, como seria inviável atender a todos, foram estabelecidos alguns critérios para a seleção dos municípios, tais como

- a) Importância histórica com base na rede de serviços que este dispõe, inclusive, sendo alguns sedes microrregionais;
- b) A existência de patrimônio e documentos histórico-culturais que estão em estado de deterioração;
- c) Por sua importância histórica na ocupação do espaço regional.

(Cópia impressa do projeto, 1989, p. 22)

Há de se questionar os critérios que foram estabelecidos pela estrutura do Projeto no momento de seleção dos municípios, pois segundo o documento, parte do interesse de iniciar a pesquisa estava relacionado à alegada importância histórica dessas localidades no espaço regional. O município de Boqueirão, por exemplo, despertou uma

²⁷ Na Introdução e na Justificativa da cópia apresentada ao IDEME em julho de 1989, é possível destacar algumas abordagens teóricas que fazem parte das preocupações centrais desse Projeto.

significativa relevância na equipe, visto que foi uma das áreas de povoamento mais antiga na Paraíba, que remonta ao final do século XVII, na região do Cariri. Ainda que a pesquisa não tenha dado prosseguimento ao trabalho de elaboração do livro²⁸ didático, houve essa iniciativa que precisa ser registrada.

Apesar do que foi redigido no documento oficial, segundo as falas de nossas depoentes, na prática o Projeto nem sempre se desenvolveu assim. A iniciativa de constituir pesquisa sobre história local partia geralmente do interesse dos municípios e das Secretarias de Educação que haviam sido estimulados pelas consultas populares feitas durante o governo de Tarcísio Burity. A pesquisa no município do Ingá, por exemplo, surgiu através desse contexto de interesse popular acerca do reconhecimento da História e a necessidade de seu ensino.

Entretanto, alguns municípios tiveram uma dinâmica distinta, visto que foram realizados através da própria iniciativa da equipe. Cumpre lembrar que, embora via de regra existisse essa diligência por parte das prefeituras municipais em contatar e financiar o trabalho da equipe, no caso de Areia, as autoras não têm recordação de que isso de fato tenha acontecido. Dessa forma, as depoentes justificam o trabalho lá produzido pelo próprio interesse dos pesquisadores na Cidade, dado sua importância histórica para a região, e pela existência de estudos sobre o município que já haviam sido realizados pelo professor Severino Silva.

Os projetos inacabados como Guarabira, por exemplo, surgiram especificamente através de parcerias que foram estabelecidas com a Universidade Estadual da Paraíba, especificamente com a professora Irene Fernandes, que à época, mesmo sendo aposentada pelo Departamento de História da UFPB, estava atuando no Campus da UEPB de Guarabira e conseguiu reunir uma equipe disponível para fazer a pesquisa de campo e bibliográfica por lá.

É importante considerar também que, desde que o Projeto Resgate esteve sob a responsabilidade executiva do NDIHR, algumas mudanças foram implementadas e uma delas diz respeito à dinâmica de execução das pesquisas. A preocupação da equipe era desenvolver um trabalho abrangente na Paraíba, buscando produzir uma história local

²⁸ Doravante, também utilizaremos a terminologia *manual* para se referir aos livros didáticos elaborados pelo Projeto Resgate.

em vários polos mesorregionais, cobrindo o Sertão, a região da Borborema, o Agreste e a Mata Paraibana. Essa leitura não esteve presente no documento, mas sim nas falas de uma de nossas depoentes, Regina Célia, podendo ser ou não, uma revisão produzida por uma imersão ao passado. Cumpre destacar que nessa perspectiva, algumas mesorregiões foram mais trabalhadas que outras, como é o caso da Mata Paraibana, que articulou pesquisa no Litoral Sul e em João Pessoa (Cabedelo, Conde e Pedras de Fogo).

Através desses parâmetros foi possível eleger quinze municípios, dos quais o Projeto Resgate consolidou pesquisa e elaboração dos materiais didáticos em seis deles, a saber: Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia. A pesquisa documental também foi conduzida em outros locais, como Guarabira, Pirpirituba, Boqueirão e Serra Branca, porém o trabalho de produção dos manuais e o processo de formação continuada dos professores não conseguiram ser empreendidos com êxito, por uma série relacionados ao formato da produção acadêmica durante os anos 2000, questão que discutiremos adiante.

A respeito da metodologia utilizada, é preciso ressaltar as abordagens que foram adotadas para a execução de algumas atividades. Segundo a cópia do Projeto, a pesquisa foi planejada no sentido de evidenciar dois enfoques que são imprescindíveis para a concretização dos objetivos estabelecidos:

[...] um enfoque vertical, para sistematizar a formação histórica dos municípios a partir da sua inserção no processo histórico a nível regional e nacional e o outro enfoque horizontal para registrar a atualidade de cada município.

(Cópia impressa do projeto, 1989, p. 19)

Considerando o resultado do trabalho produzido, de fato, é possível perceber essa preocupação ao longo dos textos, que buscam evidenciar os rastros do passado histórico e cultural de cada um dos municípios, a partir das poucas fontes e referências bibliográficas disponíveis acerca da temática, além de, estabelecer algumas pontes com aspectos da atualidade. A título de exemplo, lembramos do caso dos conflitos por terras que aconteceram nas comunidades de Gurugi, área quilombola na região do Município de Conde (PB), e que foi trabalhada no livro referente a esse município, publicado em 1996. Antes de problematizar a questão, as autoras fizeram um panorama geral sobre as questões econômicas próprias do local e o processo de concentração fundiária que

provocou a expulsão dos camponeses das terras a que tinham acesso, junto com a perda de suas lavouras. O caso de Gurugi eclodiu em meados da década de 1980, porém o livro, que foi lançado anos depois, trazia informações e análises sobre as repercussões do conflito, que só foi resolvido através da documentação de posse das terras entregues em 1990. Cumpre lembrar que o Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Provisórias de 1988, determinou o reconhecimento das propriedades remanescentes de quilombos em todo o Brasil. Podemos constatar que enquanto a equipe do Resgate pesquisava a História desses municípios, essa acontecia como processo vivo fora do espaço acadêmico, o que levava à necessidade de se estar atentos à história do presente, e, de certa forma, ter uma condição participante nas questões então colocadas. Em alguns momentos, esse diálogo acabou por provocar fricções com algumas autoridades locais, como veremos adiante.

A metodologia de pesquisa foi dividida em duas frentes: considerando todos os materiais e arquivos que faziam referência à história da Paraíba e dos municípios e em seguida, atentando para o trabalho de campo e o processo de constituição de fontes em diálogo com o momento presente. Nessa primeira etapa, a pesquisa se resumiu à análise de documentos e referências bibliográficas, que foram sistematizadas e debatidas com os integrantes da equipe. A documentação primária utilizada para compor os manuais foi consultada e fixada em acervos como a Fundação Casa de José Américo, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, o Arquivo Público do Estado, etc. Conforme a cópia do Projeto:

Os tipos de documentos a serem utilizados serão os de cunhos arquivístico e bibliográfico, a saber:

- obras gerais sobre história da Paraíba;
- obras e artigos sobre a história dos municípios (por ex. a Enciclopédia dos Municípios);
- documentação manuscrita e impressa a ser levantada nos arquivos municipais;
- teses e monografias.
- (Cópia impressa do projeto, 1989, p. 19)

Por sua vez, para que o trabalho de campo fosse realizado, a equipe do Projeto, através de estudo do material coletado anteriormente, elaborava um roteiro com a estrutura daquilo que viria ser o livro e que nortearia a visita a entidades e órgãos locais.

No geral, a pesquisa de campo foi desenvolvida com a intenção de levantar dados e informações complementares que não foram encontrados em documentos ditos oficiais. Dessa forma, seguiu três estratégias:

- Formulários: com o objetivo de identificar os acervos existentes em cada município da amostra;
- Questionários: que deverão cobrir os vários segmentos da sociedade. A aplicação obedecerá a duas preocupações: 1º a de perceber como a população em geral compreende a história contemporânea e 2º a de resgatar o testemunho das populações que não possuem memória escrita, mas que, certamente, têm condições de contribuir com dados significativos para a pesquisa.
- Entrevistas: que deverão ser feitas com pessoas ou grupos sociais-chave, após a sistematização das informações que forem levantadas nas fases anteriores.

(Cópia impressa do projeto, 1989, p. 20)

Além daquilo registrado no documento oficial, é importante considerar também as falas de nossas depoentes em torno dessa metodologia, pois segundo Regina Célia Gonçalves, o Projeto Resgate buscou utilizar uma metodologia de caráter participativo que tinha sido inspirada, sobretudo no Plano do Povo, do então governador do Estado, Tarcísio Burity, que consistia nessa escuta atenta acerca da definição das prioridades da população local. Afinal, o Projeto de História local, bem como a Coordenação de Estudos Históricos e Sociais do IDEME, era fruto desse Programa.

Como a metodologia do Projeto tinha a finalidade de produzir uma história local que atingisse a maior parte da população, os documentos impressos não seriam suficientes para a elaboração dos materiais. Dessa forma, o plano de trabalho que foi produzido em 1989 contava com um sistema de ‘divulgação’. A estratégia era contar com o apoio e o engajamento de diversas entidades locais, como prefeituras, sindicatos, escolas para fornecer dados importantes acerca da história daquele município.

Como medida concreta para o engajamento da comunidade, pretende-se desenvolver uma série de atividades como palestras, gincanas, concursos de redação, fotografias, murais e com isso obter informações e mesmo objetos que venham auxiliar no resgate do processo histórico da perspectiva tradicional dos nomes de famílias ligadas ao poder.

(Cópia impressa do projeto, 1989, p. 22)

Como resultados dessas ações, os pesquisadores de fato, conseguiram compor um interessante acervo com variadas fontes que contribuíram de forma significativa para a elaboração dos livros. Em Ingá, por exemplo, as autoras adicionaram ao texto do livro alguns recortes das redações de alunas da 2º série de Pontina²⁹, que relataram sobre os problemas decorrentes da expulsão do camponês das terras a que tinha acesso. Na entrevista com o professor Alexandre Fiuza, ele chegou a comentar que recebeu alguns periódicos de jornal local do Padre Rui, durante a coleta de um depoimento:

Eu entrevistei o padre da cidade que era padre há décadas, o padre Rui, que até se afeiçoou a equipe e deu de presente toda a coleção de jornal que ele tinha da cidade de Areia e que a gente disponibilizou para o NDIHR

(Depoimento de Alexandre Fiuza, 2020, p. 7).

Quando questionados sobre a metodologia utilizada na pesquisa, a professora Vilma Melo ofereceu detalhes sobre os procedimentos adotados, ressaltando a importância das ações que foram realizadas na pesquisa em campo, considerando que “o material coletado foi fundamental e esclarecedor de muitas dúvidas que surgiram ao trabalhar com o resultado da pesquisa bibliográfica e documental”. (Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 11). Esse material apresentou significativos traços da memória individual e coletiva das pessoas que formavam aquele espaço.

A elaboração e articulação do Projeto, quando incorporado ao IDEME, foi organizado por sub coordenações, administradas pelas próprias docentes, como exemplo, a de “Educação e de Ensino de História”, dirigida pela Professora Vilma Melo. Porém, na prática, as atividades eram realizadas de forma coletiva. Quando questionada sobre as atividades que desenvolveu no Projeto, a Professora Vilma Melo respondeu:

[...] a estrutura da Coordenação de Estudos Históricos e Culturais do IDEME, era composta por sub-coordenações e Rossana era a Coordenadora Geral [...] Mas, na prática trabalhávamos “juntas e misturadas”, toda a elaboração e execução do projeto era realizada pelas quatro historiadoras. Por exemplo, todas nós liamos os livros de

²⁹Pontina é um Distrito ainda hoje pertencente ao município de Ingá, na Paraíba, cuja população predominantemente rural vivia então a perda de suas terras e cultivos para a expansão da grande propriedade. Esse ponto foi tratado no capítulo 11 do livro de Ingá (1993).

referência, os da historiografia clássica da Paraíba, fazíamos entrevistas e as transcrevíamos, pesquisas nos arquivos públicos e privados, contatos com a gestão local nos municípios e com os professores e alunos em sala de aula, além, é claro, da co-autoria dos livros de História Local e dos momentos de formação dos professores para o seu uso

(Depoimento da professora Vilma Melo, 2020, p. 4).

Embora todo o trabalho de levantamento e produção de fontes fosse realizado de maneira coletiva, envolvendo as quatro historiadoras, a equipe técnica do IDEME, a equipe de professores e voluntários locais, a redação do texto final dos livros era feita por uma única pessoa com o objetivo de criar um texto coeso e uniforme. Isso explica o motivo de alguns livros serem publicados de forma paralela no mesmo ano, como é o caso de Ingá e Pedras de Fogo, ambos lançados em 1993. Depois da escrita, os textos passavam por um processo de revisão, que novamente, era feito em coletivo para que pudesse ser publicado.

2.3 DEFININDO OS CONTORNOS TEÓRICOS DO PROJETO: ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS E CONTEXTUALIZAÇÃO

Os referenciais teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa histórica partiram à época, de uma historiografia bastante restrita e pouco estudada entre os pesquisadores, que era a dos municípios. Através das entrevistas coletadas é possível perceber, que existia certa resistência epistemológica quando se tratava da História Local. Quando ela era elaborada em meados da década de 1980, reproduzia um discurso tradicionalista que enaltecia a figura de nomes da localidade, no geral, representantes políticos, sendo elaborados em sua imensa maioria por historiadores não profissionais. Porém, mesmo sendo uma concepção predominante no período, Maria Helena Cavalcanti e Vilma Melo destacaram as importantes contribuições de alguns professores na UFPB, como Rosa Godoy e Joana Neves.

Foram elas que nos apresentaram uma historiografia francesa e inglesa que já tratava dessa abordagem, a qual passado algum tempo, acrescentamos as contribuições da historiografia italiana, especialmente através do “jogo de escalas” e da micro-história. Esse basicamente tem sido o suporte para nossa construção na área,

acrescentando novos escritos provenientes desses lócus de produção do conhecimento

(Depoimento da professora Vilma Melo, 2020, p. 7).

Foi através da inserção de outras abordagens historiográficas, que os contornos teóricos do Projeto foram sendo definidos. A historiografia inglesa, por exemplo, em especial a sua perspectiva social, ofereceu muitos aportes para se pensar e produzir uma nova versão da história dos municípios, no sentido de possibilitar a inserção de novas perspectivas e variados aspectos e elementos daquilo que compunham o cotidiano, os usos e costumes. Importante, também, perceber que ao longo do Projeto a própria equipe foi amadurecendo diversas perspectivas a partir da incorporação de novos referenciais teóricos com os quais vinha se deparando. Indispensável lembrar que nesse momento de transição para um regime democrático, muita produção acadêmica inovadora no âmbito nacional e muitas traduções de obras estrangeiras renovaram profundamente a prática da historiografia em todo o Brasil.

Quando questionamos nossos entrevistados acerca do referencial teórico adotado e de expoentes que possam ter contribuído para a essa concepção, a professora Vilma Melo foi quem conseguiu apontar os percursos conceituais que o Projeto seguiu, levando em consideração a intenção de produzir uma história local que compreendesse os processos de continuidades, rupturas, dos modos de pensar, de se organizar socialmente e de lidar com a memória no contexto de múltiplas temporalidades e espacialidades:

Além dos diálogos com a historiografia paraibana clássica [...] partimos de uma pesquisa bibliográfica do final da década de 1980, considerando a produção sobre a história regional e local de autores nacionais e passamos a estudar especialmente expoentes da Escola dos Annales. Com o decorrer dos estudos foram incorporados princípios da chamada Nova História, da História Social Inglesa e da Micro História Italiana, da Antropologia, da Geografia, veja, se considerarmos o período de existência do projeto – desde o final da década de 1980 até hoje as referências se multiplicam.

(Depoimento da professora Vilma Melo, 2020, p. 12)

Por sua vez, Maria Helena Cavalcanti salienta que “era tudo tão novo, que a gente foi aprendendo realmente no dia a dia” (2020, p. 7). A visão do professor Alexandre Fiuza também se faz necessária em nossa análise, considerando que este atuou no projeto como bolsista pesquisador, no início de sua graduação no curso de História. Ele ressalta que certamente sua resposta teria resquício de impressões que ele foi tecendo ao longo desses quase 30 anos de carreira acadêmica, mas que sabia na época “o projeto tava rompendo com aquela ideia de uma história local que, geralmente, pelo que a gente levantava de informação, inclusive na Paraíba, era aquela história feita por um historiador não profissional” (Depoimento de Alexandre Fiuza, 2020, p. 13).

Um ponto a considerar é que as primeiras pesquisadoras foram formadas na Graduação entre finais dos anos 1970 e segunda metade dos 80, quando ainda vigia o currículo mínimo imposto pela ditadura, que estava sendo duramente questionado e renovado pelas práticas de professores e estudantes que o contestavam em todo o país, mesmo considerando a posição favorável dos mais conservadores, o que levava a intensas disputas nesse sentido. Já a formação de Fiuza, no começo dos anos 90, apresentava um cenário bastante modificado, inclusive porque no início dessa década houve uma grande renovação de quadros no Departamento de História da UFPB, quando até integrantes da equipe do Projeto Resgate, como Regina Célia Gonçalves, ingressaram nessa unidade, assim como Vilma Melo ingressou pela mesma época no Departamento de Metodologia da Educação da mesma Universidade.

Segundo Alexandre Felipe Fiuza, o grande diferencial oferecido pelo projeto, em suas palavras, foi à relação construída através do Marxismo, que se configura como importante vertente teórica, dando ênfase às condições em torno do mundo do trabalho, buscando perceber

[...] a Luta de Classes, perceber o conflito social advindo da relação Capital-Trabalho, que aparecia na cidade, por exemplo, em Areia. O processo de ocupação da terra que, de certa maneira, reproduzia as próprias contradições do sistema capitalista.

(Depoimento de Alexandre Fiuza, 2020, p. 13)

No entanto, o que de comum se percebe nas falas dos entrevistados é que não existiu uma única vertente teórica capaz de abranger as pesquisas e redações do Projeto,

visto que autores não marxistas também subsidiaram as leituras, independente do campo científico nos quais atuavam. Segundo Regina Célia Gonçalves, no caso da pesquisa em Areia, por exemplo, houve uma grande contribuição de pensadores e referências naturais da área da Etnografia, Antropologia e Educação³⁰ através da participação de Severino Silva, Professor vinculado ao Departamento de Metodologia da Educação da UFPB.

O que eu quero chamar atenção é que, por mais que você possa ter um projeto que tenha essa preocupação, na hora de executar isso, diferentes perspectivas podem influenciar. Por exemplo, eu vejo muito de etnografia na pesquisa, eu vejo muita etnografia quando você vai entrevistar as pessoas, que você vai fazer atividades, gincanas nas escolas pra observar. [...] havia muito de antropologia. A gente tinha também pessoas que vinham com reflexões do campo da geografia.

(Depoimento de Alexandre Fiuza, 2020, p. 14)

Essa renovação historiográfica em curso permitiu o estabelecimento de novos parâmetros para a elaboração de histórias locais, na medida em que se buscou construir diferentes perspectivas de análise, sobretudo, através da inserção de novos espaços e novos sujeitos históricos, produzindo narrativas para além a concepção localista da história dos grandes e poderosos. A respeito disto, Goubert afirma que:

A volta da história local origina-se de um novo interesse pela história social – ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam – pela história dos grupos humanos algumas vezes denominados ordem, classes, estados. (1988, p. 73.)

Para além das questões teóricas, o contexto histórico relacionado às políticas educacionais também pareceu propício para o desenvolvimento de tal Projeto, tanto numa perspectiva nacional quanto estadual, durante as décadas de 1980-1990. Numa escala mais geral, o Brasil estava vivenciando as lutas do processo de redemocratização, recém-saído de uma ditadura de duas décadas. Isso foi possível devido à promulgação

³⁰ Cumpre lembrar que algumas importantes referências da área da Educação já estavam presentes na escrita do Projeto desde o início, como é o caso de Paulo Freire, que segundo Regina Célia Gonçalves, ofereceu os princípios pedagógicos necessários para a adoção da metodologia participativa que tanto caracterizou a Coleção.

de diversos documentos legais, de ordem política e educacional, que legitimaram a necessidade da discussão sobre a compreensão da realidade vivida e a socialização do conhecimento histórico, em contraste com a experiência de privação de liberdade e opressão de anos anteriores.

Dentre esses documentos, numa perspectiva nacional, destacamos a Carta Constitucional de 1988, que já foi referenciada pela equipe no decorrer da elaboração do Projeto e por nós já mencionada anteriormente, e trazia novas garantias relacionadas à Educação enquanto direito universal; o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, mesmo que publicados entre 1997 e 1998, já tinham parte substancial de suas discussões acerca de elementos norteadores para o ensino em anos precedentes; e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), de 1996, que ampliou os direitos educacionais possibilitando uma maior autonomia para as unidades de ensino, a valorização do corpo docente e garantia de uma educação gratuita e de qualidade.

Esses documentos representam o resultado de movimentos de crítica política e social, desenvolvidos como reação ao golpe militar. Na verdade, desde a década de 1970 é possível perceber tanto resistências cotidianas no espaço de sala de aula quanto reivindicações cada vez mais intensas por mudanças no sistema educacional, com o avanço dos movimentos pela redemocratização, visando substituir as expectativas das reformas de ensino estabelecidas pela ditadura, que tinha o objetivo de formar capital humano para o mercado de trabalho e manter o controle sobre a produção intelectual e artística. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1967-1976, sinalizava para essa demanda no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento econômico do país, que apresentava “resultados aquém das expectativas, particularmente pela deficiência quantitativa do ensino técnico” (1967, p. 34).

No que diz respeito à Educação, os principais problemas específicos se resumem nos seguintes termos:

[...] b) Ensino Médio: baixos padrões qualitativos; posição de barreira à mobilidade social do País e à formação de mão-de-obra adequadamente estruturada (deficiência do ensino técnico de nível médio)', posição de barreira à expansão do ensino superior (1967, p. 81);

Com a redemocratização, a educação passava a ser encarada por muitos setores sociais, como a chave para a diminuição das desigualdades, para além dos parâmetros estritos de formação de mão-de-obra. Dessa forma, o cenário político democrático da chamada ‘Nova República’, fortalecia o tratamento metodológico escolhido para o Projeto Resgate, que buscava construir uma nova história local que atingisse a maior parte da população. Para que isso fosse possível, durante o processo de ‘divulgação’ das ações do Projeto, foram realizadas pesquisas com a participação do público que preencheu fichas sobre dados do município, participou de entrevistas orais compartilhando suas memórias coletivas e etc. Essa iniciativa permitia que os pesquisadores tivessem acesso a múltiplas narrativas, fugindo da perspectiva tradicional e cronológica de nomes de famílias ligadas ao poder e enriquecendo o material através da presença de grupos, antes não contemplados nas histórias locais.

Uma das metas é a de envolver a população do município desde a fase de prospecção das fontes com que se irá trabalhar, passando pela avaliação de cada etapa de sua execução até a elaboração e utilização do material didático que se pretende produzir: cartilhas, slides, filmes, maquetes, etc.

(Cópia impressa do projeto, 1989, p. 22)

Por meio da associação entre a Coordenação de Estudos Históricos e Culturais e o NDHIR, é possível registrar uma aparente integração entre a universidade, governo estadual e administração municipal, visando o atendimento das demandas levantadas na consulta ao Plano de Ação Governamental de 1987-1991. Essa aproximação contribuiu de forma significativa para a tomada de ações que estimularam o desenvolvimento regional a nível educacional, impulsionando pesquisas e promovendo captação de recursos humanos.

Porém, o apoio governamental em torno desse Projeto não durou muito tempo ou não tinha densidade suficiente como política de Estado, devido à mudança na gestão do Governo Estadual que extinguiu a Coordenação de Estudos Históricos e Culturais. Dessa forma, para dar continuidade às pesquisas e lançar os livros sobre a história local dos municípios – a chamada Nova Metodologia de Base por uma de nossas depoentes – precisava de financiamento. Maria Helena Cavalcanti ressalta que outros patrocínios,

via governo federal, foram alcançados para lançar esses livros, passando o projeto a ser desenvolvido agora pela Universidade.

Nesse período, início dos anos 1990, como dito anteriormente, as professoras Regina Célia e Vilma Melo estavam ingressando como docentes na Universidade Federal da Paraíba. Como ambas já tinham estabelecido vínculo com o NDIHR, resolveram transferir o Projeto e dar seguimento aos trabalhos com o suporte institucional oferecido por programas como o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), o PROLICEN (Programa de Licenciaturas) e o PROBEX (Programa de Bolsas de Extensão), que ofertavam bolsas de pesquisa aos alunos da graduação em História, Letras, Geografia e etc, “além de contar, no caso de alguns municípios, com o auxílio das Secretarias de Educação” (Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 6). Nesse sentido, ficando mais ancorado na Universidade, uma instituição lastreada no ensino, pesquisa e extensão e mais permeável às disputas de posições, o Projeto ficaria menos exposto às dinâmicas mais voláteis da política estadual e local, como podemos perceber nos anos iniciais (e o livro anterior sobre Patos, como veremos adiante, foi um exemplo significativo). Também seria possível trazer para a equipe quadros discentes da UFPB, uma vez que as bolsas garantiriam esse suporte. Esse é um momento no qual um segmento mais jovem ingressa no Projeto Resgate.

Até então, podemos apontar dois momentos distintos no desenvolvimento do Resgate: um primeiro, que vai de 1988 (aproveitando o “saldo” da experiência anterior em Patos) até o início dos anos 90, quando a equipe formulou o Projeto e se deparou com as primeiras dificuldades; e um segundo, em torno de 1991/96, quando o Projeto ganhou mais estabilidade, não ficando ao sabor das injunções da política local.

Existe, ainda, uma terceira fase de desenvolvimento do Projeto, que teve início nos anos 2000, logo após a publicação do livro de Areia, em 1998. Essa última fase foi marcada pelo declínio da produção intelectual do Projeto, através da interrupção das pesquisas nos municípios e da escrita dos livros. Segundo Regina Célia Gonçalves, vários foram os fatores que contribuíram para essa paralisação das atividades, dentre eles é necessário destacar a lógica de organização e funcionamento da produção intelectual acadêmica a qual as pesquisadoras, sobretudo Regina Célia Gonçalves e Vilma Melo, se depararam.

No início das pesquisas, as quatro historiadoras estiveram juntas realizando todas as etapas do processo, desde o levantamento de fontes, a realização de entrevistas aos moradores locais, a análise dos periódicos e revisão da escrita dos livros. Era uma completa imersão envolvendo a história local. No entanto, quando Regina Célia e Vilma Melo se tornaram professoras universitárias, uma série de outras atribuições, demandas de trabalho foram se ampliando, inviabilizando assim, a metodologia que era aplicada no Resgate. De 1989, quando o Projeto foi concebido e apresentado ao IDEME, até 1993 quando foi lançado o primeiro livro da Coleção, alguns municípios já haviam sido sondados de forma simultânea, com pesquisas sendo iniciadas e sistematizadas. Dessa forma, nos anos posteriores o trabalho a ser realizado era o de organização das fontes e escrita dos capítulos.

Somado a isso, Regina Célia Gonçalves destacou também a grande pressão que se estabeleceu dentro da Universidade pela necessidade de qualificação profissional, o que impulsionou o ingresso de vários docentes que compunham o Departamento de História a fazer especialização, mestrado e doutorado. Mesmo após toda essa cobrança, a escala de exigência do trabalho docente na Universidade foi se ampliando consideravelmente, com atribuições relacionadas à coordenação de curso, a chefia departamental, orientações e correções de trabalhos acadêmicos, sem contar a criação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB), em 2004, que impôs uma nova lógica de organização, funcionamento e produção intelectual à época diferente daquilo que era desenvolvido pela equipe do Projeto Resgate. Estamos especificando as condições de trabalho das professoras Regina Célia Gonçalves e Vilma Melo, porém as demandas e necessidades da vida pessoal e profissional de Maria Helena Cavalcanti e Rossana Sorrentino também se colocaram como um desafio à continuidade da Coleção.

Um ponto a se considerar, destacado por Regina Célia Gonçalves em entrevista é que, diante dessa nova dinâmica de trabalho e produção intelectual acadêmica a qual estavam sendo submetidas, principalmente a partir dos anos 2000, a metodologia de pesquisa do Projeto Resgate, tal qual como foi pensada em 1989 de forma participativa e *in loco*, era insustentável. Frente às exigências do trabalho docente na UFPB, as professoras não conseguiram dar continuidade aos procedimentos metodológicos do Projeto, percebendo os estudantes de graduação como futuros pesquisadores que iriam prosseguir com o trabalho e a pesquisa acerca da história local, ainda que com nova roupagem. Embora esse processo tenha sido bastante satisfatório, como declara Regina

Célia Gonçalves, também demandava muito tempo com encontros, grupos de estudos e etc.

Todos esses elementos contribuíram para uma pausa nas atividades do Resgate, registrada a partir de sua última publicação, em 1998. A Coleção tentou ser reativada apenas em 2007, visando à realização da pesquisa no município de Serra Branca, que ganhou impulso, sobretudo devido à inserção do Professor Paulo Giovani Antonino na equipe, visto que era sua cidade de origem. No entanto, embora a pesquisa tenha sido desenvolvida entre os anos de 2007-2008, não houve um impulso suficiente para a elaboração do livro didático, não tendo sido finalizado e publicado.

Inclusive, durante o levantamento, o processo de elaboração de fontes, análise e construção dos livros, muitos embates foram travados com algumas das administrações municipais devido à escolha da abordagem teórica adotada, que fugia daquela perspectiva tradicional ou da pura louvação à administração de plantão naquele momento. Muitas vezes o trabalho não logrou êxito ou não conseguiu ser concluído por causa da negativa da gestão municipal em financiar estas atividades e em dificultar o trabalho dos pesquisadores, como nos afirma Maria Helena Cavalcanti:

Nós enfrentamos muito a ingerência do poder municipal. Pedras de Fogo teve isso [...] o prefeito na época era Manoel Júnior. Ele também fez uma ingerência muito grande porque, a princípio, financiou a obra. Ele nos deu muito apoio no primeiro momento, sendo que teve alguns problemas com pessoas da família dele que eram latifundiários e aí quando ele se deparou com a obra, alguns textos não gostou, censurou e não financiou (2020. p. 6).

É de comum acordo, através da fala de nossos depoentes, que o Projeto Resgate estava rompendo com uma concepção então vista como tradicional, sobretudo no âmbito das histórias locais e regionais. Conforme salienta Fiuza: “A gente tava preocupado em encontrar, na minha opinião, aquilo que atingia a maior parte da população” (2020, p. 13). Logo, era comum que a maior parte das administrações municipais se opusesse ao resultado final da obra, que não enaltecia a gestão e o poder local e se negava a exaltar o nome de grandes representantes políticos. Rossana Sorrentino também descreve a postura adotada pela administração local no que tange a recepção do Projeto:

Existia uma postura de autoridade quando nos recebia, querendo nos intimidar. Isso retratava todo o jogo político local, com ausência e ocultação de documentos, “passou uma enchente e levou tudo”. As vezes não era uma ocultação proposital, mas uma ocultação de que o processo histórico é feito. Por isso que as entrevistas e a memórias dos moradores da comunidade era tão importante (Depoimento de Rossana Sorrentino, 2020, p. 7).

Ainda acerca dessa problemática, Vilma Melo revelou outra situação envolvendo a administração do município do Conde no ano de 1994. Semelhante ao que aconteceu em Pedras de Fogo, em 1993, a prefeitura do Conde através da figura do Secretário de Educação procurou a equipe do Resgate para firmar convênio, dando toda anuência para a realização da pesquisa. Porém, algumas contrariedades foram surgindo no desenrolar das ações e investigação de campo, como salienta a professora Vilma:

Neste município enfrentamos alguns problemas com a gestão local, no sentido de que o nosso trabalho era constantemente monitorado, chegando a acontecer situações constrangedoras, como, por exemplo, dificuldades de acesso aos acervos dos órgãos públicos locais, nos quais necessitávamos realizar pesquisa documental, ou quando a nossa mobilidade era sempre acompanhada por alguém a mando da gestão o que, por vezes, dificultava a liberdade de trabalho, especialmente com relação às reuniões e entrevistas com pessoas ou segmentos populares do município.

(Depoimentos de Vilma Melo, 2020, p. 20)

É interessante expor essas experiências com a ingerência municipal, pois fica explícita a dificuldade e os riscos a que eram submetidos os pesquisadores durante o trabalho de campo. Na entrevista com Alexandre Fiuza, essa questão não chegou a ser mencionada. Certamente porque durante o período destacado, o mesmo figurava como um aluno de graduação em seu primeiro ano e bolsista que estava sendo inserido a esse processo da pesquisa científica histórica. Logo, suas memórias estão mais relacionadas ao mundo dos arquivos, ao trabalho com as fontes escritas, inventários e etc.

Cumpramos também o ocorrido com a prefeitura municipal de Cabedelo, em 1996. Diferente dos casos apresentados acima, a equipe do Projeto Resgate teve apoio financeiro para arcar com as despesas da pesquisa e produção do material didático, além de conseguir concluir a etapa de formação e capacitação docente para uso dos manuais. No entanto, umas das exigências para tal empenho da administração era a apresentação

do então prefeito, José Francisco Régis, e sua esposa, à época secretária de educação, nas “orelhas” nas contracapas do livro sinalizando para ‘a grande preocupação’ de sua gestão: a educação. Vilma Melo relata que a equipe não se opôs a imposição, desde que a autenticidade textual da obra fosse garantida, questão que será discutida nos capítulos adiante.

2.4 ENTRE A SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES E A DIDÁTICA: A CRIAÇÃO DOS MATERIAIS

Em relação aos materiais didáticos com enfoque na aplicação e suas múltiplas possibilidades de acesso, existia uma preocupação em torno de como os livros poderiam ser utilizadas nas escolas, “para além da sala de aula, como por exemplo: nos sindicatos, associações, centros de memória, bibliotecas públicas, entre outros” (Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 14). Para tanto, foi desenvolvida uma escrita uniforme, mais didática, vislumbrando alcançar a comunidade escolar e a população em geral, sem a utilização de uma linguagem estritamente acadêmica.

Na verdade, este foi o grande desafio. O processo de sistematização das fontes ofereceu uma riqueza de dados e informações sobre a história dos municípios que precisava ser condensada de maneira didática em capítulos de aproximadamente duas, três páginas. Essa bagagem de conhecimento contribuiu mais tarde para a elaboração de diversos trabalhos acadêmicos frutos de pesquisadores que atuaram durante os anos de vigência do Projeto: artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado como esta e etc.

Outrossim, um aspecto em princípio externo ao mundo da pesquisa, também se fez presente em relação à produção de material gráfico: a concepção e realização visual do mesmo. É perceptível que os volumes produzidos em 1993 (Ingá e Pedras de Fogo) possuem um tratamento gráfico menos aprimorado e um número de páginas inferior aos subsequentes. Para dar ideia, os volumes de 1993 apresentam 114 e 95 páginas respectivamente. Já o terceiro, referente ao Conde, possui 143 páginas; o quarto, de Cabedelo, 146 páginas e o quinto, de Areia, 179 páginas. As capas também sofrem uma sensível melhoria no material de impressão utilizado.

Além da criação dos manuais, o Projeto desenvolveu outros dois produtos finais: a criação de um acervo que seria o resultado da pesquisa feita, estando à disposição para

novos trabalhos no NDIHR³¹ e nos próprios municípios e a formação dos professores que deveria acontecer em três ocasiões distintas: “quando da pesquisa de campo; durante uma semana intensiva para apresentação e estudos do material produzido e, uma formação em serviço, durante seis meses acompanhando o planejamento da Secretaria Municipal de Educação” (Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 5).

Considerando a elaboração de arquivos e centros de memória locais, em nenhum dos municípios trabalhados nos anos 90 essa ação logrou êxito. O resultado mais interessante alcançado nessa perspectiva foi em Serra Branca, no ano de 2017, já num contexto substancialmente diferente dos anos 1990, através da criação da *Casa de Cultura Professora Estelita Antonino*³². Este acervo foi criado em parceria com o município, no sentido de preservar o patrimônio material e imaterial e o disponibilizar a pesquisadores e comunidade em geral. Contraditoriamente, esse sucesso não foi acompanhado até hoje pela publicação do livro referente a esse município.

Figura 7 – Casa da Cultura: Professora Estelita Antonino de Sousa.



Fonte: Blog Juarez Ribeiro, 2021.

³¹ Um de nossos propósitos de pesquisa seria compulsar essa documentação no NDIHR, mas o contexto pandêmico inviabilizou tal objetivo. Certamente, futuras pesquisas, nossas ou de outras pessoas, poderão trazer novos e importantes dados à apreciação dos interessados.

³² A Casa de Cultura Estelita Antonino e a Comenda de Mérito Cultural de mesmo nome foram criadas na administração do Prefeito Vicente Fialho, Souzinha (2017-2020), na cidade de Serra Branca, com a finalidade de homenagear a dita Professora, que teve destacada atuação de décadas naquela cidade. Importante mencionar que um de seus filhos, Paulo Giovani Antonino Nunes, ingressou no Departamento de História da UFPB em 2004, sendo um dos participantes do projeto naquela cidade. Informações sobre a Casa de Cultura em:

<https://www.paraibamix.com.br/noticias-destaque2/ex-prefeito-de-serra-branca-homenageia-professora-estelita-antonino/>;

<https://juarezribeiroa.blogspot.com/2021/04/casa-da-cultura-professora-estelita.html>. acesso em 27/09/2022.

Como a pesquisa em Serra Branca aconteceu em dois momentos, primeiro em 2007 e sua reativação em 2016 – num contexto bastante distinto de meados dos anos 1990 –, havia muitos documentos que estavam arquivados e que foram colocados à disposição do público interessado. Inclusive, em 2017, já com a minha participação como bolsista, realizamos uma prospecção dos documentos encontrados e produzidos sobre o município de Serra Branca, como consta a relação abaixo:

Quadro 1 – Relação dos documentos analisados para a história de Serra Branca.

Formato documental	Quantidade	Nº de páginas impressas e digitalizadas	Total de documentos
Apontamentos da historiografia clássica paraibana	13 itens	Em elaboração	2.131
Fichas de jornais de circulação estadual	222 fichas 125 – A União 56 – O Correio da Paraíba 41 – O Norte	351	
Jornal de circulação local – Te Toca!	31 edições (1980 – 22 edições; 1990 – 9 edições)	370	
Fichas cadastrais com questionários aplicados com vários segmentos sociais do município	54 itens – magistério 4 itens – sindicatos e associações 7 itens – entidades e acervos de documentos	209	
Entrevistas e depoimentos	62 itens (50 – entrevistas 12 – Depoimentos)	594	
Projetos pedagógicos realizados nas escolas no município	2 projetos didáticos	457	
Variados documentos oficiais do legislativo serrabranquense	58 itens (Código de Postura e livro da legislatura)	150	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das pesquisas desenvolvidas no projeto.

A respeito da formação continuada, a proposta consistia em realizar oficinas com apresentações do material produzido, buscando fomentar estratégias para sua aplicação em sala de aula. Essa ação tinha também a intenção de promover uma “reciclagem”³³ docente, no sentido de incentivar a adoção de práticas inovadoras no ambiente escolar e acompanhar de forma intensiva o planejamento das secretarias municipais de Educação.

No entanto, essa tomada de ação envolvendo a formação continuada não pôde ser executada em alguns municípios por uma série de fatores, em especial, devido aos atritos com a administração municipal, como ressalta a professora Vilma, no caso da Prefeitura de Ingá:

Nos propomos também a realizar uma formação continuada durante seis meses, na qual estaríamos presentes nos momentos de planejamento escolar da Secretaria de Educação. O lançamento público do livro reunindo a população local aconteceu, porém, a formação em serviço não logrou êxito devido à negativa da gestão municipal em financiar a ida da equipe para executá-la.

(Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 18)

Em entrevista com Maria Helena, ela nos afirmou não ter participado de nenhum dos processos de formação docente, sendo este realizado quando possível, apenas através de conversas e do próprio acompanhamento dos professores ao longo da elaboração dos livros. Porém, segundo Alexandre Fiuza, “ninguém entregava o livro e acabou, havia um trabalho. E eu participei dessa parte de formação dos professores quando eu terminei a graduação em 97, no município de Cabedelo”. (Depoimento de Alexandre Fiuza, 2020, p. 11)

Fazendo um cruzamento entre as entrevistas com Maria Helena Cavalcanti e Vilma Melo, percebemos algumas informações conflitantes, possivelmente em função de condições ou momentos diferentes de participação no Projeto ou de percepções posteriores distintas. O testemunho da primeira nos indica que algumas atividades do

³³ O termo reciclagem, no sentido de “atualização” de docentes, foi corrente no meio educacional até os anos 1990, sendo considerado inadequado e um tanto pejorativo, e passou a ser substituído pela terminologia “formação continuada”, considerada mais condizente com o processo. Quando aparecer aqui, será em função de terminologia própria da época.

Projeto Resgate ficaram pendentes, a exemplo da formação e capacitação dos docentes, devido à administração municipal que não quis arcar com as despesas da equipe para executá-la. No entanto, a segunda depoente de forma detalhada, nos informou o que aconteceu em cada um dos municípios, destacando aqueles em que a formação continuada logrou êxito, como é o caso do Conde:

Ao contrário dos outros dois municípios - Ingá e Pedras de Fogo, no Conde as duas últimas etapas foram cumpridas a contento, ou seja, foi realizada durante uma semana a formação para o uso do livro, com gestores e professores no município e posteriormente, durante seis meses realizamos uma formação em serviço junto aos professores da rede municipal, inserindo os conteúdos do livro no planejamento pedagógico dos professores.

(Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 20-21)

Em sua tese de doutorado publicada em 2005, a professora Vilma Melo registra os dados referentes à formação continuada no município do Conde, como aconteceu, quais os objetivos e as dificuldades enfrentadas, sobretudo em relação ao esgotamento físico e mental inerente aos profissionais da educação.

Iremos nos debruçar, agora, de maneira mais detida, na prática desenvolvida de forma efetiva ao longo desses anos pelos estudantes pesquisadores que foram formados pelo Resgate e que produziram diversos trabalhos acadêmicos furtos dessa relação entre pesquisa e ensino em história local.

2.5 AS EXPERIÊNCIAS DO FAZER: A INFLUÊNCIA DO PROJETO RESGATE NA FORMAÇÃO DOCENTE

Não existe uma palavra ou expressão que possa caracterizar o conjunto de experiências e o rico aprendizado proporcionado durante os anos de vigência do Projeto Resgate. São muitas histórias, das quais certamente não contemplaremos todas, algumas estarão presentes no corpo desse texto e outras na memória de seus integrantes. Como ressaltou Rossana Sorrentino:

Tem muita história, fora a história do processo de resgate dos municípios, existe uma história por trás, de como esse resgate aconteceu. De quantas vezes coisas engraçadas aconteceram. Regina

tinha se proposto a contar essas aventuras, entrar dentro de mata, levar carreira dos bichos (...). Mas essas coisas infelizmente acabaram não sendo escritas. Essas histórias são enriquecedoras, porque você vai vendo o cotidiano da pesquisa de campo. Regina fez uma amizade linda com a comunidade dos Chã dos Pereira, que trabalhavam com labirinto. E às vezes nos encontrávamos e ouvíamos verdadeiras joias, que mesmo não tendo uma instrução formal completa, sem formação acadêmica, da linguagem do português, eles conseguiam perceber a exploração e colocar isso de forma muito nítida (Depoimento de Rossana Sorrentino, 2020, p. 6).

Antes mesmo de falarmos da experiência, vamos voltar às pessoas que integraram a equipe e que tiveram esse rico aprendizado durante a realização do Projeto Resgate. Esse projeto envolvia desde professoras recém-ingressas no espaço universitário, englobando também docentes da educação básica e estudantes de Graduação. Em certa medida, cada um desses participantes teve o seu aprendizado em relação a esse instigante desafio.

Por trás dos manuais, das oficinas de formação docente e da criação de acervos e centros de memória e bem além das duras e muitas vezes penosas negociações com administrações municipais ou instâncias da própria UFPB, existia um intenso trabalho produzido por pesquisadores bolsistas e voluntários. Foram eles os responsáveis pela organização de uma vasta bibliografia sobre a história da Paraíba e dos municípios estudados, pela análise e sistematização de impressos encontrados nos acervos e arquivos públicos do Estado e pelo processo de transcrição das entrevistas realizadas com diversos segmentos da sociedade. Um verdadeiro trabalho de formiguinha!

Esse trabalho produziu diversos frutos a nível acadêmico, como monografias, artigos, dissertações e até mesmo, uma tese de doutorado. Além disso, é importante destacar que muitos desses profissionais e estudantes estavam no início de suas carreiras ou formação acadêmica, sendo esta a primeira experiência com a iniciação científica, no caso estudantil, ou até mesmo das primeiras orientações de pesquisa, no caso docente. Ou seja, esse trabalho de formiguinha contribuiu em muitos aspectos para o aprendizado de técnicas e metodologias próprias da pesquisa histórica, no processo de constituição do fazer-se ou consolidar-se pesquisador.

Além do apreço pela pesquisa e o trabalho com documentação primária, há de se considerar a importância das experiências produzidas em relação à teoria da história. Muitos dos pesquisadores que desenvolveram atividades ligadas ao Projeto durante a

década de 1990, tiveram contato com referenciais teóricos que nortearam as pesquisas nos municípios e conceberam trabalhos e ações que evidenciavam aspectos de uma Nova História, daqueles que foram colocados à margem pela historiografia dita tradicional, limitada a narrativa dos grandes e poderosos, dos fatos e acontecimentos.

Este é o caso da consultora Ana Luíza Cândido Barbosa, que compôs a equipe do Projeto no município do Conde, em 1996. Segundo dados encontrados na plataforma Lattes³⁴, além da graduação no curso de História (1996), a mesma também tem formação em Biblioteconomia (2002) e especialização em Gestão de Unidades de Informação (2006). As ações que desenvolveu ao longo da sua formação acadêmica sinalizam que sua área de atuação está ligada as questões do movimento negro, tendo participado como ativista e produtora do Núcleo de Estudantes Negras e Negros (NENN/UFPB), entre 2008 e 2012; integrado o Projeto Margens do Atlântico: fontes para o estudo e o ensino de africanidades paraibanas, coordenado pelo Prof. Dr. Elio Chaves Flores, do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFPB), entre 2009 e 2011; e incorporado à equipe de Coordenação do Projeto Sankofa, entre 2013 e 2014, uma ação suplementar de reforço as Comunidades do Ipiranga, Gurugi I e Gurugi II.

Outro pesquisador citado na entrevista com Vilma Melo, foi Isamarc Gonçalves Lôbo³⁵, que atuou nas atividades desenvolvidas pelo Projeto em Cabedelo e Areia. Atualmente é professor efetivo na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com mestrado desde 2003, atuando na área de História e Historiografia. Diferente de Ana Luísa, que não produziu trabalhos e atuou diretamente relacionada a temas da história local, isso através do que podemos concluir pela plataforma Lattes, Isamarc elaborou artigos, ensaios, resumos e capítulos de livros sobre aspectos da história dos municípios de Cajazeiras e Guarabira, quase sempre buscando produzir um diálogo com o ensino de História.

Inclusive, essa foi uma questão interessante mencionada por Alexandre Fiuza, quando questionado sobre a importância das ações desenvolvidas no Projeto em sua vida pessoal e profissional. Ele lembra do apreço pelo rigor com o trabalho de pesquisa histórica, resultado direto da influência das professoras Regina Célia Gonçalves e Joana

³⁴<http://lattes.cnpq.br/4671589996957395>Acesso em 10/07/2022

³⁵<http://lattes.cnpq.br/2597332807665485>Acesso em 10/07/2022

Neves numa “perspectiva de sempre ver a pesquisa e sua relação com o ensino”.

(Depoimento de Alexandra Fiuza, 2020, p. 26)

A Professora Vilma, por exemplo, dedicou boa parte de sua produção acadêmica para o estudo e a escrita em torno da história local, sendo o Projeto Resgate responsável por essa articulação. Quando questionada acerca dessa experiência, declara que:

[...] eu não consigo desvincular a História Local da minha vida pessoal ou profissional, veja bem, em todas as pós graduações que fiz, de uma forma ou de outra tive como objeto de pesquisa a História Local, nos trabalhos de conclusão de curso, na Monografia de Especialização, na Dissertação ou na Tese, estudei, pesquisei e produzi sobre algum aspecto desse objeto. Sobre essa temática coordenei projetos de extensão – PROBEX, de ensino – PROLICEN e de pesquisa – PIBIC, ministrei disciplinas na graduação e na pós graduação, orientei TCC, Monografias e Dissertações, sou convidada a palestrar, escrevo livros e artigos, participo de bancas de pós graduação e de concursos, sou parecerista de revistas científicas, respondo a entrevistas como essa que você faz agora, parte significativa da minha biblioteca particular tem títulos que são específicos, ou se aproximam do tema.

(Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 26)

Outros pesquisadores foram lembrados pela professora Vilma em entrevista, que embora não estejam descritos neste texto, reconhecemos sua devida importância. Já faz quase 30 anos que essas ações foram realizadas e aquilo que se sabe, é somente o que está escrito nos livros que contam apenas uma história sobre os municípios. Por esse motivo, achamos pertinente produzir uma narrativa para além dos manuais, que contemple os rastros das experiências do fazer através das memórias de alguns integrantes.

Buscando listar alguns dos trabalhos acadêmicos produzidos acerca da história local já no século XXI, ainda que, com adoção de novos moldes e uma nova dinâmica intelectual, realizamos uma breve pesquisa nos repositórios institucionais acadêmicos da UFPB, procurando identificar títulos de dissertações ou teses que notadamente trazem a temática da história local para a discussão. Cumpre lembrar que diferente da produção elaborada pelo Projeto Resgate, que construía de forma abrangente uma visão sobre a história dos municípios, tocando em seus variados aspectos, esses trabalhos acadêmicos deram conta de analisar alguns elementos específicos do local, ora a cultura, as questões relacionadas a políticas, ora as lutas sociais e etc. Inclusive, algumas dessas obras foram orientadas por professoras e professores que se envolveram ativamente no Resgate.

De acordo com a pesquisa acima mencionada, utilizamos apenas a palavra chave “história local”. Nesse primeiro levantamento, sem a utilização de filtros para refinar dados, milhares de títulos de trabalhos de conclusão de curso e dissertações foram apresentados, considerando os diversos *Campi*, Centros e Áreas do conhecimento. No geral, esses trabalhos buscaram analisar alguns elementos da história local a partir da dinâmica de produção intelectual que já se estabelecia nas primeiras décadas do século XXI, através de pesquisas com procedimentos e prazos que deveriam ser cumpridos a rigor dos Programas. No entanto, como queríamos identificar dentre esses números, quais trabalhos teriam sido influenciados pela pesquisa produzida pelo Projeto Resgate, inserimos alguns filtros referentes à orientação acadêmica. Dessa vez, trabalhos como o de Israel Soares da Silva e Juliana Barros de Oliveira ganharam destaque.

Israel Soares foi orientando do professor Severino Bezerra da Silva, e participou do Projeto Resgate durante a pesquisa feita no município do Conde, na década de 1990. Uma parte substancial de suas produções acadêmicas foram saldos das experiências adquiridas nesses anos de trabalho com a história local, a exemplo de sua dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da UFPB, em 2008, intitulada *O ensino de história e os movimentos sociais: práticas de história local nos assentamentos do Conde*.

Diferentemente da pesquisa citada, o trabalho de Juliana Barros de Oliveira, apresentado em 2012 ao programa de pós-graduação em História, não trouxe consigo, pelo menos de forma explícita, os resquícios da produção intelectual do Resgate, ainda que contasse com a orientação da professora Regina Célia Gonçalves, que contribuiu para a construção dessa narrativa em torno da história do bairro de Jaguaribe com uma metodologia bastante participativa, que colocava os moradores como fonte para a escrita deste relato através da História Oral.

Considerando a riqueza da experiência até aqui relatada, podemos constatar que as então jovens docentes, ainda nas suas primeiras incursões no magistério básico ou superior – não podemos esquecer que se passaram décadas desde então e algumas delas encontram-se, inclusive, aposentadas –, junto a estudantes que começavam a trilhar suas formações na Graduação, se defrontaram com um projeto bastante desafiante, que em sua potencial totalidade envolveria todos os municípios do Estado, mas que, de forma realista, teria de passar por uma seleção do que seria viável dentro dos recursos e

situações concretas envolvidas. Certamente a vivência como um todo foi de muita riqueza, envolvendo aspectos da vida profissional de História que perfaziam do plano mais intrínseco à condição da pesquisa histórica, envolvendo, além disso, o desafio de conversar com gestores públicos, nem sempre focados nos mesmos objetivos preconizados pelo Projeto Resgate. Essa é uma experiência que vai de uma ponta a outra do exercício profissional, contemplando suas grandezas e algumas mesquinharias que fazem parte da aventura do viver.

Em termos bem práticos, podemos constatar que a obra ficou restrita aos seis livros publicados – considerando o de Patos com a sua peculiaridade –, e a um pendente, o de Serra Branca, não tendo se constituído num “gatilho” imediato para novas experiências dela diretamente derivados. Em anos mais recentes, a UFCG desenvolveu um projeto sobre a História dos Municípios Paraibanos, organizada pelo Professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, da qual dispomos de dois volumes³⁶. O mesmo também avançou até certo ponto e não teve continuidade. Podemos apontar fatores como as mudanças da forma de organização do trabalho universitário, a criação dos programas de pós-graduação na UFPB e UFCG no início dos anos 2000, além de mudanças importantes na organização política e social do país e da Paraíba, talvez tenham esgotado esse método de trabalho. Tanto é que quando as condições pareceriam mais favoráveis, como em relação ao livro de Serra Branca (inclusive com a presença de uma administração municipal sensível ao projeto), não resultou na publicação da obra.

Outros projetos dessa natureza também tiveram destaque, como o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que desde 1996 empreendeu um levantamento documental com o objetivo de produzir um livro didático sobre a História de São Gonçalo. Este material pedagógico foi antecedido por um Guia de Fontes³⁷ que pôde demonstrar a riqueza documental encontrada e produzida pela equipe de professores. Além deste, Melo³⁸ (p. 41, 2015) também menciona a experiência

³⁶ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. História dos Municípios Paraibanos. (2 vols.). Campina Grande: Ed. UFCG, 2012/2013. O volume 1 engloba os Municípios de Alagoa Nova, Areia, Aroeiras, Cabaceiras, Remígio, Serra Branca e Sumé, já o 2 remete-se a Cajazeiras, Pombal, Sousa, Taperoá e Umbuzeiro. Não tivemos acesso aos volumes 3 e 4.

³⁷ GONÇALVES, Maria de Almeida; REZNIL, Luís (Orgs.). Guia de Fontes para a História de São Gonçalo. São Gonçalo, TJ: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de pesquisa histórica, 1999.

³⁸ MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

produzida pela Universidade Federal do Ceará (UFC) através da produção de livro didático como, por exemplo, *Construindo o Ceará*, por meio de professores como Ricardo Oriá e Simone de Souza na década de 1990.

Isso não implica que a história local não seja praticada, até porque muita história local tem sido pesquisada em dissertações de mestrado e teses de doutorado (ou em trabalhos extras universitários através de grupos culturais, museus de comunidade, projetos patrimoniais etc.), mas os moldes da produção historiográfica sofreram substanciais alterações nessas décadas e talvez seja necessário inventar novas estratégias e métodos para a realização de histórias locais e sua consubstanciação em materiais didáticos – desafio que ainda se faz presente na maioria absoluta dos municípios paraibanos – para atender a essa aspiração. Se o modelo do Resgate não puder ser simplesmente replicado décadas depois, ele gerou um rico acervo de experiências, que podem e devem nortear futuras ações nesse sentido. Nossa dissertação é parte desse esforço do pensar e repensar a questão.

Não obstante essas idas e vindas do Resgate, podemos dizer que existe, sim, o valioso saldo de livros publicados e pesquisas produzidas, e eles são referências de grande valor e importância, os quais apresentaremos e discutiremos de forma mais substancial nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO III – TRILHANDO A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS: A PRODUÇÃO DIDÁTICA DO PROJETO HISTÓRIA LOCAL

Até então, apresentamos ao leitor a história por detrás do Projeto Resgate, sua dinâmica, os eixos teóricos e os procedimentos metodológicos adotados na construção dos textos e alguns pesquisadores envolvidos. Também as vicissitudes enfrentadas pelas equipes, muitas vezes pelas relações que tiveram de ser estabelecidas com algumas administrações municipais que buscaram controlar os trabalhos e interferir nos resultados. Foi interessante a escolha do percurso que fizemos, pois, os trabalhos resultantes desse projeto no geral, investigaram um determinado aspecto do município ora pesquisado, seja a cultura ou questões políticas, não se aprofundando na história de atuação e produção do Projeto Resgate.

Entretanto, nesse capítulo analisamos a produção didática do Projeto a partir de três períodos distintos em sua escrita: A História de Patos (1985), publicação pioneira organizada por Joana Neves, que mesmo sem nenhuma participação direta do Projeto Resgate, estabeleceu os parâmetros para os manuais que seguiram; As histórias realizadas nos anos 1990, que contam com pesquisa integral feita nos municípios de Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia; e o que denominamos Uma história em suspenso: o caso de Serra Branca, que faz menção à última pesquisa ativa do Projeto Resgate realizada entre 2007/2017, embora inconclusa, não fazendo uma análise de seu teor, mas discutindo os motivos de sua interrupção.

Optamos em nossa metodologia por analisar apenas os livros que, de fato, foram produzidos pelo Projeto Resgate, com breve incursão sobre o livro anterior e o caso posterior. O caso de Patos, como já mencionado, foi uma obra pioneira coordenada por Joana Neves que contou apenas com a participação de Regina Célia Gonçalves como pesquisadora. Certamente ele contribuiu para a constituição da coleção sendo utilizado como uma referência, tendo a própria Joana Neves colaborado como assessora para a publicação dos demais manuais. Dessa forma, trouxemos para o leitor algumas breves informações sobre a elaboração do livro, a quem ele foi destinado e o conteúdo presente em seus capítulos.

Ainda a respeito de nossa metodologia, gostaríamos de esclarecer ao leitor como procedemos na análise dos materiais didáticos, que foram a principal fonte utilizada para a redação deste capítulo. Ao realizar uma primeira leitura do material, percebemos

alguns assuntos recorrentes nos capítulos. Dessa forma, identificamos um parâmetro na escrita que refere à vertente teórica e metodológica adotada pelo Projeto Resgate que visa construir uma história local através da interpretação de diversos sujeitos sociais, especialmente a classe trabalhadora.

Por conseguinte, selecionamos algumas temáticas que produziram discussões bastante pertinentes para o espaço local como o processo de ocupação territorial, que evidencia as questões ligadas às populações indígenas; o problema da terra e a luta do trabalhador por melhores condições de vida; os movimentos sociais que se desencadearam no estado da Paraíba, destacando a atuação dos municípios pesquisados; as singularidades culturais próprias de cada localidade e a situação da educação diante dos desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem.

Em relação à pesquisa não concluída desenvolvida em Serra Branca, iremos apenas sinalizar para o leitor as referências utilizadas e o padrão de escrita a ser adotado, visto que o material não foi consolidado nem há indicações nesse sentido. Inclusive, essa breve exposição que apresentamos só foi possível porque tivemos acesso ao protótipo do livro e participamos das reuniões que definiram as temáticas a serem analisadas junto com os professores responsáveis por sua escrita.

A seguir, apresentamos algumas breves informações sobre os materiais didáticos segundo seu período de produção. Logo após, as análises temáticas serão expostas numa análise comparativa. Mas vale salientar que os casos de Patos e Serra Branca não farão parte dessa análise, pelas questões acima já evidenciadas.

3.1 HISTÓRIA DE PATOS (1985)

O livro *História de Patos* foi publicado em co-edição com a Comissão do IV Centenário da Paraíba e a Prefeitura Municipal daquela cidade, durante o ano de 1985. A estrutura do texto, com o volume total de 123 páginas, foi dividida em duas partes, na primeira é feita uma introdução geral que busca informar como o livro foi construído e como deve ser utilizado; e a segunda parte evidencia os temas e capítulos pertinentes à história de Patos (conquista territorial, evolução político-administrativa, as atividades econômicas e a vida social).

Este livro foi considerado um manual básico para a história de Patos, destinado prioritariamente aos estudantes da Escola Normal, que à época formava professores em

nível médio para lecionar no então Primeiro Grau, equivalente hoje aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A iniciativa deste trabalho foi da professora Marlene César Bezerra, que ocupava cargo na Secretaria de Educação do Município de Patos e percebeu a necessidade de material bibliográfico específico sobre a história do município para a formação de professores, sobretudo, no 2º grau. A professora Marlene foi a responsável por sensibilizar o então Prefeito Edmilson Mota para a importância de tal trabalho.

Este foi elaborado através de solicitação por parte da prefeitura municipal de Patos em parceria com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), que desde 1978 buscava discutir questões relacionadas à História Regional e Local. A coordenação do NDIHR, neste momento, estava sendo exercida pela Professora Neiliane Maia que assumiu a administração do Projeto com os recursos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG/UFPB). Também vale destacar a presença na equipe do Professor Manoel de Souza Oliveira, docente em Patos, que vinha desenvolvendo estudos sobre a história local e participou da pesquisa e redação de textos.

A respeito dessa obra, não foi possível coletar maiores informações através das entrevistas, pois a sua produção não contou com a participação direta de membros do Projeto Resgate. A única que esteve envolvida na pesquisa e elaboração deste primeiro ensaio foi a professora Regina Célia.

O desenvolvimento do Projeto pôde ser verificado através de duas etapas: a primeira realizada no próprio município, buscando discutir com os professores e pesquisadores locais o roteiro do livro, além do estabelecimento dos parâmetros didático-pedagógicos a serem adotados (nível, linguagem e conteúdos); a segunda parte, realizada em João Pessoa, esteve associada à análise e seleção de material bibliográfico e documental e a montagem escrita do livro. Para a elaboração deste material, fontes bibliográficas e documentais foram analisadas como alguns noticiários patoenses, tais como a *Voz do sertão* e *Jornal do Sertão* (1914-1917; 1925-1926), além de algumas edições do jornal *A União* (1945, 1948, 1951), *A Regeneração* (1961) e *O Tempo* (1965).

O primeiro capítulo da obra busca apontar como foi o processo de conquista da Região dos Cariris, analisando a presença de grupos indígenas que habitavam o interior

paraibano. Da vasta área da Bacia do Rio Paraíba saíram diversas tribos que eram oriundas do tronco indígena dos Cariris e, com o passar do tempo, esses grupos acabaram se desmembrando do tronco original. Antes da chegada dos Portugueses, os Cariris foram atacados pelos Potiguaras que eram mais numerosos e aguerridos, e para sobreviver, eles precisaram se retirar para o interior de região, ocupando a “área da Chapada da Borborema e a bacia do curso médio do rio Paraíba e toda a superfície do atual Cariri paraibano” (p.15).

Um outro destaque discutido no capítulo introdutório desta obra, aponta para o processo de conquista e formação humana dos Cariris e dos sertões paraibanos através da família Oliveira Ledo, emigrantes do Sul, ligados à Casa da Torre da Bahia, que constituíam um grupo de fazendeiros ricos que marcaram a história da Paraíba. “Antônio Oliveira Ledo foi o primeiro a chegar nestas terras em meados do século XVII”, sendo responsável pela fundação de sua feitoria às margens do rio Paraíba “em local onde as terras se apertavam contra o leito, formando um boqueirão – gerando a atual cidade de Boqueirão de Cabaceiras” (p. 17). Para se formar uma feitoria era necessário atender a vários requisitos como a criação da “casa grande, armazéns, a capela, casas para colonos e índios domesticados, currais e casas de conversão” e este foi o marco de sua posse e domínio da capitania. Antônio de Oliveira Ledo foi o responsável por dar início ao processo de colonização do Cariri, fomentando as plantações e criações de gado, apoiando a instrução religiosa dos indígenas na capitania e subjugando tribos insubmissas que representavam uma ameaça a seus domínios, como os Sucurus e Boiaçus.

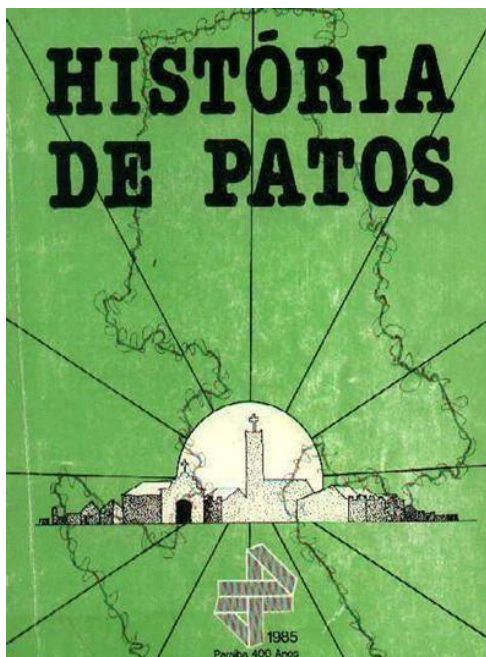
Os capítulos subsequentes se debruçam sobre a evolução político-administrativa (autonomia e organização do governo municipal, prefeitos, finanças e poder político), as atividades econômicas (pecuária, algodão, atividades industriais, secas) e a vida social (urbanização, modernização, educação), que serão esmiuçados posteriormente.

É possível perceber, ainda que de forma breve, algumas diferenças em relação ao formato desta primeira obra e as demais produzidas pela equipe do Projeto Resgate. “A proposta metodológica é bem diferente dos demais livros da Série Materiais Didáticos, tanto com relação à pesquisa, quanto à formatação do livro” (MELO, 2020, p.16). O livro *História de Patos* seria uma cartilha sobre a história dos Municípios, que analisou os processos de conquista e edificação da cidade, as transformações políticas e administrativas, além das atividades econômicas e sociais realizadas. As demais obras

concebidas, além de evidenciarem a história dos municípios tocam em outros assuntos, se utilizam de imagens para enriquecer o material, propõem atividades didáticas a serem desenvolvidas entre professores e alunos, incluem atlas geográficos para demonstrar as transformações administrativas e territoriais etc.

No entanto, cabe uma consideração de que por ter sido uma primeira experiência no âmbito do NDIHR em relação à produção didática local e duas de suas participantes terem estado presentes na fase posterior, certamente forneceu subsídios importantes para a concepção e execução da coleção nos anos 90. De toda forma, a produção do material de Patos serve como uma espécie de baliza de comparação para percebermos um primeiro ensaio de trabalho didático nesse sentido.

Figura 8 – Capa do livro História de Patos (1985)



Fonte: Acervo NDIHR, disponível em:

http://www.ndihr.ufpb.br/programa/serie_materiais_didaticos.html> Acesso em 16/10/2021

Conforme apuramos, após a conclusão da pesquisa e elaboração do material houve algumas desavenças com a administração municipal devido ao teor crítico da obra e mesmo tendo sido impressa, os cursos de formação e a distribuição para as escolas foi obstaculizada pela Prefeitura Municipal.

3.2 AS HISTÓRIAS REALIZADAS NOS ANOS 90

No que tange à coleção efetiva, desenvolvida entre os anos de 1993 e 1998, com a responsabilidade executiva do NDIHR, apresentaremos a seguir os livros didáticos, evidenciando sua estrutura, capítulos, sugestões de atividades, referencial teórico, além de algumas de nossas impressões.

Em termos cronológicos, “Uma história do Ingá”, publicado em abril de 1993, foi o primeiro da Série “Materiais Didáticos” do NDIHR/UFPB. Realizado sob a coordenação de Rossana de Souza Sorrentino com a parceria das professoras Maria Helena Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves e Vilma Melo. Segundo entrevista realizada com Melo, este trabalho contou com a assessoria das professoras Joana Neves e Rosa Godoy, além do prof. Ivandro Sales. Houve também a participação dos componentes da Coordenação de História do IDEME, como Ana Cândido Cavalcante Vieira; Benedito Siqueira Martins; Sandra de Sousa Lélis Fonseca e Verônica Accioly Gomes Farias (MELO, 2020, p. 17).

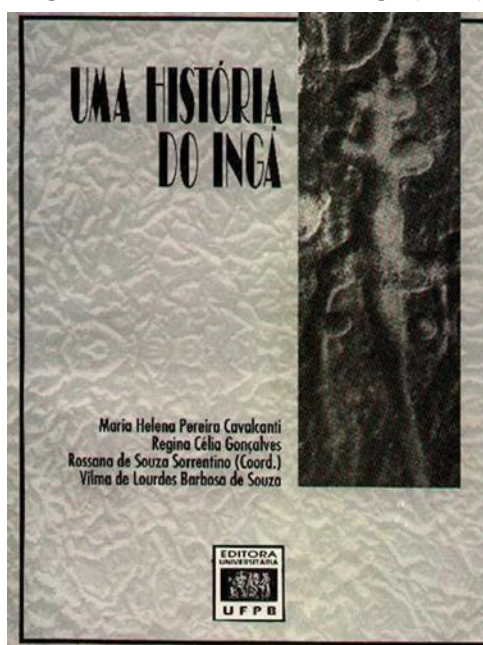
Com um volume total de 114 páginas, a estrutura do texto foi dividida numa série de 14 capítulos que trazem consigo sugestões de atividades multidisciplinares. A obra trouxe, ainda, alguns anexos relacionados à lei de criação da Villa do Ingá (Lei nº 06 de 03 de novembro de 1840), a sua divisão político-administrativa (Lei nº 318 de 07 de janeiro de 1949) e a relação de prefeitos e intendentes de 1890 até 1992. Conta-se também com a utilização de mapas que ilustram a geografia do local, um glossário e uma bibliografia comentada para auxiliar no manuseio de outros pesquisadores. Através da estrutura e a organização do texto, já é possível perceber algumas mudanças substanciais na disposição da obra, se comparado ao primeiro livro produzido em 1985. Cumpre lembrar que oito anos separam uma experiência da outra, o que implicou em um efetivo aprendizado de todos os participantes, acesso a inovações historiográficas, o que configura, inclusive, um momento bastante distinto da década anterior, não significando, certamente, que tudo que existia teria sido deixado de lado, apenas se verificou o processo de inovação, que faz parte da produção científica.

Essa obra foi destinada à população de Ingá, sendo principalmente oferecida aos professores de 1º e 2º graus. A edição encontrou percalços ao longo de sua elaboração, pois a gestão não assumiu o financiamento, por isso a publicação acabou sendo feita pela Editora Universitária da UFPB no ano de 1993, com recursos provenientes do

FNDE (Fundo Nacional para o desenvolvimento da Educação), sendo destinada à distribuição entre os professores do município, bibliotecas públicas e para o NDIHR.

O trabalho produzido no Ingá teve um apreço inexplicável, registrado inclusive nas entrevistas audiovisuais, levando em consideração que essa foi a experiência piloto, a que abriu as possibilidades para outras pesquisas, outros livros, conforme registra Vilma: “Eu sempre digo que para mim a experiência de ‘fazer’ história no Ingá, foi sem sombra de dúvidas a melhor, ali pudemos exercer todas as competências de um historiador. Foi uma experiência fantástica” (MELO, 2020, p. 16).

Figura 9 – Uma história do Ingá (1993)



Fonte: Acervo NDIHR, disponível em:
http://www.ndihr.ufpb.br/programa/serie_materiais_didaticos.html Acesso em 16/10/2021

Como esta foi a experiência piloto, que trouxe possibilidades e produziu uma estrutura que contribuiu para a elaboração dos demais trabalhos, é preciso problematizar a escolha do título desta obra, que acabou dando sequência à coleção. O título da série trouxe um detalhe muito pertinente em relação à fundamentação teórica adotada pela equipe do Projeto Resgate: “*A história do Ingá*” ou “*Uma história do Ingá*”? A adoção do artigo indefinido expressou melhor a proposta da equipe, pois o conteúdo dos livros encerraria determinada versão da história, garantindo a constituição de múltiplas histórias sobre as localidades, em oposição ao discurso de verdades absolutas. Para

tanto, foi definida *uma história do Ingá, uma história do Conde*, sendo ainda possível através dessas obras, a criação de novas narrativas históricas.

Trata-se de uma versão da História do Município. Ressaltamos, entretanto, que é um trabalho inacabado, considerando que a História reflete um processo contínuo e permanente. A população, de posse do conteúdo nela expresso, somando às fontes indicadas e outras a pesquisar, estará instrumentalizada a crescê-la e reelaborá-la (CAVALCANTI, 1993, p. 9).

A produção “Uma História do Ingá”, surge como uma alternativa de preservar e dialogar com uma memória ameaçada de perder-se no tempo, que revela em suas páginas uma narrativa distante da mera descrição localista, sendo construída pelas experiências e vivências de seu povo. Fugindo daquilo que se vinha produzido nos anos antecedentes, narrativas sobre representantes da política local e famílias importantes na cidade, o livro sobre o Ingá se lançou como experiência inacabada (mas não inconclusa) na produção histórica paraibana incorporando as inovações historiográficas recentes da segunda metade dos anos 1980 e início dos 90, provocando uma discussão sobre a necessidade de romper com o estreito localismo e a genérica abrangência, abrindo possibilidade para a construção de novos textos e pesquisas. Nem todos os problemas históricos e historiográficos foram superados aqui, mas os passos iniciais foram dados de forma muito primorosa.

A seguir, “Uma história de Pedras de Fogo”, publicado também em abril de 1993, sendo o segundo da Série Materiais Didáticos. Realizado sob a coordenação de Rossana Sorrentino com a parceria das professoras Maria Helena Cavalcanti, Regina Célia Gonçalves e Vilma Melo. Como no caso de Ingá, em Pedras de Fogo também contou com a assessoria das professoras Joana Neves, Rosa Godoy, o prof. Ivandro Sales e componentes da Coordenação de História do IDEME, que foram citados anteriormente.

O livro foi dividido em 11 capítulos, com 95 páginas, com que contemplam aspectos do município, além dos anexos como o recorte do Jornal a União que evidencia a lei de criação do município de Pedras de Fogo (Lei nº 895 de 11 de março de 1953), a relação dos prefeitos desde 1953 até 1992 e os mapas que ilustram a geopolítica do território. Assim como o caso de Ingá, o livro conta também com um glossário e uma bibliografia comentada para auxiliar no manuseio de outros pesquisadores.

É interessante destacar um diferencial no caso de Pedras de Fogo em relação à pesquisa no Ingá, que foi o interesse da gestão municipal em firmar contrato com a equipe do Projeto Resgate. Segundo Vilma, o prefeito do município, em umas das reuniões do IDEME, se mostrou interessado em realizar o Projeto, então foi estabelecido um contrato oficial e foram iniciados os trabalhos de pesquisa contando com o apoio da Secretaria de Educação de Pedras de Fogo (2020, p. 19).

No entanto, no depoimento de Maria Helena Cavalcanti, nos deparamos com a continuação desse episódio, quando ela revelou que embora o prefeito da época, Manoel Júnior, se mostrasse interessado na pesquisa, muitos problemas surgiram impossibilitando a efetivação deste trabalho, tal como a censura imposta a partir do momento em que as análises ganharam configurações que desagradavam a administração municipal (CAVALCANTI, 2020, p. 6-7). Por esse motivo, assim como o livro sobre Ingá, “Uma História de Pedras” de Fogo foi publicado pela Editora Universitária da UFPB no mesmo ano de 1993, com recursos provenientes do FNDE.

Figura 10 – Uma história de Pedras de Fogo (1993)



Fonte: Acervo NDIHR, disponível em:
<http://www.ndihr.ufpb.br/programa/serie_materiais_didaticos.html> Acesso em 16/10/2021

É importante destacar que ambos os livros frutos do Projeto Resgate são resultados de uma integração entre ensino e pesquisa. Foram as demandas do ensino que

determinaram a elaboração desse material, visando oferecer suporte para os estudos relacionados à história do município, questão que foi possível ser concretizada mediante uma série de procedimentos sistemáticos da pesquisa histórica.

Na apresentação geral e introdução do livro, as autoras³⁹ revelam a importância da obra que se constitui como um instrumento de estudos relacionado à história local e, ao mesmo tempo, como um roteiro para a construção de novos saberes, possibilitando, ainda, o diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento para a elaboração de novos ensaios sobre a temática. Essa edição da pesquisa feita pelo Projeto Resgate resultou, ainda, num acervo substancial de informações que à época estavam sob a proteção do acervo do NDIHR/UFPB, podendo estar disponível para pesquisadores e a população em geral.

Na ordem de publicações, passados três anos, seguiu-se “Uma história do Conde”. Publicado em junho de 1996, esta foi a terceira obra da Série. Com 142 páginas, o livro foi dividido em 12 capítulos, além de uma introdução geral, alguns anexos, os periódicos do jornal *A União* que foram utilizados para a pesquisa, mapas e uma bibliografia comentada. É interessante destacar que o trabalho no município do Conde começou especificamente no ano de 1994, quando a equipe do Projeto Resgate foi procurada pelo Secretário de Educação, para realizar o projeto de pesquisa. E assim como o de Pedras de Fogo, o convênio foi firmado dando assim início aos trabalhos. Vale observar que nesse momento, a equipe lidou de forma muito intensa – e em alguns momentos, simultânea – com a elaboração de mais de um volume da coleção, o que marca o momento mais intenso da produção, que se dá entre 1994 e 1997.

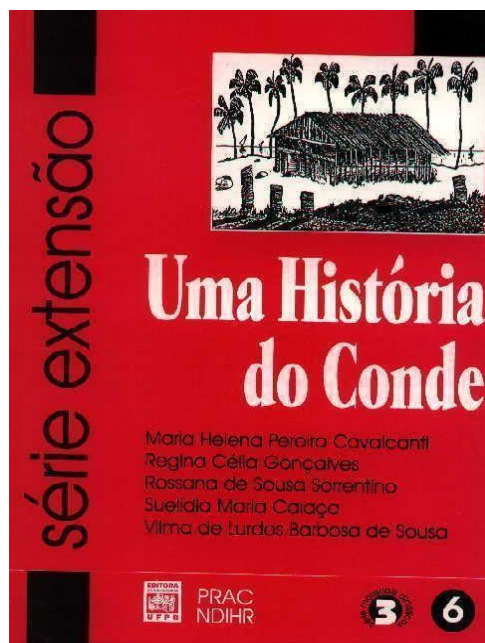
Esta obra foi produzida e organizada pelas professoras Maria Helena Cavalcanti, Rossana de Sousa Sorrentino, Vilma de Lourdes e Regina Célia Gonçalves, que na época era a Coordenadora do NDIHR. Assim como os demais casos já citados, o Projeto Resgate também contou com a assessoria de Joana Neves e Rosa Godoy, além de uma participação especial da professora Suelídia Maria Calaça, como pesquisadora e autora do livro, que na época trabalhava na rede municipal de ensino de João Pessoa. Atualmente a mesma é docente na UFPB, Campus I, no Departamento de Metodologia da Educação (DME).

³⁹ Para nos referir aos agentes responsáveis pela pesquisa e escrita dos textos, embora Maria Helena Cavalcanti seja a coordenadora da maioria das edições, iremos nos utilizar da expressão “as autoras/os autores” a fim de englobar todas as pessoas que contribuíram para a elaboração desse material.

Está registrada também no livro a colaboração de outras equipes de trabalho que contribuíram para o desenvolvimento desta obra, tal como a Coordenação de Estudos Históricos e a equipe do Plano Diretor do IDEME/SEPLAN. Alguns então alunos do Curso de História como Alexandre Felipe Fiúza, Alômia Abrantes da Silva e Ana Luísa Cândido Barbosa, também auxiliaram na empreitada, sobretudo, no trabalho de levantamento e análise documental. Segundo entrevista com Vilma Melo, as ilustrações do livro desta vez passaram por um edital de seleção pública, de ampla concorrência, sendo o artista Archidy Picado Filho o escolhido para ilustrar a obra.

Assim como Pedras de Fogo, Conde também contou com a ingerência e falta de apoio do poder público local, embora a princípio, este tenha se mostrado interessado pelo projeto. Dessa forma, o livro *Uma história do Conde* seguiu o mesmo padrão da Série Materiais Didáticos do NDIHR e foi incorporado à Série Extensão da PRAC/UFPB. A partir desse volume, os demais municípios contaram com o apoio da Pró-reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC/UFPB), o que auxiliou na logística do trabalho de campo da equipe do Projeto (MELO, 2020, p. 20).

Figura 11 – Uma história do Conde (1996)



Fonte: Acervo NDIHR, disponível em:

<http://www.ndihr.ufpb.br/programa/serie_materiais_didaticos.html> Acesso em 16/10/2021

No caso de Conde, é preciso ainda destacar os problemas enfrentados pela equipe do Projeto em relação à postura adotada pela gestão local. A princípio, como já

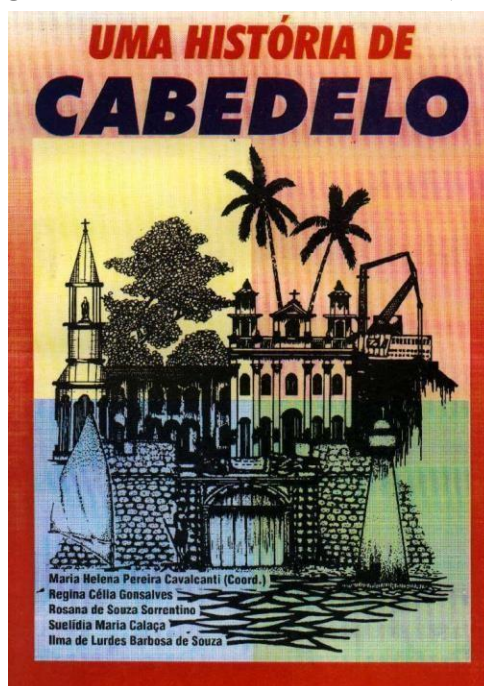
foi registrado, a prefeitura se mostrou interessada e buscou firmar convênio para que o trabalho no município acontecesse. Porém, foram relatados em vários momentos, algumas situações constrangedoras que foram vivenciadas pelas professoras

Como por exemplo, dificuldades de acesso aos acervos dos órgãos públicos locais, nos quais necessitávamos realizar pesquisa documental, ou quando a nossa mobilidade era sempre acompanhada por alguém a mando da gestão o que, por vezes, dificultava a liberdade de trabalho, especialmente com relação às reuniões e entrevistas com pessoas ou segmentos populares do local

(Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 20).

Em seguida, apresentamos “Uma história de Cabedelo”, que foi publicado em novembro de 1996, sendo o quarto livro da Série Materiais Didáticos do NDIHR. Assim como o exemplo do Conde, a equipe também foi procurada pela Secretária de Educação do município do Cabedelo, através da professora Maria das Graças Carlos Rezende.

Figura 12 – Uma história de Cabedelo (1996)



Fonte: Acervo NDIHR, disponível em:

http://www.ndihr.ufpb.br/programa/serie_materiais_didaticos.html Acesso em 16/10/2021

A obra tem um volume total de 146 páginas, sendo organizada em 14 capítulos. Além disso, o sumário também apresenta glossário, uma bibliografia comentada como nas outras edições, mapas com ilustrações geopolíticas e alguns anexos de artigos da

folha da cidade e decretos-lei (Lei nº 1557 de 07 de fevereiro de 1929; Lei nº 676 de 20 de novembro de 1928; Lei nº 1631 de 12 de dezembro de 1956).

A equipe responsável pela construção deste trabalho foi a mesma empenhada na pesquisa do Conde, destacando agora o nome do professor Severino Bezerra da Silva, como membro da assessoria junto com Joana Neves e a comunidade do Município. Segundo Melo, a pesquisa, organização dos dados e formação dos professores contou com a maior equipe de alunos bolsistas do Curso de História que o Projeto já registrou, sendo eles: Alexandre Felipe Fiúza (PIBIC), Alômia Abrantes da Silva (PIBIC), Anailton Ferreira Alves (PROLICEN), e quatro bolsistas da Secretaria de Educação de Cabedelo: Edson Ferreira de Macedo, Isamarc Gonçalves Lôbo, Maria Vitória Barbosa Lima e Vanda Lúcia de Oliveira (2020, p. 21).

O caso de Cabedelo foi definitivamente um dos mais instigantes, pois neste município a equipe teve maior autonomia para realização das pesquisas, além de financiamento para a obra através da Secretaria de Educação do Município. Segundo Melo, a gestora da Secretaria de Educação, que era a esposa do prefeito, acompanhou todo o trabalho da equipe, atendendo às demandas e procurando não interferir na produção (2020, p. 21). Entretanto, algumas solicitações foram levantadas pela secretária e merecem ser registradas no corpo deste texto, no sentido de destacar a importância da figura da gestão municipal para a construção das histórias locais, numa perspectiva tradicional, e como eles se apropriaram deste trabalho para enaltecer seu mandato.

Ela solicitou que o livro – que teve financiamento da prefeitura para a sua impressão, inserisse na formatação, as “orelhas” nas contra-capas do livro. Na primeira, deveria estar presente a foto do prefeito José Francisco Régis, com um pequeno texto autoral, na segunda, a foto da Secretária (ela própria!), seguida de outro texto

(Depoimento de Vilma Melo, 2020, p. 21-22).

Segundo Melo, no município de Cabedelo foi possível atender todas as etapas do projeto, encerrando suas atividades com o acompanhamento docente nas reuniões de planejamento e em salas de aula durante seis meses, para a aplicação dos conteúdos do livro, na perspectiva da construção da sua história (2020, p. 22). E isso foi motivo de grande comemoração no município, como relata professora Cavalcanti:

Em Cabedelo nós tivemos todo o apoio da gestão, né? A gestão financiou, mas interessante foi a festa... foi uma grande festa na Fortaleza de Santa Catarina porque, como eu te disse, teve todo o apoio da gestão municipal. No dia de lançamento, o prefeito lá, a secretária de educação, todos, todas as autoras lá, interessante foi na hora de autografar o livro, as autoras não autografavam o livro, quem autografava era o prefeito e a secretária de educação (2020, p. 6).

Ainda sobre Cabedelo, é importante considerar as contribuições de Alexandre Fiuza, que à época era pesquisador-bolsista através do PIBIC e participou de algumas pesquisas relacionadas ao Projeto Resgate, em especial, no caso de Areia (1998). Em relação a Cabedelo, através de entrevista, foi possível perceber que Fiuza colaborou ativamente no processo de formação das oficinas e no acompanhamento docente, no sentido de, capacitar os professores acerca do uso do material didático permitindo que estes trabalhassem de uma maneira mais crítica com os livros, fugindo da mera reprodução dos conteúdos (FIUZA, 2020, p. 16).

Por fim, “Uma história de Areia” fechou o total dos volumes publicados nos anos 1990, quando a coleção sofreu uma interrupção na sua continuidade. Lançado em março de 1998, este foi o quinto livro da Série de Materiais Didáticos do NDIHR e o número 16 da Série “Extensão” da PRAC/UFPB. Com apoio da FUNAPE (Fundação de Apoio à Pesquisa) e financiamento do FNDE, a obra, que conta com 179 páginas, foi dividida em 14 capítulos, além de uma introdução geral, glossário, etc.

A equipe base da pesquisa foi a mesma empenhada nos trabalhos anteriores, tendo agora a figura de Severino Bezerra da Silva como coordenador das atividades de pesquisa. A produção dessa vez também contou com a participação de docentes da rede municipal de ensino de Areia, tal como Maria do Socorro S. da Silva, Maria Elisabeth F. de Lima e Roceane Trajano Brito.

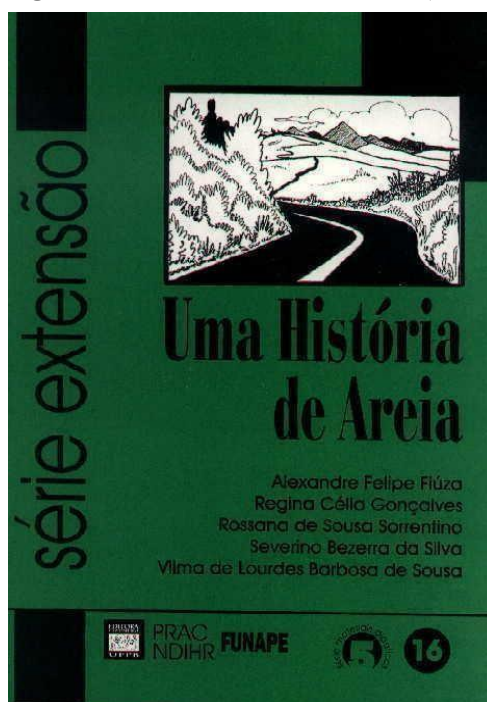
Segundo Melo, a pesquisa no município de Areia foi diferente dos demais casos, devido à grande “oferta de acervos e fontes históricas localizadas tanto no município quanto na capital do estado” (2020, p. 23). Existia uma riqueza material considerável através de livros autorais, trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação, além de impressos, como jornais e noticiários locais. Inclusive, os periódicos e fontes primárias consultadas para a pesquisa, se encontram listados no livro.

Vale salientar, que um dado pode ser observado ao considerarmos as referências de cada obra. Areia foi a única dessas cidades que contava previamente com livros e outros escritos de história local, o que pressupunha uma “densidade historiográfica

prévia” que a equipe encontrou, uma vez que as histórias locais dos demais municípios apareciam apenas em trechos de obras mais gerais sobre o Brasil ou a Paraíba. Isso mostra uma série de fatores que dificultam ou contribuem para a produção historiográfica didática, bem como confirma a fragilidade do quadro das histórias locais, uma vez que a grande maioria dos municípios paraibanos não conta sequer com a famosa “História de ...”.

Uma coisa que nos chamou atenção nesta obra, quando comparada com as demais, foi o “encarte com vários mapas abordando diversos aspectos do território paraibano e do município” (2020. p. 23). Segundo Vilma, esse diferencial foi pensado no sentido de facilitar a visibilidade e utilização desses mapas, que nas outras obras já estavam inseridos no próprio livro, o que de certa forma dificultava o seu uso, impressão etc.

Figura 13 – Uma história de Areia (1998)



Fonte: Acervo NDIHR, disponível em:

<http://www.ndihr.ufpb.br/programa/serie_materiais_didaticos.html> Acesso em 16/10/2021

A partir desse momento, a Coleção deixou de ser elaborada e publicada. Observando a cronologia, podemos levantar a hipótese de que boa parte das pesquisadoras envolvidas iniciava nesse período os seus Doutoramentos, o que

certamente dificultava a manutenção de uma rotina de trabalho nesse sentido. Também cumpre lembrar que o próprio trabalho na Universidade estava sofrendo reconfigurações em função da LDB e da expansão da Pós-Graduação, o que serve de elemento para futuras e mais detidas análises.

Em seguida, iremos apresentar ao leitor as análises realizadas acerca dos temas escolhidos. Antes de passarmos a uma análise de conjunto, vamos nos debruçar sobre o volume não concluído sobre Serra Branca, que apontou novas possibilidades de trabalho, passada uma década desde o de Areia, bem como apontará, ao final, algumas hipóteses para pensarmos porque não houve prosseguimento da Coleção.

3.3 UMA HISTÓRIA EM SUSPENSO: O CASO DE SERRA BRANCA

Como o material de Serra Branca não foi concluído, permitindo que fizéssemos sua análise, neste tópico apresentamos as tentativas de retomada da Coleção, a primeira em 2007 e a segunda em 2016, ambas fadadas ao insucesso.

A pesquisa no município de Serra Branca surgiu no ano de 2007 e contou com a participação de professores membros tanto Departamento de Metodologia da Educação, quanto de História, ambos da UFPB, tal como Vilma Melo, Regina Célia Gonçalves, Suelídia Maria Calaça, Paulo Giovani Antonino Nunes⁴⁰, Severino Bezerra da Silva e Damião de Lima⁴¹. Na primeira edição do Projeto no município, foi produzido um significativo acervo de fontes históricas com material encontrado em variados arquivos, além das fontes produzidas no trabalho de campo, como entrevistas, depoimentos orais e imagens.

A segunda fase da pesquisa refere-se à continuação das atividades que foram interrompidas em 2007 por fatores associados ao poder político local. A atuação do grupo de pesquisa era realizada por meio de convites das prefeituras e/ou órgãos oficiais que desejavam inserir as discussões acerca da história local nos currículos municipais.

⁴⁰ É importante destacar a contribuição deste nome, pois Paulo Giovani, recém-ingresso no Departamento de História da UFPB, onde havia cursado a Graduação entre finais dos anos 1980 e início dos 90, nasceu no município de Serra Branca e a tentativa de reativação do Projeto que aconteceu em 2016, teve sua influência, com o objetivo de produzir e preservar a história do seu município.

⁴¹ Cumpre lembrar a contribuição de Damião de Lima, Graduado em História pela UFPB. Mestre em Economia pela UFPB e Doutor em História Econômica pela USP. Nesta segunda fase de pesquisa em Serra Branca ele foi um dos nomes pensados para escrever o capítulo sobre Educação, considerando sua área de atuação e pesquisa, Ensino de História, História Contemporânea e História e Educação.

A gestão à época do então prefeito Luiz José Mamede de Lima (2005-2008) incentivou a realização da pesquisa, mas após o encerramento do seu mandato, as novas configurações políticas trataram de suspender as atividades do Projeto.

Retomados os trabalhos após quase uma década, essa etapa ocorreu a partir do ano de 2016, com a aprovação de projeto submetido pela Professora Vilma Melo ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB), que possibilitou a retomada das atividades que haviam sido suspensas anteriormente e que tinham por finalidade a análise dos documentos e arquivos que haviam sido encontrados sobre o município em questão, bem como, a atualização da pesquisa, visando à elaboração de um material didático destinado aos professores e alunos da rede básica de ensino e, a população em geral. Inclusive, a foto a ser utilizada na capa para o livro de Serra Branca, foi feita pela professora Regina Gonçalves no ano de 2017, após uma visita de campo.

Figura 14 – Imagem referência para capa do livro de Serra Branca



Fonte: Documento protótipo do Livro de Serra Branca, Professora Vilma.

Diferentemente das produções lançadas nos anos 1990, em formato de manuais didáticos com conteúdo versando sobre a história dos municípios, poucas imagens e exercícios das mais diversas disciplinas, a proposta pensada para a obra *Uma história de Serra Branca* trouxe atualizações muito pertinentes devido à nova ossatura dos materiais didáticos produzidos em meados do século XXI e ao desenvolvimento de

novas ferramentas tecnológicas, que poderiam ser incorporadas aos materiais, que deveriam trazer um novo campo de possibilidades.

Apesar de todo o empenho da equipe, o livro não chegou a ser publicado⁴², mas foi pensado num tamanho e gramatura diferente dos demais, sendo organizado com 12 capítulos temáticos que discutiriam diversos temas sobre a localidade, desde o espaço e território, passando pela sua vida política e econômica até demandas da cultura e do patrimônio material e imaterial do município. Sugestões de atividades foram pensadas considerando os parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) através das áreas do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física); Ciências Naturais (Ciências, Matemática) e Ciências Humanas (História e Geografia).

Todos os capítulos também deveriam contemplar abordagens interativas, buscando manter um diálogo constante entre autores e leitores, possibilitando reflexões, sugestões de livros e filmes, provocando o trabalho com fontes de pesquisa etc. Essa atualização deveria seguir o formato dos atuais manuais didáticos, desenvolvendo inclusive uma versão digital com hiperligação de texto, estabelecendo referências para o conhecimento histórico através de visitas a sites de museus e acervos digitais.

No sumário também foi pensada uma homenagem à Professora Dona Estelita Antonino, mãe do professor Paulo Giovani. Ela por muito tempo atuou como professora e dedicou boa parte da sua vida à preservação e divulgação da história do município, escrevendo textos que ajudariam os autores na escrita dos capítulos temáticos, bem como nomeou uma Casa de Cultura na cidade, conforme mencionado anteriormente. A seguir, apresentamos um quadro com a disposição do sumário com a definição de temas e a autoria para a construção do livro. Essa organização foi pensada pela professora Vilma Melo, tendo o seguinte molde:

⁴² É interessante destacar que durante a vigência do Projeto PIBIC, da qual tivemos o prazer de participar entre os anos de 2017/2018, esse esqueleto do livro já havia sido pensado e compartilhado com os integrantes do Projeto. Todavia, por questões relacionadas às demandas pessoais e profissionais de cada um, ainda não foi possível consolidar este trabalho, estando ainda em suspenso. Ignoramos se há pretensão de uma retomada da obra.

Quadro 2 – Sumário com a definição dos temas e autorias

ORDEM	TÍTULOS E AUTORES PROVISÓRIOS*	AUTORIA
Homenagem	à Dona Estelita	Francymara Antonino
Prefácio	Impressões sobre o material	Joana Neves (Assessoria)
Apresentação	Estrutura do livro e usos	Os autores
Introdução	Construindo o conhecimento e compreendendo o lugar/local/a cidade	Vilma e todos
Capítulo 1	Pensando sobre o tempo – pensando sobre o espaço/território	Regina Célia
Capítulo 2	Lutas Sociais Ontem e Hoje	Paulo, Severino e Israel
Capítulo 3	Mundo rural: o trabalho na terra	Severino e Israel
Capítulo 4	O Processo de urbanização	Vilma, Jéssica e Márcia
Capítulo 5	Poderes e governo local	Paulo e Márcio
Capítulo 6	Economia e sociedade	Rossana, Damião e Márcio
Capítulo 7	Saúde pública e coletiva	Vilma e Ana Ruth
Capítulo 8	Pobreza, violência, segurança	Vilma, Márcia e Sérvio
Capítulo 9	Educação em SB – visitando lembranças	Vilma e Suelídia
Capítulo 10	Cultura, patrimônio cultural e ambiental, turismo	Suelídia, Márcia e Fabíolla
Capítulo 11	A Mídia em SB	Vilma, Fabíolla e Márcia
Capítulo 12	SB hoje	A equipe
Considerações Finais		A equipe
Bibliografia (com relação de fontes)		Vilma e Jéssica
Sobre os autores		A equipe

Fonte: Documento protótipo do Livro de Serra Branca, compartilhado em outubro de 2017 pela professora Vilma Melo.

O Projeto em Serra Branca trouxe um resultado distinto dos outros casos, que mesmo sem o término do livro, possibilitou a formação de um acervo para salvar e preservar o patrimônio material e imaterial do município. Esse centro de memória ficou conhecido como *Casa de Cultura Professora Estelita Antonino*, em homenagem à lembrança dessa importante intelectual do município.

Nesse momento, a estrutura da educação brasileira e da Universidade já havia se tornado bastante distinta dos anos 1990. No caso da UFPB, identificamos o surgimento do Programa de Pós-Graduação em História como um momento singular, pois os

vínculos construídos com o NDIHR desde os anos 70 foram substantivamente alterados. Uma parte substancial das produções acadêmicas agora estavam sob a responsabilidade do programa. Em relação à equipe que deu a ossatura da Coleção nos meados dos anos 90, houve um afastamento de parte de seus integrantes, devido a motivos de seguirem rumos pessoais e profissionais distintos.

Em relação aos que compunham os quadros docentes da UFPB, na segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, o Departamento de História, assim como o de Metodologia da Educação, promoveram um intenso esforço de qualificação de seus quadros, de maneira que muitos de seus docentes foram para Universidades de outros Estados com a finalidade de cursarem seus Doutorados, como é o caso de Regina Célia Gonçalves (USP, 1999 a 2004) e Vilma Melo (UFRN, 2002 a 2005).

Esse aspecto evidencia o distanciamento dos membros do Projeto, que ao dar seguimento às suas carreiras acadêmicas, fizeram escolhas em linhas de pesquisa para além das propostas relacionadas à história local, como pode ser visto através de análise feita no *Lattes*. Por exemplo, Regina Célia Gonçalves, que embora durante o mestrado tenha se debruçado sobre o trabalho outrora realizado no município de Ingá, se inclinou para a história colonial paraibana. Ainda na UFPB, Regina Gonçalves havia feito mestrado na área de Ciências Sociais, no ano de 2001, através de um trabalho de pesquisa aproveitando aquilo que havia sido desenvolvido no município de Ingá, intitulado *Vidas no Labirinto: Mulheres e Trabalho Artesanal - Um Estudo de Caso da Comunidade da Chã dos Pereira - Ingá-PB*. Já em relação ao Doutorado, foi realizado na área de concentração de História Econômica, pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004, sendo intitulado *Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Parahyba (1585-1630)*.

Maria Helena Cavalcanti, por sua vez, passou a dedicar sua carreira entre o ensino médio e superior particular, tendo posteriormente ingressado no Instituto Federal de Educação da Paraíba (Campus de Guarabira), e feito seu Doutorado no PPGE/UFPB entre 2012 e 2017, analisando as carreiras profissionais das historiadoras Joana Neves e Rosa Godoy, com obra intitulada *O itinerário de duas uspianas na UFPB - Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada 2016*.

Rossana Sorrentino, que realizou o Mestrado no PPGH/UFPB entre 2005 e 2007, com estudos sobre o cinema paraibano, com obra intitulada *Cinema e história: uma imagem do nordeste*, seguiu sua carreira na educação pública básica, vinculada à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Olivina Olívia Carneiro da Cunha, localizada no Centro de João Pessoa, onde posteriormente se aposentou no ano de 2013. Quando entrevistada e questionada acerca dos motivos do não prosseguimento de sua carreira acadêmica, Rossana afirmou que resolveu priorizar a família e seus interesses pessoais.

Alexandre Fiuza, por sua vez, cursou mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, no ano de 2001 e doutorado em História pela UNESP/ Campus de Assis, em 2006, estando atualmente vinculado à Universidade do Oeste do Paraná. Ambos os trabalhos tinham como escopo a relação da música no ensino de História. No mestrado, em 2001, seu trabalho havia iniciado na Licenciatura em História da UFPB, e teve por título *Entre cantos e chibatas: a pobreza em rima rica nas canções de João Bosco e Aldir Blanc*. No caso do doutorado, partindo das experiências já produzidas nos anos anteriores e de uma bibliografia que a professora Regina Behar (aposentada pelo Departamento de História da UFPB) havia emprestado, o tema esteve relacionado a canção política em Portugal, sendo intitulada *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*.

A integrante da equipe que se manteve mais afinada ao escopo original da Coleção foi justamente Vilma Melo, que se debruçou sobre o tema no doutorado. Com Mestrado (UFPB, 1998) e Doutorado (UFRN, 2005) na área da Educação, as pesquisas que deram sequência à sua formação estiveram associadas aos resultados do trabalho realizado pelo Projeto Resgate, sendo, inclusive, referência para a construção do corpo deste texto, tal como sua tese de doutorado intitulada *História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar*, publicado pela Editora da UFPB, em 2015.

Interessante atentar que mesmo sendo uma equipe com mais estabilidade, experiência profissional e qualificação (Doutorados defendidos), que contava com mais dois professores novos do Departamento de História da UFPB, sendo que um deles vinculado à cidade, ou seja, com diversos fatores favoráveis, o livro não foi ao prelo. Podemos presumir, de forma bastante plausível, que além dos fatores de andamento de suas carreiras, que dispersaram a equipe de meados dos anos 1990, os novos formatos de pesquisa e avaliação do trabalho docente e discente surgidos com a expansão da Pós-

Graduação alteraram as formas de trabalho coletivo e tornaram muito difícil a organização de uma coleção nos mesmos moldes que a do NDIHR, implicando na necessidade de adaptá-la a uma nova lógica. Comparando com a estrutura da Coleção da UFCG, publicada em anos mais recentes e em formato diferenciado, talvez seja possível encontrar um novo caminho para essas histórias locais e sua produção didática. Inclusive, encontramos recentemente em andamento a elaboração de uma série de dissertações no PPGH-UFPB e no ProfHistória-UFPB, que talvez apontem novos rumos para essa produção didática sobre história local.

CAPÍTULO IV – UM ENSAIO SOBRE A SÉRIE MATERIAIS DIDÁTICOS

Agora iremos proceder a uma análise mais detida de alguns conteúdos, temáticas e períodos históricos presentes nos volumes da Coleção Resgate. Para tanto, dividimos o texto em alguns blocos, que pensamos contemplar bem o escopo das obras e permitirá uma visualização dos caminhos de pesquisa realizados, abordagens teóricas adotadas e elaborações didáticas produzidas. Não nos deteremos especificamente num tema, período ou volume da coleção, mas faremos um cruzamento desses eixos, de tal forma a permitir uma análise comparativa mais pertinente.

Observamos, de antemão, a fim de conduzir a compreensão do leitor que cada município estudado tem uma trajetória histórica bastante peculiar e às vezes os recortes cronológicos e os arranjos temáticos não correspondem de forma plenamente ajustada. Observamos que alguns dos municípios possuem informações mais detalhadas sobre o período colonial, por exemplo, enquanto outros, mais recentes ou menos estudados, tratam o período colonial de forma mais geral, aprofundando em períodos da história mais recentes.

Para o estudo dos temas e períodos selecionados, faremos alguns blocos, nos quais analisaremos algumas questões. Certamente, os recortes selecionados poderiam ser distintos, mas percebemos a prevalência de alguns pontos que vamos destacar adiante, como as questões relacionadas às populações nativas e o processo de ocupação e colonização e as revoltas populares presentes em diferentes tempos históricos, na Colônia, Império e República. Cumpre lembrar que embora pretendamos manter uma linha cronológica dos eventos aqui analisados, bem como das respectivas produções (Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia), algumas temáticas podem aparecer no corpo do texto de maneira fortuita em pequenos momentos.

4.1 – AS POPULAÇÕES INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO

É comum em todas as produções que os primeiros capítulos sejam destinados a uma contextualização histórica que abrange meados do processo de colonização e discute a questão da ocupação territorial ressaltando elementos ligados às populações nativas. Alguns volumes exploram mais essa temática que outros, em razão das fontes

existentes e de um maior aprofundamento bibliográfico. Sendo este o primeiro tema por nós selecionados para a presente análise, iremos apresentar de maneira sequencial, o cenário que cada um dos livros descreve sobre o assunto numa análise comparativa.

No caso de Ingá, as autoras começam o livro discutindo acerca de elementos relacionados à pré-história local através das teorias de origem da Pedra Lavrada, como é conhecida pelos habitantes. Na maioria dos outros livros, o primeiro capítulo é destinado a uma breve exposição do município, com dados referentes à localização e número de habitantes, sendo seguido pelas narrativas em torno do processo de conquista e ocupação europeia. Logo, cumpre lembrar que nem sempre os livros apresentam uma estrutura fixa e linear dos fatos, como as produções mais convencionais sobre história local, que se limitam a uma compilação de dados (famílias importantes, listagem de prefeitos e seus intendentess etc).

O texto considera de forma bastante crítica que a história do Ingá, desconhecida por muitos, está além dos enigmas contidos nos blocos de pedra que formam as itaquatiras, visto que o município é conhecido especialmente por esse monumento. Para dar início a uma versão sobre a história local do Ingá, as autoras discutem algumas teorias em torno da ocupação humana no município, que é bem controversa, devido à existência de pouquíssimas referências sobre o assunto. As únicas menções sobre a presença de grupos indígenas na região antes da chegada dos europeus são divergentes, como é o caso do historiador Horácio de Almeida e do estudioso Balduino Lélis.

“Toda a caatinga litorânea que vai de Guarabira a Pedras de Fogo através de Lagoa Grande, Mulungu, Alagoinha, Araçá, Sapé, Salgado, Pilar, Gurinhém, São Miguel de Taipu, Itabaiana e Mogeiro, Natuba, Aroeira, Umbuzeiro era terra desocupada. Pelo menos assim foi encontrada na época da conquista. Nenhuma aldeia por aquelas bandas nem mesmo no Ingá” (Almeida, 1978, p.75 *apud* CAVALCANTI, 1993, p. 19).

Enquanto Almeida afirmava não haver grupos indígenas na região, que denominou de “terra desocupada”, Lélis⁴³ defendia a sua presença, a partir dos contatos estabelecidos entre os conquistadores europeus e os nativos ali fixados, a nação Cariri. Antes destes, habitaram também grupos que tinham conhecimento da cerâmica, dado os

⁴³ Embora o estudioso seja citado, o mesmo não foi devidamente referenciado ao final do texto, o que dificultou o aprofundamento das questões acima evidenciadas.

fragmentos que foram encontrados no local. Porém, devido às escassas informações disponíveis, não há indícios de que algum desses grupos indígenas seja o responsável pelas inscrições na Pedra Lavrada.

De maneira semelhante, o livro de Pedras de Fogo também revela contradições e lacunas em torno do processo de ocupação do seu território. Nos primeiros capítulos as autoras analisaram os impactos da cultura canavieira e da ação devastadora do processo colonizatório na fauna e flora do município e a questão da ocupação humana no território no período anterior à chegada dos conquistadores portugueses. A história do surgimento das ocupações humanas neste espaço é quase inteiramente desconhecida e as referências existentes novamente apontam para informações conflitantes, seguindo as distintas abordagens de Horácio de Almeida e Balduino Lélis. De acordo com o primeiro, durante o processo da invasão europeia na “área compreendida entre Copaoba (atual Serra da Raiz) e o sul do atual estado da Paraíba, não havia aldeias indígenas” (CAVALCANTI, 1993, p. 18). Por outro lado, Lélis afirma através da análise de vestígios deixados pela cultura dos Cariris que existiam comunidades indígenas.

Até onde nossos conhecimentos alcançaram, o grupo indígena que ocupou o litoral paraibano foi o Tupi, de onde se desmembraram os tabajaras e potiguaras, que embora tivessem uma cultura em comum, eram grandes inimigos. Como os últimos se estabeleceram no Norte, a historiografia clássica indica que os Tabajaras teriam chegado ao território do atual estado da Paraíba simultaneamente aos portugueses. Mas essa discussão ainda não produziu uma narrativa definitiva acerca do assunto, devido à escassez de fontes disponíveis.

É importante destacar que embora as referências fossem escassas e conflitantes nos casos de Ingá e Pedras de Fogo, as autoras apresentaram um panorama geral ao leitor, com a finalidade de informar os dados disponíveis, à época, e permitir uma maior discussão dessa temática a partir do conhecimento popular. Dessa forma, elas não se isentaram de abordar essa questão, visto que o objetivo do Projeto aspirava em construir narrativas com grupos, no geral, excluídos da historiografia local.

No caso de Conde, os dois primeiros capítulos que são destinados a analisar a origem do território e o processo de ocupação antes da conquista trazem uma mudança no seu padrão de escrita, no sentido de aprofundar assuntos relacionados ao domínio das terras do município, evidenciando questões sobre posse e demarcação. Nos livros

anteriores, esses assuntos foram apenas mencionados de forma mais geral, ressaltando a problemática do homem do campo que trabalha e depende dos frutos da terra. Nesta obra, percebemos a preocupação dos autores em evidenciar a expulsão dos camponeses de suas terras e o processo de luta em diversas regiões na Paraíba pelo reconhecimento de suas poses, como destaca Cavalcanti:

Grande parte das terras do Conde é ocupada por sítios ou granjas de proprietários que, em geral, residem em João Pessoa. A terra também é usada para lazer, mas há extensas áreas destinadas ao cultivo comercial do mamão, do coco, do inhame e principalmente da cana-de-açúcar. Com o espaço convertido em produção tipo exportação, a expulsão dos posseiros é uma dura realidade. Regiões como Gurugi são uma exceção, não só no município como em toda Paraíba, pois após uma longa luta, as terras foram entregues aos antigos posseiros (CAVALCANTI, 1996, p. 14).

Provavelmente, considerando o período de quase um biênio entre as produções, as leituras da equipe foram sendo encorpadas no que tange às questões relativas a demarcação de terras, assentamentos e conflitos pelo espaço rural, visto que essa questão é bastante perceptível na redação do livro do Conde.

Diferentemente do balanço produzido nos manuais anteriores sobre a ocupação humana dos territórios, as autoras destacaram que no caso do Conde as fontes são menos conflitantes, visto que a historiografia clássica registra a presença de aldeias indígenas nas áreas que compõem o atual município. O próprio Horácio de Almeida comenta sobre a presença de nativos no caminho que ligava Olinda a Itamaracá.

O caminho de Olinda a Igarassu era transitável, mas a partir das terras incultas de Itamaracá, onde depois nasceria o povoado de Goiana, só havia mesmo os trilhos apertados dos índios através dos quais chegou a expedição à margem direita do Paraíba (ALMEIDA, 1966, p. 76 *apud* CAVALCANTI, 1996, p. 22).

Como já era confirmada ou pelo menos mais explorada a ocupação territorial dos nativos antes da chegada dos portugueses, as autoras aproveitaram o texto para caracterizar os grupos linguísticos que se estabeleceram no espaço e sua organização política e social. As nações indígenas que ocuparam o litoral paraibano, potiguaras e tabajaras, faziam parte do tronco dos Tupi. Embora descendessem da mesma origem, existia uma “inimizade que remonta à época em que se processou o desmembramento

da grande família Tupi, que teve como consequência, intensos movimentos migratórios e redistribuição de terras entre vários grupos” (CAVALCANTI, 1996, p. 14).

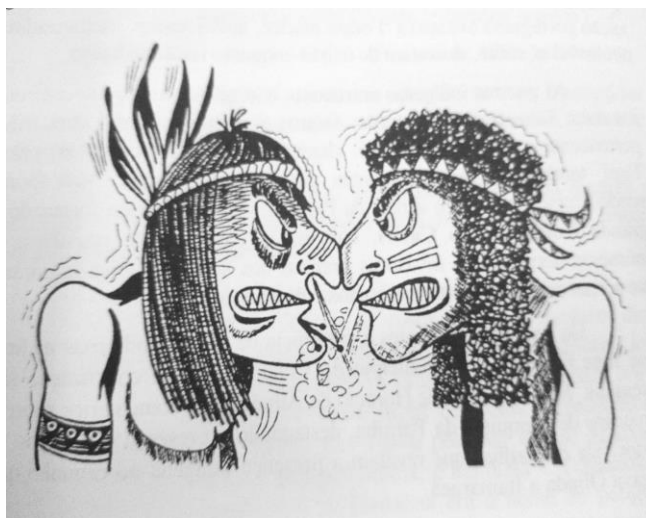
Os nativos praticavam a caça, pesca e a coleta que era a base da alimentação e sustento da aldeia, chegando também a desenvolver uma agricultura primitiva com o cultivo de mandioca, milho e algodão. Como as técnicas de cultivo ainda eram muito rudimentares e não tinham plena capacidade de desenvolver o necessário para a vida em coletivos mais amplos e estáveis, muitas comunidades indígenas eram nômades “que de tempos em tempos, buscavam outras terras onde pudessem coletar alimentos, caçar, pescar e plantar” (CAVALCANTI, 1996, p. 19). Como esses grupos viviam e se organizavam em tribos, os trabalhos e funções a serem realizados nas aldeias eram divididos com base no sexo e na idade.

As mulheres ocupavam todas as tarefas relacionadas com a manutenção da aldeia e com a produção de alimentos para as pessoas que nela viviam, Fabricavam farinha, bebidas e óleo; fiavam, teciam cestos, plantavam e colhiam.

Os homens preparavam a terra para o plantio. Caçavam, pescavam, fabricavam armas e construía casas e canoas (CAVALCANTI, 1996, p. 19-20).

Para dar “forma” a esses grupos e as divergências que existiam entre eles, alguns desenhos foram produzidos por Archidy Picado Filho, que venceu o concurso feito pela equipe e ficou responsável pela maior parte das ilustrações do Projeto Resgate, como a que podem ver abaixo.

Figura 15 - Rivalidades entre Potiguaras e Tabajaras



Fonte: Archidy Picado Filho, Acervo Projeto Resgate (1996).

É importante destacar, que as ilustrações são frutos de uma determinada época, de um imaginário construído sobre as populações nativas de maneira estereotipada. Certamente essa mesma imagem não seria tão utilizada atualmente, visto a necessidade de desconstruir os genéricos estigmas em torno da figura do índio.

Uma história de Cabedelo, por sua vez, as autoras narras à questão do processo de ocupação territorial com um pouco de mais domínio acerca da vida dos primeiros habitantes do litoral brasileiro. Embora ainda não se tivesse muitas referências sobre o tema, as versões apresentadas foram menos conflitantes do que as vistas nos livros anteriores. Nos capítulos iniciais foi relatada a história do território que compreende Cabedelo baseado nos primeiros documentos que foram encaminhados a Portugal, no qual já se constava numa planta da costa brasileira a “barra de Cabedelo, o que nos leva a concluir que em 1501 os portugueses chamavam a região pelo atual nome” (CAVALCANTI, 1996, p. 13).

Segundo as autoras, as populações nativas que habitaram aqui antes da chegada dos portugueses eram os Potiguaras, que ocupava todo o litoral do Nordeste, vivendo mais ao norte, onde está localizado o atual município de Cabedelo. Algumas novas referências são utilizadas, e dessa vez, para explicar o processo de chegada dos Tabajaras na Paraíba, que de forma paralela a vinda dos europeus, data de 1584.

Primitivamente localizados às margens do Rio São Francisco, na Bahia, onde auxiliaram os portugueses em algumas campanhas, os Tabajaras foram vítimas da cilada dos reinóis, em seguida ao que, fugindo, alcançaram as nascentes do Rio Paraíba, subindo a Paraíba, esses indígenas chegaram ao litoral engajando-se em luta contra os colonizadores, em Itamaracá (MELLO, 1994, p. 25 *apud* CAVALCANTI, 1996, p. 18).

Assim como nos demais livros, as autoras fizeram questão de destacar os estudos sobre a presença indígena na Paraíba de Balduino Lélis, que além da existência dos grupos de origem Tupi, sinaliza também a aparição de outros povos nas redondezas, os Cariri, “que por sua vez, se subdividiram pelas tribos Sucuru, Pegas e Coremas”.

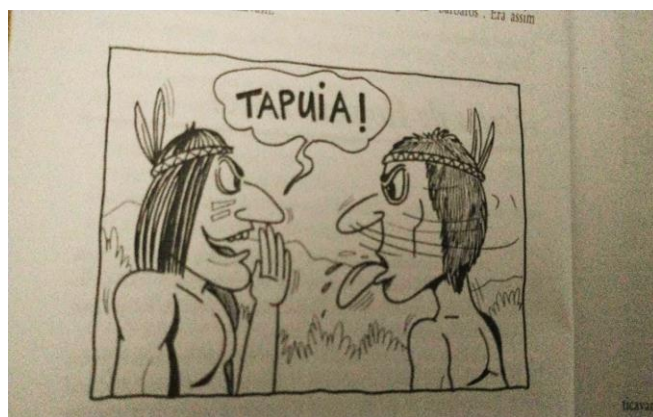
No caso de Cabedelo, as autoras introduziram também a discussão acerca das consequências do processo de colonização do Brasil, destacando a resistência das populações indígenas na luta contra os invasores, que se firmou como um dos principais fatores que provocaram o extermínio dos povos indígenas, juntamente com a “guerra bacteriológica”, expressão utilizada para definir a disseminação proposital de doenças

das quais os índios não tinham conhecimento nem defesas imunológicas. Esse desaparecimento em massa dos povos nativos “deu origem a uma nova realidade social, uma nova forma de se relacionar com a terra, uma nova história” (CAVALCANTI, 1996, p. 20-21).

Por sua vez, no livro *de Areia* é manifesto o aprimoramento dos livros ao longo dos anos, visto que é a produção mais amadurecida do Projeto desde sua formação, oferecendo, um encarte com mapa da distribuição das populações nativas na Paraíba, na época da descoberta. Essa evolução teórico-metodológica pode ser percebida pela minúcia na escrita, que conseguiu aprofundar questões pertinentes ao espaço local; pela abundância de recursos que foram sendo utilizadas com a finalidade de enriquecer textualmente a produção com imagens, fontes históricas, referências à historiografia local, poemas, cartas de viagem e até mesmo, pelas sugestões de atividades que acabaram sendo refinadas, ganhando mais corpo e complexidade.

Os capítulos iniciais discutem a questão da terra destacando a beleza paisagística de seu território, que aos poucos foi modificada pela ação do homem sobre a natureza. No tocante ao processo de ocupação humana na região do atual município de Areia, as autoras salientaram novamente a escassez de informações sobre o assunto, reiterando aquilo que já foi dito nos livros anteriores acerca da presença do Potiguaras e Tabajaras, grandes inimigos. O que de novo se traz no caso de Areia refere-se a alguns dados sobre a outra grande nação indígena que ocupou o território da Paraíba, em especial o Brejo (onde está localizado o município em questão): os Cariris. Estes estavam divididos em inúmeras populações e acabaram sendo conhecidos como Tapuias, palavra em Tupi que significa aproximadamente aquilo que denominamos como bárbaros.

Figura 16 - Tribo Cariri, chamada de Tapuia.



Fonte: Archidy Picado Filho, Acervo Projeto Resgate (1996).

No tocante a ilustração, convém destacar a representação oferecida à época aos Cariris, que reforça o estereótipo em torno dos nativos como bárbaros e incivilizados. No geral, essa era a principal diferença entre os Tupis e os Tapuias, os primeiros foram apresentados como promissores à civilização, porque ainda que de forma involuntária acabaram sendo integrados às atividades coloniais, enquanto os Tapuias foram mostrados como relutantes à civilização.

Sobre os Cariris, é sabido que habitaram a região do litoral nordestino, mas devido a inúmeras guerras intertribais, eles acabaram sendo expulsos pelos Tupis e passaram a ocupar o interior. Para se obter mais informações sobre o assunto seria necessária a realização de pesquisas arqueológicas na área, visto que os registros sobre aldeamento são bastante escassos. Evidências históricas como cerâmicas, pinturas e inscrições em cavernas poderiam revelar a presença local desses povos no período anterior à chegada dos portugueses, sua organização política e social, além de dados sobre a pré-história do Brejo Paraibano.

No entanto, assim como em Cabedelo as autoras registraram a importância da resistência indígena diante da ocupação do homem branco, Areia também foi palco de muita luta, dessa vez, envolvendo a nação Cariri. “O avanço da colonização portuguesa pelo interior, encontrou uma enorme barreira na presença dos Cariris que defenderam seu território até o último momento”. Para combater o invasor branco, eles formaram uma aliança entre grupos indígenas que eram verdadeiramente inimigos, essa aliança ficou conhecida como Confederação Cariri. A respeito dessa confederação, os autores destacam que “A derrota da confederação só aconteceu na segunda metade do século XVIII, depois que os colonizadores contrataram bandeirantes paulistas, especializados na arte da guerra e no apresamento de índios” (CAVALCANTI, 1998, p. 29).

É interessante destacar, ainda, as sugestões de atividades que foram lançadas nos livros acerca desta temática. Cada material apresenta um tipo de abordagem diferente, desde propostas para a realização de entrevistas com moradores locais possibilitando aos alunos a iniciativa de pesquisar de forma mais aprofundada sobre a temática, até à realização de análises mais complexas sobre a situação das populações indígenas hoje (considerando “hoje” o contexto dos anos 1990) através de matérias de jornais, notícias sobre o posicionamento do governo, FUNAI etc.

Ao estabelecer em sua narrativa uma preocupação em demarcar uma história que antecede a chegada dos portugueses no território paraibano, as autoras evidenciaram uma perspectiva teórica e metodológica, da qual já vimos destacando em outros momentos neste trabalho. A intenção manifesta nas páginas dos manuais e nas entrevistas orais coletadas faz referência à necessidade de produzir uma narrativa que contemple a maior parte da população, isso inclui os grupos indígenas que por anos foram silenciados das mais diversas formas.

4.2 REVOLTAS POPULARES NA INDEPENDÊNCIA E NO IMPÉRIO

Uma temática recorrente nos manuais foram as revoltas populares. Nos livros conseguimos analisar algumas situações específicas que narram a participação do povo na luta contra as injustiças e por melhores condições de vida. O cenário que iremos apresentar agora faz referência às revoltas do século XIX, que foram provocadas, em grande medida, pelo descontentamento da administração portuguesa e as disposições modernizadoras do Império, após a eclosão das ideias liberais na Europa.

Gostaríamos de informar ao leitor acerca de um dos critérios metodológicos adotados para a produção deste capítulo. Em nossa escrita optamos por dar seguimento à análise dos acontecimentos históricos que foram registrados respectivamente na sequência dos volumes, ainda que em alguns momentos, avanços e recuos temporais sejam feitos entre as publicações. Ou seja, embora os eventos estejam arrolados entre os anos que antecederam a Independência e ao longo do Império, iremos analisá-los com base na ordem das produções e daquilo que elas sinalizam sobre determinada temática. Por exemplo, o livro do Ingá, primeira obra a ser discutida, não retrata as possíveis participações do município nos movimentos que antecederam a independência, mas discute as revoltas da segunda metade do século XIX, durante o período imperial. Pedras de Fogo, por sua vez, sinaliza para os movimentos de insatisfação em torno da dominação colonial, voltando a um contexto bastante anterior.

Posto isto, iremos analisar primeiramente o caso de Ingá, que traz à discussão acerca da exploração e das condições de vidas dos trabalhadores através de revoltas populares como o *Ronco da Abelha* e o *Quebra Quilos*, que aconteceram entre 1850 e 1870. Já fizemos no primeiro capítulo um breve quadro comparativo sobre como as

obras didáticas anteriores acerca da história da Paraíba, produzidas entre os anos 1910 e 1970, tratavam o movimento do “Quebra-quilos”, onde predominava uma abordagem ligada geralmente à ideia de ignorância: “agitação sem precedentes e sem justificativa” (Tavares Cavalcanti) ou “população ignorante” (Teresinha Pordeus). Neste volume, o “Quebra-quilos” recebe um tratamento substancialmente distinto, estando associado às lutas sociais, com suas lógicas próprias, que vão bem além da simples “ignorância das massas”.

Antes de contextualizar esses movimentos, as autoras apresentaram no corpo do texto as condições de controle sobre a vida e a produção do trabalhador, sobretudo, a partir da inserção do espaço nordestino dentro do capital mercantil através da exportação do algodão. Segundo as autoras, o homem pobre e livre teve um papel fundamental na economia nordestina principalmente a partir da substituição do trabalho escravo, que aconteceu logo após o fim do tráfico negreiro, em 1850. No entanto, os latifundiários que controlavam a terra, comandavam também a vida dos trabalhadores, que começaram a sofrer uma severa exploração. Como exemplo dessa relação, o livro destaca a prática do trabalho permanente, uma estratégia de endividamento do pequeno produtor através do adiantamento de equipamentos e materiais de produção, que agora estariam à mercê dos chamados coronéis.

Neste contexto de exploração do trabalhador, após decreto do Governo Imperial que estabeleceu o censo geral (decreto nº 797) e o registro civil (decreto nº 798), em 1851, surgiu uma grande rebelião camponesa conhecida como Ronco da Abelha. Essa revolta que teve início em Pernambuco acabou se alastrando pelo interior da Paraíba, sendo a Vila do Ingá palco para atos de “selvageria”, onde o povo armado com cacetes, pedras e bacamartes buscava se apoderar dos Livros de Registro que estavam sob o domínio de funcionários do Estado e entregá-los aos padres para verificação dos regulamentos acerca dos nascimentos e óbitos.

Dessa forma, em 1852 o Governo Imperial revogou o decreto que estabelecia o Registro Civil (decreto nº 798), reconhecendo erros e inconveniências na própria lei. Isso garantiu a pacificação da população, ainda que de forma provisória, pois duas décadas depois uma nova insurreição camponesa ganhou as ruas da Paraíba, se espalhando por Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, era a Revolta do Quebra-Quilos, de 1874 até março de 1875.

Na redação deste capítulo, as autoras buscam desconstruir esse imaginário de que as revoltas populares são simples agitações infundadas, organizadas por uma população selvagem e ignorante. Essa perspectiva pode ser percebida nos impressos consultados pelas autoras e nos livros didáticos do início do século, como já mencionamos.

Assim como a revolta anterior, o Quebra-Quilos foi à expressão popular de uma reação “ao súbito agravamento das condições de vida da população pobre e livre” (CAVALCANTI, 1993, p. 40). A expansão da cultura algodoeira gerou muitas riquezas e benefícios para os grandes latifundiários, que tinham acesso à terra. Porém, com o fim do período de grande produção e exportação do algodão, as condições de exploração dos trabalhadores foram se agravando, sobretudo a partir da adoção por parte do Governo Imperial de uma série de medidas para a criação de novos impostos, além do aumento daqueles que já existiam e os saldos gerados pela Guerra do Paraguai.

Duas dessas medidas foram destacadas devido à reação de desespero da população pobre, foram elas: a adoção de um novo sistema métrico de pesos e medidas e a nova Lei de Recrutamento. A primeira trazia significativos prejuízos aos bolsos dos comerciantes, especialmente dos pequenos, ao impor a substituição do antigo sistema de pesos herdados da colônia, enquanto a segunda estabelecia um sistema obrigatório de alistamento militar, que aparentemente iria afetar apenas os filhos dos mais pobres, tal como aconteceu na Guerra do Paraguai.

O Diário de Pernambuco fez menção aos atos de revolta que aconteceram na Vila do Ingá, em 1874, onde cadeias foram arrombadas e todos os pesos e medidas foram destruídos. Em suma, o movimento acabou vitorioso pelo menos num primeiro momento, tendo essas medidas sido implantadas apenas durante os primeiros anos da República.

Voltando a um contexto bastante anterior, no processo de Independência do Brasil, grosso modo entre as décadas de 1810 a 1830, no que diz respeito às insurreições que tiveram como palco o município de Pedras de Fogo, as autoras destacaram a Revolução Pernambucana, de 1817 e a Revolução Praieira, de 1848. Ambas as revoltas tiveram como centro de sua agitação a província de Pernambuco, com a qual Pedras de Fogo fazia fronteira, sendo constantemente influenciada pelos acontecimentos que lá ocorriam. Segundo as autoras, os motivos que provocaram essas revoltas estiveram

associados a uma soma de fatores, que se iniciaram com a desvalorização dos produtos nordestinos e a exploração colonial, até a instalação da corte portuguesa e aumento na cobrança de impostos. Esse processo mais geral teve ampla repercussão sobre a população local.

Os profissionais liberais, a camada letrada da sociedade, em sua maioria parentes próximos dos grandes proprietários de terras, eram os principais elementos que divulgaram as ideias liberais portuguesas. [...] As ideias liberais importadas da Europa (Revolução Portuguesa) e dos Estados Unidos (Guerra de Independência) influenciaram, no Brasil, a explosão de vários movimentos separatistas (CAVALCANTI, 1993, p. 32).

O movimento trouxe consigo algumas contradições no âmbito local, sobretudo no que tange ao repúdio da dominação colonial – muitas vezes criticada no âmbito de alguns impressos ou em Lojas Maçônicas que surgiram à época, considerando que os rebeldes responsáveis por insuflar a revolução não conseguiam conciliar as ideias liberais com a realidade local, baseada no sistema escravista. Dessa forma, o triunfo da revolta teve vida curta, devido à severa repressão que foi instalada pelo domínio português, com apoio de muitas forças locais, atreladas ao sistema escravista e temerosas por um possível levante de escravos. Como consequência, “as atividades maçônicas foram proibidas no Brasil e só voltaram a funcionar em 1821, quando a sede do Reino retornou a Lisboa” (CAVALCANTI, 1993, p. 32).

Nos primeiros tempos do segundo reinado, a província de Pernambuco foi novamente acometida por agitações partidárias e movimentos revolucionários, que colocavam em questão a estabilidade do império brasileiro, como a Revolução Praieira, uma disputa entre conservadores que desejavam manter o império e os liberais que questionavam o poderio do imperador” (CAVALCANTI, 1993, p. 32). As autoras não conseguiram evidenciar ações concretas sendo realizadas em Pedras de Fogo, pois até o momento da escrita deste livro, as fontes não haviam testemunhado tais acontecimentos. Todavia, pela posição estratégica em que está situada e leituras mais recentes sobre o assunto, acreditamos que município possa ter participado de forma mais ativa dessas insurreições que iniciaram a uma série de manifestações que marcaram o Brasil, no processo de transição entre o sistema colonial, a emancipação de 1822 e a consolidação do Estado imperial, em meados do século XIX.

Por sua vez, no município do Conde os movimentos de revolta da colônia contra a metrópole se assemelhavam à situação já evidenciada no caso de Pedras de Fogo. As autoras indicam que “a luta pela independência passou distante das questões primordiais da Vila do Conde, uma vez que a decisão separatista foi proposta pela classe dominante” (CAVALCANTI, 1996, p. 46). No entanto, os poucos proprietários de terras que participaram da revolução tinham muito cuidado na divulgação do ideal liberalista, temendo que o possível desejo de liberdade afetasse os escravos.

Areia, por sua vez, foi palco para muitas revoltas, local para manifestação da insatisfação de latifundiários, e também de homens pobres livres e escravizados. No livro, a temática das lutas e organizações sociais foi apresentada em três capítulos distintos que evidenciaram rebeliões que aconteceram na Paraíba desde meados do século XIX, com a participação de diversos segmentos das camadas sociais.

A princípio, sendo o Brasil ainda uma colônia de Portugal, o Nordeste passou por inúmeras dificuldades, sobretudo devido à queda do preço do açúcar brasileiro no mercado internacional, levando em consideração que a base econômica da região na época, era a produção de exportação. Essa situação acabou se agravando com a vinda da família real portuguesa, que gerou um significativo aumento na arrecadação dos impostos, visando sua manutenção no Rio de Janeiro. Eram muitos os privilégios concedidos aos portugueses, “os melhores cargos na administração, o controle das casas de comércio e a liderança das tropas de linha” (CAVALCANTI, 1998, p. 58).

Figura 17 - Sátira sobre o aumento dos impostos com a chegada da Corte Portuguesa



Fonte: Archidy Picado Filho, Acervo Projeto Resgate (1996).

Somadas a esses fatores, as ideias liberais trazidas pela Revolução Francesa e pela Guerra de Independência dos Estados Unidos contribuíram com a insatisfação local e a organização de um movimento armado com vista à independência, conhecido como Revolução de 1817. A rebelião teve origem em Recife e acabou se espalhando pelas províncias vizinhas, como Rio Grande do Norte e Paraíba. O governador da província, na época, emitiu uma ordem sobre a apreensão da pólvora existente em algumas vilas, como Areia e Bananeiras, mas já era tarde demais. “No dia 13 de março de 1817, os revolucionários paraibanos movimentaram dois mil homens e tomaram o Governo” (CAVALCANTI, 1998, p. 58).

O movimento não durou muito tempo, sendo duramente reprimido e tendo suas principais lideranças sendo presas e executadas. Uma das explicações para o fracasso da rebelião foi a saída dos latifundiários, que ficaram receosos em perder suas propriedades e escravos, aquilo já evidenciado também no caso de Conde. Apesar disso, a revolução deixou saldos positivos, “pois serviu para minar o sistema colonial que chegaria a seu fim com a independência política liderada, em 1822” (CAVALCANTI, 1998, p. 58).

Alguns anos depois, Areia foi palco de um outro movimento, conhecido como Confederação do Equador, de 1824, e devido à proximidade entre algumas famílias de Recife, a primeira se tornou a sede do governo revolucionário instalado na província da Paraíba. Assim como na Revolução de 1817, os rebeldes haviam incorporado à sua luta as ideias liberais e o discurso separatista, com a finalidade de formar uma República Independente no Brasil com as províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. No entanto, semelhante à rebelião anterior, a Confederação do Equador não conseguiu atingir seus objetivos, embora tenha contribuído para o desgaste político e a queda, em anos posteriores, de D. Pedro I (1831).

Apesar disso, o grito de insatisfação popular ainda ecoou em Areia através da Revolução Praieira, outra revolta liberal que planejava a queda do governo conservador liderado pela família Cavalcanti, em 1848. Além disso, soma-se às causas da rebelião o monopólio econômico que estava sob o domínio dos portugueses que controlavam o comércio, a pequena indústria e o artesanato.

“Os praieiros, no entanto,
 Areia tinham em mente
 E prá lá se deslocam
 Porque, alé, certamente
 Maximiano Machado
 Juiz e mais delegado
 Era aliado influente.”
 (ALVES⁴⁴, 1984, p. 118 *apud* CAVALCANTI, 1998, p. 65)

De acordo com os versos de Alves⁴⁵, Areia apresentava as melhores condições para que os rebeldes praieiros montassem seu abrigo na Paraíba, pois além das condições estratégicas serem superiores, havia ali expressivos representantes do partido liberal que apoiaram o movimento, dentre eles Maximiano Lopes Machado, que acumulava à época, os cargos de Juiz Municipal e delegado de polícia.

Segundo Cavalcanti (1998), “essa revolta encerrou um conjunto de movimentos organizados pelos liberais na luta pelo poder”. Cumpre destacar que nas produções de Manuel Tavares Cavalcanti, do início do século XX, esses movimentos revolucionários que estiveram associados a agitações de caráter partidário, foram registrados nas páginas dos livros de maneira muito racional, diferente do sinalizado sobre as revoltas populares do Ronco da Abelha e Quebra-Quilos, apresentadas como “sem justificativa”.

Em Areia ainda se registaram revoltas envolvendo a participação de homens pobres e livres, que lutavam contra a exploração imperial e a favor da liberdade, no caso do Ronco da Abelha e Quebra-Quilos. Como o centro comercial da Paraíba era o Brejo, durante o século XIX, a cidade de Areia era destaque com suas feiras livres aos sábados. Mas a vida do trabalhador pobre não era fácil, sobretudo devido à concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, que limitava o acesso e a produção. Somado a isto, o fim do tráfico negreiro, em 1850, também contribuiu para a superexploração do camponês que agora se via como substituto do escravo que havia sido levado para as grandes lavouras de café no Sul. Ou seja, a mesma conduta e tratamento que era oferecida aos escravizados, foi estendida ao trabalhador pobre e livre.

⁴⁴ ALVES, Luiz Nunes. História da Paraíba em Verso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984, p. 118.

⁴⁵Também conhecido pelo pseudônimo de Severino Sertanejo, Luiz Nunes Alves, nasceu na Cidade de Água Branca, na Paraíba, em abril de 1934. Foi uma importante referência à época, elogiado por personalidades consagradas no meio intelectual nacional, a exemplo de José Américo de Almeida e Câmara Cascudo, sendo seus versos utilizados por autores do Projeto Resgate para retratar alguns eventos da História da Paraíba.

Dessa forma, a revolta teve início após a publicação de dois decretos, em 1851, que determinavam a realização de um censo geral da população e consecutivamente, o estabelecimento de seu registro civil através de um funcionário do Estado. Assim como na cidade de Ingá, o povo se mobilizou contra a adoção dessas medidas, pois “a certidão de nascimento dizia se a pessoa era livre ou escrava, e não havia para a população alguém mais confiável que os padres” (CAVALCANTI, 1998, p. 72). Nessa situação, o povo resolveu prontamente invadir a cidade exigindo os novos livros de registros para serem destruídos, como afirma Joffily, “(...) surgiram tumultos nas feiras de Alagoa Grande, Guarabira, Areia, Araruna, Ingá, Fagundes, Campina Grande e Alagoa Nova”.

Pelos relatos oficiais, a rebelião dos matutos da Serra da Borburema contra a referida Lei dos Registros rebentou, nos primeiros Dias de fevereiro de 1852, nas vilas e povoações de Pernambuco, com o nome de Movimento dos Moribundos, alastrando-se pelas vilas e povoações da Paraíba e já com o nome de Ronco da Abelha (JOFFILY, 1976, p. 77 *apud* CAVALCANTI, 1998, p. 73).

Para tentar conter os ânimos dos populares, o governo decidiu revogar o decreto nº 798, em janeiro de 1852. Todavia, os problemas que motivaram o Ronco da Abelha se mantiveram presentes no Nordeste, sendo intensificados pela cobrança de impostos das províncias o que deu origem a uma nova revolta popular, o Quebra-Quilos. Segundo as autoras, em 1874, através de decisão tomada pela Assembleia Provincial da Paraíba houve a criação de novas tarifas, como o “imposto do chão”, que cobrava uma taxa de cem réis por carga exposta nas feiras. Além disso, outra medida tomada pelo governo que gerou muita insatisfação popular foi a exigência do cumprimento da lei imperial de nº 1157, que instituiu o sistema métrico decimal no país (CAVALCANTI, 1998, p. 74).

A rebelião teve início em outubro de 1874, onde, na cidade de Areia, “Seiscentos indivíduos entraram às 9h da manhã do dia 26, quebraram pesos e medidas, destruíram o açougue público, acometeram a casa de coletoria (...)” (JOFFILY, 1976, p. 117) *apud* CAVALCANTI, 1998, p. 77). Não houve conflito direto entre as forças imperiais e os revoltosos, mas isso não significa que a violência não tenha se instaurado de outras formas. A repressão utilizada para controlar o movimento foi intensa e várias tropas ficaram estacionadas em Areia cometendo sérios abusos contra a população. Porém, assim como o Ronco da Abelha deixou saldos positivos, o Quebra-Quilos também

conseguiu determinar o fim de algumas medidas e a diminuição nos preços de alguns impostos.

Além das revoltas populares lideradas por homens pobres e livres, analisamos também a narrativa construída pelo livro em torno os movimentos de luta pela liberdade protagonizados por negros escravizados e campanhas abolicionistas que foram organizadas no município de Areia, como é o caso da “Emancipadora Areiense”. Areia foi reconhecida como a primeira cidade da Paraíba a emancipar seus escravos, em 3 de maio de 1888, porém a luta pela resistência foi dura. Segundo Horácio de Almeida, em Brejo de Areia, o trabalho escravo era sofrido e os castigos eram bastante comuns, tendo o caso do escravo Marçal ficado famoso na região: “Marçal, ao ver o seu senhor, Manoel Gomes da Cunha Lima, açoitando a sua esposa, também escrava e com quem tinha filho, atacou-o, sendo preso e condenado à morte” (CAVALCANTI, 1998, p. 82).

Entre 1850 e 1880, os filhos de algumas famílias prósperas em Areia tiveram a oportunidade de estudar em faculdades na Europa, Recife e Salvador onde tiveram contato com as ideias liberais e começaram a criticar duramente a escravidão, adotando uma postura abolicionista. Foi nesse contexto que surgiu a Emancipadora Areiense, “entidade organizada pelo farmacêutico Manoel da Silva, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia”.

O principal objetivo dessa associação era criar mecanismos para melhorar a vida dos escravizados do município, e para tal, conseguiram garantir algumas poucas cartas de alforria. No entanto, o movimento que se viu desarticulado por alguns anos, foi reativado adotando uma postura mais radical contra a escravidão, até mesmo, apoiando as fugas dos escravos. Apesar desse movimento contribuir de forma significativa para a emancipação dos escravizados, é importante destacar a luta dos próprios negros contra a escravidão, que organizaram a sua resistência perante a exploração através de rebeliões, assassinatos, suicídios e revoltas organizadas.

A imprensa da época foi largamente utilizada como um dispositivo importante na luta pela abolição, visto que era através dos jornais que as lideranças abolicionistas criticavam e ironizavam os escravocratas, buscando enaltecer aqueles que apoiavam o movimento, como sinaliza o trecho a seguir, retirado do jornal *O Areiense*: “Elysio Madeira Barros de Araújo: Este Sr., único que não havia prometido libertar seu último

escravo, passou-lhe carta de alforria com uma condiçãozinha... de cinco anos de serviços” (07/04/1988, p. 02).

Apesar das lutas do movimento abolicionista, do processo de resistência dos escravizados e da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, em 1888, que decretou o fim da escravidão no Brasil, não houve mudanças significativas na realidade do negro, agora na condição de livre. “O negro liberto não teve as mesmas oportunidades que os brancos. Não teve acesso à terra, concentrada nas mãos de poucos, à educação, ao trabalho, ou seja, ficou excluído da sociedade” (CAVALCANTI, 1998, p. 85).

4.3 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XX

Passando algumas décadas e chegando numa conjuntura posterior, das grandes lutas sociais que sacudiram o Brasil entre finais dos anos 1950 e início dos 60, temos uma série de questões importantes. No caso de Ingá, não há registros sobre agitações relacionadas ao movimento sindicalista, porém, com os resultados da crise do sistema algodoeiro, os trabalhadores começaram a se articular, sobretudo através das Ligas Camponesas.

No décimo capítulo do livro de Ingá, intitulado *Barriga Vazia, Resistência Calada*, as autoras discutem sobre os resultados da crise, ressaltando a expulsão dos camponeses das terras do roçado em razão do avanço da pecuária e a ampliação das lavouras de capim. Em virtude dessa situação, a década de 1960 registrou um expressivo declínio demográfico, pois sem terras para trabalhar no roçado, o camponês desempregado se vê obrigado a migrar para a cidade para arrendar uma garantia de sobrevivência de sua família, “ou vai trabalhar de aluguel nas plantações de cana-de-açúcar do litoral da Paraíba e Pernambuco ou, então migra para o sul, em busca de trabalho” (CAVALCANTI, 1993, p. 61)

Até as pequenas propriedades acabaram sendo absorvidas pela exploração da pecuária, pois o processo de concentração de terras dificultou o acesso a crédito agrícola, criando condições impróprias para o pequeno produtor. Como resposta dos camponeses a esse processo de ampliação da pecuária e as condições de extrema

miséria a que estavam sendo submetidos, foi possível perceber a organização de movimentos com grande contingente de trabalhadores rurais, em especial as Ligas Camponesas, que surgiram em Pernambuco e acabaram se espalhando rapidamente por toda região.

Aos poucos a crise foi se intensificando, obrigando o Estado a implementar algumas políticas assistenciais ou planos mais sistemáticos para a região. Dentre as medidas adotadas, destacou-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), órgão responsável pelo reaparelhamento das fábricas e implantação de novas indústrias que deveriam absorver os trabalhadores, atenuando os conflitos sociais. Entretanto, “essas novas indústrias não cumpriram seu papel, pois os equipamentos modernos necessitavam de mão-de-obra qualificada e em menor número”.

Dessa forma, o movimento popular no Nordeste começou a ganhar espaço por meio da soma de diversos setores da sociedade, desde associações estudantis até sindicatos têxteis e as Ligas Camponesas, garantidos, sobretudo, pela situação política vivenciada no país durante o governo de João Goulart (1961-64), quando esses conflitos se agudizaram e levaram ao golpe de 1964 e à implantação de uma ditadura de duas décadas.

É nesse contexto que as autoras buscam evidenciar uma possível contradição nas narrativas relacionadas à condição do trabalhador rural, em Ingá. Apesar de não haver registros e das entrevistas feitas com moradores negarem a existência de conflitos por terras, é perceptível a revolta do povo diante das condições cada vez mais difíceis. Importante salientar que, fugindo a certos “localismos” que embasam muitas histórias locais, o Resgate buscou realizar as conexões entre as dimensões locais e mais amplas dos processos históricos com os quais trabalhou.

No caso das questões sindicais presentes em Pedras de Fogo, durante a década de 1960, as autoras destacaram as condições de vida e exploração dos trabalhadores rurais do município, considerando as contradições existentes no que tange os direitos e garantias da classe. Os trabalhadores rurais, por muito tempo, foram excluídos de qualquer benefício garantido pelo Estado, visto que muitas das conquistas que foram

alcançadas pelos trabalhadores urbanos não se estenderam ao mundo rural, tais como 13º salário e a previdência social.

Os trabalhadores rurais ainda hoje, continuam sob o domínio dos proprietários que em troca de acesso a terra (arrendamento e morada) submetem esses trabalhadores às mais arbitrárias relações de exploração, nas quais estão sujeitos a trabalhar alguns dias por semana de graça na terra do patrão, sendo muitas vezes expulsos sem qualquer indenização [...] (CAVALCANTI, 1993, p. 56).

Mesmo com a criação do Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural, que garantiu a maior parte dos benefícios ao trabalhador do campo, muitos proprietários de terras continuam desrespeitando as leis com ações de represália buscando ameaçar o camponês. O sindicato de Pedras de Fogo foi criado em 1963, sendo reconhecido oficialmente apenas em 1965 e segundo as autoras, assim como os outros sindicatos da região, não teve um papel tão combativo, atuando apenas no serviço assistencialista, reivindicando melhores condições salariais. É óbvio que as reais demandas do trabalhador do campo estavam relacionadas à falta de terras, mas a maioria dos filiados ao órgão eram assalariados.

Os principais conflitos existentes no município do Conde narram questões ligadas à demarcação de terras. A respeito disso, as autoras produziram um capítulo especialmente voltado para a história do conflito de Gurugi, que teve seu ápice entre os anos 1979 a 1990, situação que se transformou num marco da luta dos camponeses na região. Inclusive fazem menção a uma vasta documentação disponível no Arquivo da Comissão Pastoral da Terra que foi bastante utilizada para a escrita desse texto.

A história do conflito em Gurugi pode ser dividida em dois momentos distintos: primeiro com a eclosão do conflito na área de Gurugi I, por volta de 1979/1982; em seguida, em 1988 quando novos conflitos aconteceram na propriedade de Nilson Albino Pimentel, em Gurugi II. Segundo as autoras, as terras de Gurugi I foram arrendadas pelo fazendeiro José das Neves, que as passou para seus herdeiros. Mesmo diante dos problemas de relacionamento envolvendo os moradores e o arrendatário, a situação tinha se mantido estável até 1979, quando um dos herdeiros resolveu vender as terras e o então novo proprietário decidiu expulsar a comunidade de Gurugi.

Os moradores do sítio começaram a se organizar com o apoio da Igreja Católica e de movimentos em defesa dos direitos humanos com o objetivo de defender sua permanência e a preservação de suas lavouras. No mesmo ano, várias correspondências foram encaminhadas ao Governo do Estado cobrando providências, o que chegou a repercutir na mídia nacional e internacional. Ameaças, desapropriações, violência por parte dos capangas, destruição de diversos hectares de lavouras foram algumas das agressões praticadas aos moradores, “E apesar da assinatura pelo Presidente Sarney, desapropriando 793 ha. da área em conflito, até dezembro de 1988 a emissão da posse ainda não tinha sido feita” (CAVALCANTI, 1996, p. 83).

A tensão acabou culminando no assassinato de José Francisco Avelino, mais conhecido como Zé de Lela, liderança dos agricultores de Gurugi. Seu assassinato provocou muita comoção resultando em “manifestações de protesto, com a participação da comunidade, a sociedade civil, sindicatos de trabalhadores rurais de áreas vizinhas e de outras categorias associadas à Central Única dos Trabalhadores – CUT” (CAVALCANTI, 1996, p. 84). A questão foi resolvida apenas em 1990 com a definitiva posse das terras pelas famílias de agricultores, mas a questão agrária ainda provoca tensões em áreas próximas, como é o caso de Tambaba e Barra de Gramame.

No caso de Cabedelo, o livro faz um recorte específico sobre um período bastante próximo ou contemporâneo à sua elaboração, que foi o intenso processo de privatização levado à frente pelos governos de Fernando Collor (1990/92), Itamar Franco (1992/95) e o primeiro de Fernando Henrique Cardoso (1994/98), que repercutiu sobre a situação dos movimentos e a organização de trabalhadores no município.

No livro *Uma História de Cabedelo*, no capítulo intitulado *Os trabalhadores do Porto se organizam*, as autoras descrevem as dificuldades enfrentadas pela categoria e seus sindicatos devido à falta de recursos e sua forma de resistência frente às medidas de privatização dos portos na década de 1990. Por serem um grupo bastante numeroso, em décadas anteriores os trabalhadores do porto haviam se dividido em vários sindicatos que começaram a ser reconhecidos na década de 1930, como por exemplo, o Sindicato dos Estivadores de Cabedelo de 1932, e o Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de 1943. No geral, a maioria dessas associações era mantida por meio da contribuição de seus filiados, não recebendo nenhum outro tipo de subsídio financeiro. Dessa forma, “a maior parte das entidades sindicais representantes dos

trabalhadores portuários hoje não tem condições de oferecer serviços de assistência a seus filiados” como alguns serviços médicos e jurídicos (CAVALCANTI, 1996, p. 96).

O sucateamento que vem ocorrendo nos portos brasileiros, representa uma medida deliberada do governo federal para justificar a posterior privatização das unidades portuárias e convencer a população de que não é vantajoso para os cofres públicos investir nesse setor, alegando que financeiramente, os portos dariam prejuízo ao país (CAVALCANTI, 1996, p. 96-97).

Em 1991, no governo de Fernando Collor, um projeto de lei foi apresentado com a finalidade de regulamentar o processo de privatização dos portos, o que “previa mudanças nas relações de trabalho entre as companhias que passam a atuar no porto e os diversos sindicatos” (CAVALCANTI, 1996, p. 97). Ou seja, tal projeto comprometeria a participação das entidades sindicais no processo de contratação dos operários avulsos, que em recusa começaram a protestar através de paralisações e passeatas em todo Brasil, não sendo diferente em Cabedelo.

Ainda na década de 1990, na tentativa de fugir das propostas de privatização do porto de Cabedelo, o governador Ronaldo Cunha Lima (1991-1994) lançou um projeto de estadualização, no qual o Estado da Paraíba seria o principal administrador do porto, estabelecendo parcerias com a iniciativa privada. As autoras não trouxeram mais detalhes sobre esse projeto, que deveria ter sido apresentado entre 1990-1994, período em que os pesquisadores do Projeto estariam encerrando suas atividades visando à construção deste material. A título de informação, enquanto as autoras concluíam a escrita deste capítulo, o processo de privatização se intensificava através da política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso.

4.4 – A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E A ECONOMIA LOCAL

O último recorte escolhido para compor a presente análise foram as questões econômicas e a situação da classe trabalhadora. No caso de Ingá, foi o quinto capítulo que deu início às explicações acerca do quadro econômico e social do município, a partir de meados de 1850. Intitulado *Muita pobreza na terra do Ouro Branco!*, as autoras dão sequência ao cenário descrito anteriormente, no qual a Vila do Ingá teve um

expressivo crescimento populacional devido ao fluxo migratório provocado pela seca do sertão. No entanto, esse intenso fluxo de pessoas provocou um aumento significativo na situação de pobreza e miséria, obrigando o Governo da Província a adotar algumas medidas de assistência social.

No entanto, ainda na década de 1850, esse intenso crescimento demográfico sofreu uma abrupta quebra devido às epidemias de febre amarela e cólera, que provocaram uma expressiva taxa de mortalidade, principalmente entre os escravizados, como atesta uma obra recente, não conhecida à época pela equipe do Resgate “matando quase vinte e seis mil pessoas, em uma população que não chegava aos trezentos mil habitantes” (MARIANO, 2012, p. 12).

É neste cenário de muitas dificuldades, como a miséria e a morte, que as autoras buscaram discutir o processo de desenvolvimento da cultura algodoeira no Agreste Paraibano durante os anos 1860. A economia do agreste esteve baseada sobretudo na cultura de subsistência e nas grandes fazendas de criação de gado, porém, a produção algodoeira surgiu como uma abertura para novos horizontes provocando o crescimento de núcleos urbanos, do comércio e da população através da internacionalização desse produto como principal matéria-prima para a indústria inglesa⁴⁶.

Entretanto, é possível perceber contradições no processo de desenvolvimento da cultura algodoeira, levando em consideração a realidade de extrema pobreza a que foram submetidos diversos trabalhadores livres, com a inserção do Agreste no mercado capitalista. No período de intensa produção e exportação do algodão, aconteceram algumas mudanças importantes nas relações de trabalho entre proprietários e agregados, sendo estabelecido um sistema de parceria “em que a produção passa a ser dividida com o proprietário como forma de pagamento pelo uso da terra” (CAVALCANTI, 1993, p. 33). Porém, logo após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos retornaram para o mercado internacional criando condições competitivas e desfavoráveis para a economia paraibana. É nesse momento, numa tentativa de manter os altos lucros que os grandes proprietários vão buscar ampliar suas áreas de plantação com o objetivo de vender em grandes volumes, limitando assim, as terras para o cultivo de subsistência.

⁴⁶ Entre os anos de 1780 e 1830, o Nordeste se tornou o maior centro de produção e exportação do algodão, sobretudo, devido à interrupção da cultura algodoeira no Norte dos Estados Unidos por causa da Guerra de Secessão de 1861-1865. A Inglaterra foi obrigada a encontrar outras fontes de abastecimento de sua matéria-prima para a indústria têxtil, dentre elas, o Brasil.

Já nos anos de 1930 houve um significativo impulso no setor da agricultura e no desenvolvimento industrial através da instalação de multinacionais estrangeiras, como a Anderson Clayton⁴⁷. Dentre as cidades destacadas, ressalta-se a atuação do município de Ingá que, em decorrência da sua grande produção, o governo resolveu adotar uma série de medidas para incentivar a produção de manufaturados da indústria têxtil. Contudo, a instalação dessas modernas empresas provocou o encerramento da atividade dos pequenos produtores, que aos poucos foram absorvidos pelo comércio internacional.

Um dos grandes responsáveis pela presença dessas empresas estrangeiras no estado foi Argemiro de Figueiredo, então governador da Paraíba entre os anos de 1935/1940. Segundo Lira Neto, “ele defendia os interesses de uma fração dominante da economia paraibana, os coronéis do algodão e da pecuária”, o que contribuiu para a difusão de uma imagem progressista que levou à sociedade ao máximo da modernização da lavoura através da entrada dessas novas usinas de beneficiamento (2019, p. 31).

Durante esse período, o município de Ingá era considerado um exemplo a ser seguido no processo de expansão algodoeira e modernização. “Contava, inclusive, com a existência de um campo de demonstração do governo que distribuía sementes selecionadas para os agricultores” (CAVALCANTI, 1993, p. 51). Lira Neto também corrobora a afirmação, ressaltando que Ingá era um “elemento de propaganda da política de modernização do setor, um exemplo do que se deveria propagar por todo Estado” (p.53).

Já na década de 1940, o município era o segundo maior produtor de algodão da Paraíba, sendo superado apenas por Patos. A imprensa da época se utilizou dessa radical transformação nos métodos de cultivo do solo e fez do município um instrumento para propaganda oficial do governo de Argemiro de Figueiredo, no sentido inclusive, de convencer a população sobre a modernização. O Jornal *A União* fez questão de registrar a relevância de Ingá como símbolo do avanço produtivo e econômico:

“Quem planta o algodão, para ganhar dinheiro, para conseguir independência econômica, abandona os velhos processos, dizendo

⁴⁷ A respeito dessa multinacional, algumas informações sobre sua instalação na Paraíba e, em especial no município de Ingá foram retiradas da dissertação de Mestrado de Lira Neto (2019), apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – UFPB. LIRA NETO, José Batista de. A política de modernização da produção algodoeira na Paraíba: progresso, trabalho e dependência de (1935-1960). Dissertação (Mestrado em História) – UFPB/CCHLA. João Pessoa, p. 174, 2019.

adeus, aliviados à enxada, símbolo de pobreza e segue o exemplo dos agricultores do Ingá” (Jornal *A UNIÃO*, 1936).

Foi nesse mesmo período de grande desenvolvimento que a Vila do Ingá foi elevada à categoria de Cidade. No entanto, se por um lado avistamos os avanços provenientes dos setores da agricultura e indústria, por outro, percebemos que a riqueza gerada pelo algodão, não garantiu uma mudança significativa para os moradores da cidade, permitindo que “*O Império do algodão semeasse a miséria*”.

Para elucidar melhor essas contradições, o décimo primeiro capítulo intitulado *Emaranhadas no labirinto sem-terra, sem homem e sem dinheiro*, oferece uma análise crítica em torno da situação das mulheres no município de Ingá durante meados das décadas de 1970 e 1980, período de intensificação da crise econômica e social na região. A princípio, as autoras começaram evidenciando os fatores que agravaram a crise que já se mostrava evidente em toda Paraíba, pois somado à seca e a decadência econômica, o algodão receberia o ataque da praga do bicudo⁴⁸ que obrigou centenas de agricultores a queimar seus algodoais na tentativa de erradicar a peste. Essas grandes áreas passariam a ser utilizadas como pasto para a pecuária, como aconselhou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em 1980, garantindo um retorno financeiro para os proprietários dessas terras e arrecadação para o Estado.

É importante destacar que embora na década de 1980 a produção algodoeira não estivesse no auge, sofrendo uma significativa redução nos índices de exportação, ela ainda garantiu boa parte da renda e sobrevivência dos trabalhadores rurais do Nordeste, permitindo que o Brasil ocupasse ainda o quinto lugar na produção mundial nos anos de 1983/84 (LIRA NETO, 2020). No entanto, com a chegada da Praga do Bicudo nos grandes hectares de algodoais, as condições de vida e trabalho dos agricultores iria se agravar, como bem evidenciou as autoras através dos depoimentos de moradores e das redações de algumas alunas da 2ª série do distrito de Pontina:

⁴⁸ Como as autoras não buscaram detalhar informações sobre a Praga do Bicudo, encontramos algumas referências sobre a chegada da peste, teorias e os impactos na Especialização em Estudos de História Local de Lira Neto, José Batista de. *O bicudo em Ingá-PB: a história da chegada da praga do bicudo no Nordeste Brasileiro* (1983). Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Campina Grande, p. 22, 2020.

Com seis meses de idade meu pai foi para São Paulo para nos dar a alimentação. Com o passar do tempo, deixou a minha mãe. A pobre mamãe sofreu para atravessar esta vida difícil. Hoje estou com 10 anos. Já trabalho para ajudar. (CAVALCANTI, 1993, p. 66)

Com a substituição dos roçados pelas áreas de capim para a criação do gado, a principal fonte de renda dos trabalhadores rurais desapareceu e os obrigou a encontrar alternativas para garantir o sustento de suas famílias. Em alguns distritos foi muito comum a migração da população masculina para o Centro-Sul, em especial para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em outras localidades, onde o dinheiro estava cada vez mais raro, pois não havia terras para produzir e assegurar o capital, fruto das colheitas, as relações econômicas se basearam na troca de produtos e mercadorias.

Essa realidade não foi única e exclusiva do meio rural, pois a população urbana também enfrentou muitas dificuldades com a paralisação da agricultura, a incipiência das indústrias com pouca demanda de mão-de-obra e a dependência do comércio local à Capital, especialmente Campina Grande. Dessa forma, destacou-se no Ingá, a comunidade de Chã dos Pereiras o artesanato de labirinto, uma antiga prática entre as mulheres que acabou se tornando uma alternativa de sobrevivência diante desse contexto de extrema pobreza e superexploração. Na década de 1980 foi criada uma associação das labirinteiras através de programas como a LBA⁴⁹ e o Projeto Nordeste⁵⁰, que chegaram a somar aproximadamente 89 mulheres, sem contar as que trabalhavam de forma autônoma sem vínculo com a associação.

Na prática, esses órgãos forneciam alguns empréstimos às artesãs associadas com o objetivo inicial de estimular a produção, garantindo a compra dos primeiros materiais necessários, como tecidos e linhas para o bordado. As autoras apontam que infelizmente não houve um devido acompanhamento do trabalho das artesãs no sentido de assegurar o reinvestimento na produção a fim de desenvolvê-la comercialmente. Sendo assim, o lucro gerado foi utilizado única e exclusivamente para a sobrevivência

⁴⁹A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. A LBA foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional.

⁵⁰ Este foi o primeiro capítulo em que as autoras fizeram menção ao Projeto Nordeste, embora não esclarecendo o que foi, quando e como ele era desenvolvido.

das labirinteiras⁵¹, levando em consideração que os trabalhos produzidos, embora muito bonitos e bem elaborados, ofereciam um baixo⁵² rendimento, sendo comercializados na região e em cidades como João Pessoa, Campina Grande e Recife.

Semelhantemente às dificuldades apresentadas no município de Ingá, a história de Pedras de Fogo também registra muitos episódios de crise econômica, nos quais o trabalhador se vê obrigado a se submeter às condições de superexploração, caso deseje sobreviver. Pedras de Fogo teve um desenvolvimento tardio, alcançando a categoria de Vila apenas em 1860, quando foi desligada de Pilar. Porém, em 1890 sua condição passou por uma série de atropelos devido aos interesses conflitantes dos políticos da região, tendo a sede do seu município extinta e transferida para o povoado de Cruz do Espírito Santo. Mesmo após o período de emancipação política em 1954, as coisas não mudaram muito, tendo o município um desenvolvimento lento e sua autonomia limitada pela dependência e proximidade com Cruz de Espírito Santo.

Pedras de Fogo tinha uma economia baseada na agricultura de subsistência, em especial na fruticultura, associada à criação de gado. A população local sempre viveu em meio a inúmeros problemas, porém no ano de 1856, a epidemia do Cólera agravou a situação de extrema miséria, principalmente entre os escravizados, produzindo efeitos desastrosos como as altas taxas de mortalidade em toda a Paraíba. “Para se ter uma ideia, em toda a Paraíba, cerca de 100 mil pessoas foram mortas numa população de 300 mil habitantes” (CAVALCANTI, 1993, p. 37).

Outro agravante no processo de superexploração dos trabalhadores foi a extinção do tráfico de escravos, que provocou a substituição da mão-de-obra negra, combinado com as medidas que restringiam o acesso à posse da terra, através da instalação de camponeses nas terras dos senhores de engenho, estabelecendo o sistema de moradia, que consistia numa “vantagem para o proprietário da terra que garantia

⁵¹Cabe destacar que, a técnica do artesanato de labirinto é reconhecida desde 2021 como Patrimônio Imaterial do Estado da Paraíba e recentemente foi destaque na mídia internacional, sendo apresentada ainda no primeiro semestre deste ano em importantes eventos globais do mundo da moda, como no *Première Vision Paris*, em fevereiro e na *Semana de Moda de Milão*, em setembro. Essa ação foi uma iniciativa do Programa Inovando o Labirinto de Ingá, que visa preservar, capacitar e transformar a técnica do labirinto em um ofício viável economicamente para as artesãs, afirmou Robério Lopes Burity, atual prefeito do município.

⁵²Atualmente, de acordo com pesquisas com as labirinteiras da região, são necessárias cerca de 16 horas de trabalho para produzir um pano de bandeja que é vendido por R \$20,00, valor abaixo do equivalente a um salário-mínimo no Brasil que é R \$5,51 por hora. As labirinteiras só conseguem ganhar o equivalente a R \$1.25 reais por hora.

assim, uma mão-de-obra diretamente responsável pela própria sobrevivência e de sua família (CAVALCANTI, 1993, p. 37).

Não era difícil encontrar trabalhadores que aceitaram se submeter ao sistema de moradia, pois muitos eram os homens pobres e livres sem ocupação e sem meios para sustentar suas famílias. No município de Ingá, assim como em outros lugares, esse sistema era conhecido como parceria no qual o trabalhador tinha permissão para derrubar alguns trechos de mata e fazer um pequeno roçado, sendo obrigado a prestar serviço semanal de dois a três dias no plantio e na colheita da cana-de-açúcar, em troca do direito de plantar e construir uma cabana para se abrigar. São novas expressões e velhas práticas. Em situação pior encontravam-se os foreiros, presentes em toda região nordestina, eram homens livres que viviam do cultivo das lavouras de subsistência, tendo que pagar ao proprietário da terra um pequeno aluguel anual”. No entanto, nos períodos de retomada da exportação do açúcar, eles acabavam sendo expulsos da terra devido à expansão das áreas para o cultivo.

No início do século XX, as coisas não pareciam ter mudado muito em Pedras de Fogo, sobretudo em relação à sua economia, que ainda se mantinha deficiente baseada na produção agrícola de frutas, nas culturas de subsistência e na incipiente produção canavieira. Houve algumas tentativas e incentivos, por parte do governo estadual, para que o município cultivasse o algodão, pois na época, como já registrado no caso de Ingá, era a exportação desse produto que garantia a base de parte significativa da economia nordestina. No entanto, a produção algodoeira na região foi irrisória, em razão da inadequação do solo e das condições climáticas. Por esse motivo, outra cultura acabou ganhando destaque sendo incentivada devido à possibilidade de rentabilidade no mercado interno e externo, era o abacaxi.

Em 1954, o município de Pedras de Fogo foi restaurado, sendo desmembrado de Cruz do Espírito Santo e governado por um conjunto de políticos que se revezavam no poder, sobretudo a família Ribeiro Coutinho. No entanto, do ponto de vista econômico, algumas transformações importantes começaram a se projetar, como o desenvolvimento acelerado da cultura canavieira nas áreas de tabuleiro, que até então eram ocupadas pelas culturas de subsistência. Esse progresso se intensificou durante a década de 1970, com apoio do Programa Pró-álcool do Governo Federal, devido à crise do petróleo que estabeleceu o aumento no preço dos combustíveis, por meio da decisão dos países

produtores. Então, o Brasil havia encontrado uma alternativa frente a essa situação, que era a produção de álcool combustível através da cana-de-açúcar.

No entanto, esse processo de expansão acelerada da cultura canavieira provocou uma intensificação na concentração fundiária, que trouxe como principal consequência a expulsão dos produtores de suas terras. “A lavoura canavieira substituiu em larga escala a lavoura de subsistência, o que promoveu a expulsão do agricultor” (CAVALCANTI, 1993, p. 50). Consciente da situação de exploração, o trabalhador identifica na cana o principal motivo do afastamento de sua terra, como descreve o depoimento cedido por um trabalhador anônimo no livro:

“A cana é mesmo uma doença crônica, cada vez mais tá avançada. agora até que parou um pouco de avançar porque o governo também parou de incentivar (...), mas quando criou o PRÓ-ÁLCOOL, o que o governo deu para esse povo que tá sendo expulso? Deu foi pro proprietário comprar um trato para passar dois anos trabalhando de graça, sem pagar. Deu foi muitas condições para o latifundiário – Depoimento do trabalhador rural, 1990 (CAVALCANTI, 1993, p. 52)

Novamente, a realidade das condições de vida do trabalhador é evidenciada de forma cruel, pois assim como registrado no município de Ingá, muitos camponeses de Pedras de Fogo que foram despojados das terras a que tinham acesso, foram obrigados a migrar para o Centro-Sul em busca de uma oportunidade de renda.

O problema em torno da questão da terra também se faz presente no município do Conde, pois numa perspectiva econômica, o processo de desmembramento das grandes propriedades existentes na região, para a criação de loteamentos, provocou inúmeros prejuízos à população local, que dependia da agricultura de subsistência. Os recursos do município eram provenientes da produção de alimentos que atendiam a Capital, na qual esteve inserida até 1963, quando o município foi novamente restaurado através da lei estadual nº 3107. Essa produção geralmente era realizada em pequenas propriedades produtivas, os minifúndios, que eram coordenados por arrendatários e foreiros.

No Conde, a cana, a fruticultura, a produção de subsistência e mais recentemente, o inhame, partilham o espaço ao lado da atividade pecuária praticada em pequenas propriedades (MOREIRA, 1988, p. 38 *apud* CAVALCANTI, 1996, p. 62).

Como sugere o título do capítulo analisado, *Chegou a época de retalhar a terra*, a questão evidenciada pelas autoras refere-se ao processo de fragmentação das grandes propriedades rurais, que foram divididas pelos herdeiros e acabaram sendo loteadas. Comumente a maior parte desses loteamentos eram utilizados como granjas produtoras de frutas. Porém, quando os proprietários dessas terras residiam fora, até mesmo na Capital, algumas dessas fazendas eram dispostas como casas de campo, para estadias de turistas nos finais de semana ou em períodos de veraneio.

Aconteceu ainda, na década de 1960, o aproveitamento desses lotes para a construção de áreas residenciais, como é o caso da antiga Fazenda São José: [...] “que após a morte do proprietário, foi dividida entre dezessete herdeiros e acabou originando o ‘Loteamento Pousada do Conde’, à margem da BR-101”. No entanto, os depoimentos colhidos pelas autoras apontam para a falta de infraestrutura básica dos terrenos vendidos na Pousada, que não tinha escola, posto de saúde, iluminação pública, rede esgoto, água tratada, como relata um morador local: “Num há água. Faz um ano que não tem água aqui. Tá todo mundo morrendo de sede, vai buscar água no rio” (CAVALCANTI, 1996, p. 63).

Como as famílias que habitavam a Pousada eram trabalhadores de baixa renda, o estabelecimento dessas áreas residenciais não apresentava a menor preocupação com as condições de moradia e bem estar daqueles que lá se instalaram, sendo também o caso dos loteamentos Cidade das Crianças, Condessa do Vale, Cidade Balneário, Praia de Jacumã e outros. Inclusive, é interessante ressaltar que essa política de loteamentos foi um projeto defendido pela administração municipal no final dos anos 1980, que tentou reconhecer o Conde como uma área consideravelmente urbana, visando a aprovação de empreendimentos turísticos que iriam trazer rentabilidade para a região.

Outra vez, é o trabalhador quem sofre com os mandos e desmandos dos grandes e poderosos. O projeto de turismo desenvolvido na região do Conde, sobretudo através da especulação imobiliária, acarretou diversos problemas aos agricultores que viviam da exploração dessas terras e foram despejados sem o mínimo de assistência oferecida pela prefeitura. “Hoje os pescadores, que ainda vivem da pesca marítima, estão instalados longe do mar. Na praia foram edificadas inúmeros prédios de apartamentos e casas térreas que atendem, principalmente, a uma população temporária que ali se estabelece [...]” (CAVALCANTI, 1996, p. 66).

Outro agravante das condições de exploração do trabalhador foi o processo de latifundização, estimulado em toda a Paraíba durante os anos 1970, através das campanhas de beneficiamento do Governo Federal e do programa PRÓ-ÁLCOOL, que fomentaram um desenvolvimento vertiginoso da cana-de-açúcar nas áreas de tabuleiro, que embora pobres para o plantio, receberam investimento e tecnologia suficiente para se adaptar a cultura canavieira.

No livro, alguns recortes trazem uma escrita idêntica ao observado em Pedras de Fogo, quando se referem ao processo de concentração fundiária e a tomada das áreas de tabuleiro dos agricultores para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar. Porém, dentre as consequências registradas, no Conde percebe-se também a existência de conflitos que se desencadearam no município pelo uso e posse da terra, como é o caso de Gurugi. Um clima de tensão e violência que já foi analisado por nós em capítulos anteriores.

Numa perspectiva econômica, Cabedelo apresentava algumas fontes de renda, ainda que instáveis. Entre as décadas de 1960 e 1970, destacam-se algumas atividades ligadas à extração vegetal, através da coleta do coco e do caju, que mesmo indicando uma boa produção, era provisória a depender da época de plantio. O setor industrial, por sua vez, de forma mais estável empregava e gerava renda ao município, tendo três principais companhias fornecendo serviços na região: a CONASA S/A (Estaleiro do Nordeste, Sociedade Anônima), responsável pela construção de barcos de pesca e conserto de embarcações; a SUNAVE S/A (Companhia de Construções na pesca da lagosta e de outros tipos de pescado), que além de ser concorrente da anterior no mercado de construção de barcos, os utilizava para a pesca da lagosta que era exportada para os Estados Unidos; e a MOINHO TEONE, uma das mais antigas indústrias do município, que tinha sua produção voltada para o ramo de farinhas e farelos.

Apesar disso, era o setor portuário que empregava a maior parte da população, gerando movimento ao comércio local, embora subordinado ao de João Pessoa. A grande questão é que, com a redução das atividades portuárias, a vida econômica do trabalhador entrava em colapso, como afirma o historiador István Jancsó⁵³:

⁵³ JANCÓSÓ, István. Cabedelo 1966, Salvador, 1996, Mimeo.

O fato de ser o porto o maior empregador da área, transforma a crise do setor portuário na crise de todo o sistema, trazendo subemprego em larga escala do pessoal que lhe está diretamente ligado, atingindo através dele o setor de serviços e indiretamente os setores primário e secundário (1966, p. 31 *apud* CAVALCANTI, 1996, p. 64).

Além dos problemas de ordem econômica, o município enfrentava dificuldades relacionadas às questões de infraestrutura, sendo a polêmica do abastecimento d'água mais impressionante, pois chegava a afetar toda a população de Cabedelo, em especial os residentes das periferias. As autoras sinalizam que essa situação crítica fez surgir uma prática bastante lucrativa, a exploração comercial de água potável:

[...] eu me lembro que na década de 70, assim em 75, eu pequeno, ainda de 14 anos, minha mãe comprava muita água, pra lavar o cabelo, pra beber, porque a água era mais fina, melhor pra beber [...] passando algumas pessoas a ter sua fonte de renda principal na venda d'água. E ainda tinha os atravessadores que compravam água da cacimba. Compravam uma lata de água a um preço, ou pipa da carroça a um preço, e quando iam vender, vendiam a latinha por outro preço diferente (Morador de Jardim Manguinhos, 1994 *apud* Cavalcanti, 1996, p. 65).

No caso de Areia, a paisagem econômica do município foi caracterizada pela diversidade de produtos agrícolas da região, que por um lado conciliava a cultura de subsistência, com a monocultura de exportação, afinal, grande parte da economia nordestina dependia das necessidades do mercado internacional. Logo é possível perceber uma alternância de períodos de grandes lucros seguidos por sérias crises financeiras.

No final do século XIX, as empresas açucareiras do Nordeste vivenciaram mais um período de crise provocado pela perda de mercado consumidor internacional, devido à concorrência do açúcar de beterraba da Europa. Para agravar a situação, logo após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos voltaram ao mercado algodoeiro, fazendo frente a produção brasileira e trazendo mais prejuízos à economia local.

Dessa forma, a única saída encontrada pelos proprietários de terra visando garantir a renda foi voltar a economia novamente para o cultivo da cana-de-açúcar. Porém, dessa vez, como a fabricação dos produtos se voltaria para o mercado interno, atendendo as regiões da Paraíba e Rio Grande do Norte, que eram menos exigentes, os

engenhos acabaram produzindo menos açúcar refinado e mais rapadura e aguardente. Todavia, mesmo com o incentivo do governo estadual, distribuindo mudas de cana que eram resistentes à praga do mosaico, chega um momento em que a valorização do açúcar refinado coloca em xeque a produção das engenhocas de açúcar, obrigando os antigos engenhos a abandonarem sua produção de rapadura e derivados, e fornecerem cana a preços determinados pelas usinas, para a produção do álcool combustível.

Porém, como o foco da nossa análise é o tratamento dado pela Coleção as questões econômicas relacionadas à condição dos trabalhadores, não poderíamos deixar de destacar as relações de parceria e moradia condicionada, que já estiveram presentes em outros momentos desta discussão. Como as relações escravistas foram proporcionalmente menores na região e existia uma abundância de mão-de-obra de agricultores que vinham do sertão em busca de emprego, as relações de trabalho estabelecidas pela moradia condicionada eram mais expressivas que o serviço assalariado. Através de citação de Horácio de Almeida, retirada de Brejo de Areia, as autoras evidenciam as reais e precárias condições de vida de trabalhadores assalariados: “Os assalariados moravam em mocambos de palha que mais pareciam chiqueiros de porcos. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo aos magotes em jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade [...]” (1980, p. 155).

No entanto, é preciso destacar uma significativa mudança produzida em meados do século XX, nas relações de trabalho que estavam sendo estabelecidas com a Usina Santa Maria, que havia sido instalada em 1930. As tradicionais formas de exploração do trabalhador rural, o sistema de parceria e a moradia condicionada, foram substituídas pelo trabalho assalariado, que “obrigou os trabalhadores a se mudarem para as cidades e passaram a receber por diária ou por tarefa” (CAVALCANTI, 1998, p. 101). É claro que essa abrupta transformação provocou um crescimento desordenado das cidades, que certamente não tinham condições para receber esse grande número de trabalhadores que vinham do campo, aumentando ainda mais os problemas de infraestrutura do município.

Assim como em Cabedelo, o município de Areia também tinha sérios problemas de infraestrutura e fornecimento de serviços básicos, como saneamento, energia elétrica e o abastecimento de água. Através de depoimento de moradores, é possível perceber as estratégias utilizadas pela prefeitura para enfrentar essas dificuldades, pois “A prefeitura

tinha uma cisterna e distribuía fichas coloridas correspondente à quantidade de latas de água. Desta maneira era que se abastecia as casas”⁵⁴.

Como as condições de vida e trabalho foram se agravando devido aos processos apresentados, os trabalhadores começaram a sentir a necessidade de se organizar para defender seus interesses. Dentre esses movimentos, os mais importantes foram as Ligas Camponesas, que tiveram origem em Pernambuco e se espalharam por outros estados do Nordeste.

Areia acabou se tornando uma exceção, não vivenciando as Ligas Camponesas. E isso se deveu a interferência da Igreja Católica, através dos sindicatos dos padres, que agiam de forma bastante diferente evitando confronto entre patrões e empregados. O Padre Ruy, por exemplo, foi um dos representantes desse tipo de sindicato, que atuou inclusive, combatendo a ameaça do comunismo, como afirma Fiuza:

[...] quando eu fui entrevistá-lo com um gravador, antes de entrevistá-lo, na casa dele, ele começou a conversar abertamente. Falou que, na época dele não teve esse negócio de liga camponesa, que ele botou a liga camponesa pra correr de Areia, que foi o trabalho dele que garantiu que não houvesse o comunismo em Areia. (Depoimento do professor Alexandre Fiuza, p. 17).

No geral, a análise dos livros a partir do ponto de vista das questões econômicas evidenciou a inserção da Paraíba no mercado internacional, através da agricultura de exportação com destaques para a produção do açúcar e do algodão. Essa dependência externa provocou momentos de grande desenvolvimento econômico, seguidos de fortes crises que abalaram, sobretudo, a vida dos mais pobres que tiveram de criar mecanismos para sua sobrevivência e a de sua família.

Esses trabalhadores que tinham na agricultura de subsistência sua principal fonte de renda sofreram abruptas mudanças nas suas relações de trabalho e usufruto da terra devido à exploração do sistema capitalista e ao processo de concentração fundiário nas mãos dos grandes latifundiários.

Ao optarmos por analisar o recorte das lutas sociais e das questões de estrutura sociais e econômicas, buscamos evidenciar uma preocupação latente do Projeto

⁵⁴ O trecho do depoimento analisado no livro não informa o ano de produção da entrevista.

Resgate, a necessidade de produzir uma história local feita pelos homens, por todos os homens e não só os grandes. Pelo trabalhador liberal, pelo camponês, pela artesã, pelo negro escravizado. Uma história das estruturas e não só dos acontecimentos. No geral, os manuais didáticos de forma muito objetiva constituem uma crítica ao silêncio da historiografia dita tradicional, que contribuiu para a construção de narrativas características de almanaques, com datas e acontecimentos importantes que desejam transmitir informação à comunidade.

Neste trabalho, nosso principal interesse é compreender os manuais como produtos de seu tempo, levando em consideração que a história é um processo e é dinâmica. Além disso, é fundamental considerar o público-alvo a que foi destinado os livros da Série Materiais Didáticos, que eram professores e estudantes da educação básica. Então, é óbvio que não seria possível aprofundar algumas temáticas, por mais interessantes que fossem, como sinaliza Fiuza:

[...] eu já encontrei algumas referências de algumas pessoas criticando, por exemplo, o livro que é "Uma história de Areia", que é o que eu apareço como autor, junto com a Regina Célia, a Rossana, o Severino e a Vilma; eu já vi gente criticando, falando: "olha, eles falam dos negros, mas não se aprofundam", sabe? Só que é muito difícil você pegar tanto material que a gente levantou, fazer um livro didático e achar que você está escrevendo uma tese, uma dissertação. E outra coisa, a gente, a história, hoje em dia, é muito dinâmica, a gente não tava ainda naquele período que a gente tem hoje. Hoje em dia você entra na internet e baixa documentos, encontra documentos que a gente ficou dias pra conseguir, anos pra conseguir levantar. Então hoje é muito diferente. E as perguntas são outras, hoje a maneira que você questiona a história da população afro-brasileira é diferente do que se falava em 1992. Hoje são outras perguntas, não eram perguntas que se faziam em 1992, então às vezes há esse equívoco de querer entender o que foi feito há 20 anos atrás, 30 anos atrás quase já, com os olhos de hoje (2020, p. 10).

Podemos cotejar o Projeto Resgate a partir da emergência de novos campos da historiografia, como a história das mulheres, ambiental, de relações étnico-raciais, de gênero, da cultura e de toda uma nova configuração estabelecida desde os anos 1990. Mas cabe ressaltar que para os padrões da época, esses eram campos nascentes, em processo de afirmação, não se podendo cobrar resultados não cabíveis à época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este estudo tínhamos a expectativa de que nossa pesquisa pudesse evidenciar o Projeto Resgate em sua totalidade, numa dupla perspectiva: a história dos materiais e a história da experiência vivida. Não queríamos tão somente realizar uma análise crítica em torno da produção didática elaborada na década de 1990. Não nos interessava apenas encontrar as razões que fizeram com que as ações do Projeto fossem esgotadas no início dos anos 2000. Não bastava apenas entender os motivos que fizeram com que a pesquisa em Serra Branca, embora com todas as condições necessárias, não fosse devidamente concluída.

A escrita deste texto foi produzida no sentido de registrar a história do Projeto Resgate, aquela estampada nas páginas dos livros, nas ilustrações e notas de rodapé, mas também, aquela que reside nas memórias e nas experiências vividas pelos autores e pesquisadores. Essa história que, de uma forma ou de outra, se fez presente na formação acadêmica e intelectual de vários profissionais, seja com as primeiras instruções para a prática da pesquisa histórica, ou até mesmo, na elaboração de projetos de pesquisa para programas de qualificação.

Certamente não esgotamos as possibilidades de discussão em torno da história do Projeto Resgate. Longe disso, acreditamos que esse trabalho possa oferecer alguns apontamentos iniciais e preliminares para aqueles que se interessem pela pesquisa acerca da história local, ou mais especificamente, pelos trabalhos que por ele foram desenvolvidos, de forma direta ou indireta, pois além da produção didática acima evidenciada, diversos outros trabalhos acadêmicos foram realizados como artigos, monografias, dissertações e até, teses de doutorado.

Desejamos, então, que este estudo contribua para a ampliação dos debates acerca da pesquisa em torno da história local e a produção de materiais didáticos, sobretudo no âmbito da educação básica, visto que muitas produções acadêmicas atuais são arroladas e empilhadas nos repositórios institucionais, sem que a população local tenha alcance. E, ainda, que muitos desses repositórios estejam facilitando o acesso a essas produções através da digitalização e compartilhando por links, o formato desses arquivos não possui uma linguagem didática ao público. Embora seja inviável reproduzir a

metodologia participativa adotada pelo Projeto Resgate, essa experiência pode servir de inspiração para os trabalhos que têm sido produzidos nessas últimas décadas, ainda que sob abordagens, recortes e temáticas distintas, adaptados às necessidades do formato da atual pesquisa acadêmica e historiográfica.

Certamente, nos moldes em que se organizou o trabalho do Resgate, talvez seja impossível reproduzir do mesmo modo mais de duas décadas depois, mas o saldo dessa experiência pode trazer novos formatos de trabalho, que consigam enfrentar o desafio de produção de novas e inovadoras histórias locais, no âmbito acadêmico e didático, incorporando novas contribuições teóricas e metodológicas. O desafio está posto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALVES, Luís Alberto Marques. **A História local como estratégia para o ensino da História**. Departamento de Ciências e Técnicas do Património/Departamento de História (org.), Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques, Vol 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Um leque que respira**: a questão do objeto na história. 2007.

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; FAGUNDES, Jose Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017.

ARAÚJO, Sílvia Isabel Brochado. **“Só se ama o que se conhece...”**: Contributos da História local no Ensino da História. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ensino da História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017.

ARAÚJO, Robson Arruda de. **A Historiografia acadêmica na Paraíba**: o NDIHR e a História Regional (1976-1990). João Pessoa, 2015. 242f.

ASSIS, Elisabete Xavier de; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma. O Ensino da História Local e sua importância. **Revista de Divulgação Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, 2013.

ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely de Assis. **O ensino de história local como estratégia pedagógica**. 2019.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, memória e história local. **Revista Criar Educação**, v. 2, n. 2, 2013.

BARROS, J. D. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH-Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto**, v. 15, p. 1-23, 2005.

BIANCHEZZI, Clarice et al. Vestígios e memórias: História Local e o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **História & Ensino**, v. 20, n. 2, p. 191-209, 2014.

BIGOTO, Benedito Marcos. O estudo da história regional e da história local nas universidades. **Revista Científica UNAR**, v. 15, n. 2, p. 156, 2017.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC, SEF, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

CAVALCANTI, Maria Helena Cavalcanti Pereira (et al). **Uma História de Patos**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1985.

CAVALCANTI, Maria Helena Cavalcanti Pereira (et al). **Uma História de Pedras de Fogo**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1993.

CAVALCANTI, Maria Helena Cavalcanti Pereira (et al). Et al. **Uma História do Ingá**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1993.

CAVALCANTI, Maria Helena Cavalcanti Pereira (et al). **Uma História de Cabedelo**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1996.

CAVALCANTI, Maria Helena Pereira (et al). **Uma História do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1996.

COSTA, Aryana. Verbete História Local. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 132-136.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local**. João Pessoa: Almeida, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONTANA, Joseph. **História, análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

FIUZA, Alexandre Felipe. (et al). **Uma História de Areia**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

GONÇALVES, Maria de Almeida; REZNIK, Luís (Orgs.). **Guia de Fontes para a História de São Gonçalo**. São Gonçalo, TJ: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de pesquisa histórica, 1999.

GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). **Historiografia em Diversidade**: Ensaios de História e Ensino de História. Campina Grande: Ed. UFCG, 2008. p. 33-48.

GOUBERT, P. **História Local**. Revista Arrabalde, n. 1, p. 69-82, Mai./Ago. 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORN, Geraldo Balduino. **O ensino de História e seu currículo**: teoria e método/ Geraldo Balduino Horn, Geyso Dongley Germinari. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016.

LIRA NETO, José Batista de. **A política de modernização da produção algodoeira na Paraíba**: progresso, trabalho e dependência de (1935-1960). Dissertação (Mestrado em História) – UFPB/CCHLA. João Pessoa, p. 174, 2019.

LIRA NETO, José Batista de. **O bicudo em Ingá-PB**: a história da chegada da praga do bicudo no Nordeste Brasileiro (1983). Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Campina Grande, p. 22, 2020.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTIUS, Carl P. Von. **Como se deve escrever a História do Brasil?**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 24, 1845, p. 119-147.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História Local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. Historiografia e questões de ensino: uma incursão pela história local. IN: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva, LOBO, Isamarc Gonçalves e BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). **História e Sociedade**: Saberes em Diálogo. Campina Grande: Ed. UFCG; João Pessoa; A União, 2014. p. 77-95.

MENEZES, Joedna Reis e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). **Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História**. João Pessoa: ANPUH-PB, 2010.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil**: trajetória e perspectivas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set./ago, 1993.

NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. **Saeculum**. João Pessoa, n.3, p.13-27, jan./dez., 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAIVA, Evelyn Morgan Monteiro. **Antiquarismo e História Perfeita:** relações entre erudição e historiografia moderna. IN: XIV Encontro da ANPUH-RJ, 2010. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743144_ARQUIVO_EvelynPaiva_TextoCompleto.pdf. Acesso em 28/11/2020.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

SAMUEL, Raphael. **história local e história oral.** Revista Brasileira de História. v. 9 n° 19, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 89/fev. 90. p. 219-243.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século. IN: GLEZER, Raquel (org.). **Do Passado para o Futuro:** Edição Comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 239-261.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. História e historiografia: entre o nacional e o regional. IN: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega, NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros e SANTOS NETO, Martinho Guedes (orgs.). **Historiografia e(m) diversidade:** artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa/Campina Grande: ANPUH-PB/Ed. UFCG, 2010. p. 9-28.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **História dos Municípios Paraibanos.** (2 vols.). Campina Grande: Ed. UFCG, 2012/2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **História do Ensino de História no Brasil:** uma proposta de periodização. Revista História da Educação – RHE. Porto Alegre, v.16, n.37, p. 73-91, maio/ago. 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O aprender da História no Brasil:** caminhos e perspectivas. In. OLIVEIRA, Margarida Marias Dias et al. **Ensino de História:** múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: UFRN, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. **História:** Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

ZILBERMAN, Regina. **Joel Rufino dos Santos e a Nova História.** Ensaio Essay, UFRGS, Vol. 34, 2021.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/brasilbrazil/article/view/112281/61070> Acesso em 07/11/2022.

ANEXO – CÓPIA DO PROJETO RESGATE

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO PLANEJAMENTO E AÇÃO GOVERNAMENTAL - GAPLAN
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL
DA PARAÍBA - IDEME-Pb

T Í T U L O

PROJETO DE RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO/
CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS

JULHO/1989

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

GABINETE DO PLANEJAMENTO E AÇÃO GOVERNAMENTAL - GAPLAN

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL

DA PARAÍBA - IDEME-PB

COORDENADORIA DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS - CEHC

GOVERNADOR DO ESTADO,

Dr. Tarcísio de Miranda Burity

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO,

Dr. Luiz Carlos Burity

SUPERINTENDENTE DO IDEME,

Dra. Maria de Lourdes Silva de Almeida

COORDENADORA DA CEHC,

Profa. Rossana de Sousa Sorrentino Lianza

SUMÁRIO

- I. Introdução - 04
- II. Justificativa - 07
- III. Objetivos - 13
- IV. Fundamentação Teórico-Metodológica
 - a) Considerações Acerca da História Local - 16
 - b) Amostragem do Projeto - 18
 - c) Técnicas de Pesquisa - 19
- V. Plano de Trabalho e Cronograma - 22
- VI. Recursos Humanos - 31
- VII. Recursos Financeiros - 37
- VIII. Anexos (I, II e III) - 40

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Ação Histórico Cultural (1990-1992), insere-se na política de ação do Plano Estadual de Estudos Históricos e Culturais do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual-IDEME, vinculado ao Gabinete de Planejamento e Ação Governamental - GAPLAN do Governo do Estado da Paraíba, e nos objetivos do Programa do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional da Universidade Federal da Paraíba.

A Coordenadoria de Estudos Históricos e Culturais do IDEME e o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional da UFPB, possuem uma identidade de análise acerca da problemática regional e buscam integrar-se para efetuar um plano, que difunda nas comunidades municipais do estado o conhecimento da sua realidade. A articulação destes dois órgãos (IDEME/NDIHR) para o planejamento e elaboração deste projeto - de resgate do processo histórico-cultural dos municípios com vistas à elaboração de materiais didáticos e difusão do conhecimento entre as comunidades, somando-se ao de preservação do patrimônio histórico e das atividades culturais do município, ambos visando uma terceira fase: a de reciclagem de docentes de 1º e 2º graus sobre a história de seus municípios, permitindo a compreensão pela comunidade de suas condições reais de existência e o exercício pleno de sua cidadania - procede de elementos considerados comuns entre os dois, os quais citaremos sucintamente e que basearão teórica e empiricamente a execução do projeto.

- . O estudo de temas sócio-econômicos, históricos e políticos referentes ao estado e a Região Nordeste como um todo;
- . O estudo de temas inéditos da região ou a revisão de temas clássicos a partir de sua importância para a compreensão da realidade regional contemporânea;
- . Fomentar o desenvolvimento da ciência em consonância com a realidade;
- . O procedimento interdisciplinar para uma compreensão abrangente.

Para a execução dos diversos tipos de atividades dos dois órgãos agora articulados ao projeto, conta-se com um quadro de recursos humanos com formação bastante diversificada e de alto nível, profissionais nas áreas de História (6), Economia (2), Administração (2), Ciências Jurídicas (2), Ciências Sociais (1). Destes, 1 tem grau de Mestre em História e 9 tem cursos de especia-

5.

lização nas áreas de História, Economia e Arquivística e um tem Pós-Doutoramento em História.

Segue em anexo os perfis dos dois órgãos envolvidos na execução do projeto (ANEXO I), bem como suas realizações nas áreas de pesquisa e projetos (ANEXO II).

II. JUSTIFICATIVA

A COORDENADORIA DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS do IDEME e o NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL da UFPB visam, com a execução deste projeto, oferecer às administrações públicas municipais e, fundamentalmente, às comunidades locais, uma nova abordagem acerca de uma questão já antiga: o resgate da memória histórico/cultural dos municípios.

Um dos elementos que estão diretamente relacionados com a proposta deste projeto diz respeito à promulgação da nova Carta Constitucional da República de 1988. A nova Constituição brasileira atribui aos municípios a responsabilidade pelo ensino básico, conforme os artigos nºs 211 e 212, Seção I-Da Educação, Cap. III-Da Educação, da Cultura e do Desporto.

"Art. 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar".

"Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de imposto, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Esta atribuição foi reforçada pela Reforma Tributária também prevista na atual Constituição, que estima uma ampliação orçamentária significativa para as administrações municipais. Isto significa que também um orçamento maior deverá ser destinado ao sistema educacional.

Assim sendo, e com o objetivo de oferecer às prefeituras uma proposta de aplicação desses recursos de forma mais organizada e que venha de encontro às necessidades da população que se elaborou este projeto.

A preocupação com a história local e com políticas de incenti-

vo à cultura popular e preservação do patrimônio histórico e artístico comunitário sempre esteve presente, em grande número de municípios, principalmente através da ação de órgãos e instituições estaduais ou nacionais. No entanto, raras vezes se teve a oportunidade de observar um engajamento efetivo da comunidade e mesmo dos governos municipais neste processo. Comumente estes se fizeram representar por alguns indivíduos que assumiram e passaram a exercer a função de "historiadores" ou "intelectuais" oficiais dos municípios, normalmente o médico ou bacharel de Direito ou professor.

Não é por outro motivo que uma visão personalista, tradicional, acadêmica e livresca proliferou no tratamento desta questão. É certo, no entanto, que o trabalho destes indivíduos tem sido de fundamental importância para a historiografia uma vez que preserva a visão de um dos campos sociais, seja ele qual for, envolvidos na construção da história municipal. Por outro lado, ao "povo", quase sempre iletrado, foi reservado o papel de observador na seleção daqueles fatos ou "grandes personagens" que deveriam ou não ser homenageados pela historiografia.

Tal situação, como não poderia deixar de ser, é constantemente reproduzida na sala de aula.

Para a maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo da história não tem o menor sentido ou utilidade. A visão recorrente é a de que se trata de uma matéria (não ciência) decorativa, que só exige a memorização de nomes, datas e fatos do passado. Não é de se estranhar que assim seja, porque há um enorme fosso entre a realidade vivenciada pela comunidade e o resgate que é feito da sua memória histórica pela historiografia.

A questão do material didático é um caso exemplar. Entre os grandes problemas educacionais que enfrentamos aparece com frequência a escassez de material didático com que professores e alunos podem contar em sala de aula e, principalmente, a falta de qualidade, de adequação do existente.

Ao se analisar o caso específico do material didático referente à História não é possível deixar de considerar a situação do sistema educacional brasileiro como um todo. A falta de verbas limita muito o trabalho de todos os profissionais envolvidos na área. Professores e alunos, na maior parte dos casos, se vêem obrigados a desenvolver suas atividades com a utilização restrita do livro didático e sem o auxílio de quaisquer outros mate -

9.

riais e equipamentos, como atlas, audio-visuais, laboratórios, bibliotecas e, às vezes, até mesmo papel. Todos indispensáveis ao bom desempenho do processo ensino-aprendizagem.

Por outro lado, a própria formulação dos livros didáticos, e em especial os destinados ao estudos da História, é permeada por uma visão fragmentada, tradicional e, em muitos casos, distorcida do processo histórico, não respeitando as especificidades de cada município.

A partir dessa concepção veiculada pelos livros didáticos de História, salvo honrosas exceções, fica claro que esse material não corresponde às expectativas da população que, em nenhum momento, se vê ali presente enquanto agente da história.

Partindo dessa análise verifica-se a necessidade de produzir um novo material que priorize a difusão de uma concepção de História que aborde o processo histórico de forma articulada e totalizante e que permita o efetivo engajamento da comunidade enquanto produtora e destinatária deste novo conhecimento.

Uma das metas do projeto é a de envolver a população do município desde a fase de prospecção das fontes com que se irá trabalhar, passando pela avaliação de cada etapa de sua execução até a elaboração e utilização do material didático que se pretende produzir: cartilhas, slides, filmes, maquetes, etc.

Espera-se também que com este engajamento e com o trabalho de levantamento e sistematização das fontes, a população desperte para a necessidade de preservar a sua memória histórica e cultural. Só esta efetiva participação permitirá à comunidade reconhecer a sua importância e o valor da sua produção cultural no processo histórico do município.

Esse momento é importante para que seja possível a construção de uma nova noção de PRESERVAÇÃO. Preservação compreendida enquanto socialização de um saber que não é mais imposto, mas que é gerado à partir da comunidade e que a ela retorna. Um saber que pode estar presente no momento, na praça, na rua ou na manifestação cultural. Só reconhecendo a sua importância na história do município e na construção da sua realidade é que será possível à população sentir necessidade de preservar aquilo que brota nela.

Esta proposta de trabalho além de pretender, como já foi dito anteriormente, oferecer às administrações municipais alternativa

10.

de aplicação dos recursos destinados à educação, pretende também ser uma resposta a algumas reivindicações populares presentes no "Plano de Ação Governamental 1987-1991" do Governo do Estado da Paraíba, informalmente conhecido como "Plano do Povo".

Este Plano se propõe a incorporar a participação popular a nível local na definição das prioridades governamentais. Os documentos do Plano do Povo têm como uma das suas principais características a de procurar atender à maioria dos cidadãos paraibanos que vivem em estado de pobreza absoluta.

Para a sua elaboração, o Governo, com a colaboração de equipes do Projeto Rondon, promoveu reuniões com a população de todos os municípios do Estado - tanto nas cidades como em pequenas vilas e comunidades rurais - durante as quais foram eleitas Comissões Municipais, com o objetivo de representar as comunidades locais junto às diferentes esferas do Governo. Nessas reuniões foram levantadas e avaliadas as reivindicações das comunidades voltadas para a melhoria de suas condições de vida.

Esse levantamento de problemas e reivindicações traduzidos em necessidades de equipamentos, obras e medidas administrativas, foram processados pela Coordenadoria do Sistema de Planejamento-COPLAN, e constituem um dos subsídios que orientaram a elaboração da proposta orçamentária, levando cada Secretaria a alocar os investimentos considerando prioridades sociais e regionais.

O "Plano do Povo" caracteriza-se como um esforço no sentido de induzir as comunidades a "pensar" sobre seus problemas e contém muitos aspectos importantes. No entanto, o levantamento das reivindicações comunitárias registra problemas e necessidades não indicando as instâncias às quais compete atendê-las; deixa de analisar o contexto e a estrutura sócio-econômica em que eles tem origem.

Esta é justamente uma das preocupações centrais do presente projeto: a de possibilitar às comunidades locais meios para perceber o interrelacionamento da sua história e, portanto, também do nível das suas condições reais de existência, com os níveis mais amplos da história regional, nacional e até mesmo internacional. Compreender, inclusive, que a solução de muitos de seus problemas se reporta a outras instâncias que não e simplesmente a instância local ou mesmo estadual.

11.

Reconhecer que o município não é uma entidade ideal que se coloca acima dos indivíduos, mas uma construção histórico-social, uma conquista de todos aqueles que nele vivem é passo fundamental para buscar a melhoria da sua qualidade de vida e para ~~se~~ compreender e preservar aquilo que é a coisa pública, o que em outras palavras significa exercer plenamente a cidadania. E is to só é possível a partir da compreensão da realidade vivida, is to é, a partir da socialização do conhecimento.

Espera-se que a execução deste projeto contribua para com a concretização destes objetivos.

III . OBJETIVOS

3. OBJETIVOS

3.1 - OBJETIVO GERAL

- Resgatar o processo histórico dos municípios escolhidos conjuntamente com a comunidade, através de atividades práticas e concretas das mesmas, que exercendo a sua cidadania de forma integral, percebe a importância da preservação do patrimônio histórico, bem como apreende o valor do papel histórico do município a nível estadual e nacional.

3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a integração Universidade/Governo Estadual visando o desenvolvimento regional, através da articulação entre a Coordenadoria de Estudos Históricos e Culturais do IDEME e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e demais órgãos direta ou indiretamente envolvidos, buscando orientar a demanda de pesquisa para as reais necessidades das comunidades municipais.
- Elaborar materiais didáticos sobre o processo histórico de seus municípios e a articulação do mesmo com a história estadual e nacional.
- Promover ampliação de capacitação de recursos humanos da Universidade e do Governo tais como: pesquisadores, técnicos e administradores sobre a problemática da municipalidade, a partir dos debates e reuniões sobre aspectos sócio-econômicos, político-administrativos e culturais dos municípios.
- Reciclagem dos docentes de 1º e 2º graus, com a participação do Governo e da Universidade. Esta atividade visará promover a compreensão por parte dos docentes acerca da importância histórica de seus municípios.

14.

- Identificar o patrimônio histórico (rural/urbano) e os acontecimentos culturais do município mediante a participação da comunidade, procedendo uma sistematização do material no sentido da criação de um espaço de exposição (arquivo ou possível embrião de um museu) e fornecendo subsídios à elaboração do material didático.